

I - Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2016, cujas contas agora se apresentam, a Câmara Municipal desempenhou as suas atribuições dentro dos princípios normais de gestão, encontrando-se o executivo a funcionar no cumprimento do quadro jurídico-legal que lhe dá corpo e em função, quer das suas próprias deliberações, quer das deliberações da Assembleia Municipal, observando no decurso da sua atividade os objetivos fixados nos documentos previsionais, designadamente as GOP – Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2016.

Do ponto de vista político, as deliberações foram enquadradas, para além de outras, pela lei nº 169/99 de 18/9 na redação que lhe foi dada pela lei nº 5/A-2002 de 11/1 e pelo regime jurídico das autarquias locais, instituído pela lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e ainda pelo regime financeiro das autarquias locais a que a lei n.º 73/2013 de 3 de setembro veio dar corpo.

Em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, submetem-se à aprovação da Câmara Municipal os **Documentos de Prestação de Contas do ano de 2016**, para que, nos termos da alínea l) do artigo 25.º da supra referida lei, possam ser apreciados e votados pela Assembleia Municipal.

A exploração do exercício de 2016 saldou-se por um resultado positivo de 770.956,14 €.

RECURSOS HUMANOS

Em 31 de Dezembro, o município possuía ao seu serviço 312 trabalhadores.

INVESTIMENTO

No decurso do exercício o município pagou 671.865,24 € € com aquisições de bens de capital.

FINANCIAMENTO

Em 2016 o município apresentou um grau de autonomia financeira de 35,0 %.

O município recorreu à banca tendo obtido receitas de empréstimos no valor de 511.686,13 € que correspondem aos seguintes empréstimos:

- Empréstimo de Curto Prazo no valor de 500.000 € (o qual foi totalmente pago em dezembro de 2016).
- Empréstimo BEI para financiamento da Escola Básica do Bonito (ultima tranche no valor de 11.686,13 €).

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os proveitos no valor de 13.850.792,86 € apresentam um aumento de 0,02 % relativamente ao ano de 2015. Os custos totais foram de 13.079.836,72 € registando um aumento de 1,9 % face ao ano de 2015.

BALANÇO

Em 2016 o ativo líquido totaliza 57.665.630,45 €.

O imobilizado líquido é a área mais significativa, com 88,7 % do total do ativo.

Os fundos próprios representam 34,9 % e o passivo 65,1 %.

Destes, só 6,6 % se consideram exigíveis a curto prazo, visto que os restantes dizem respeito a empréstimos bancários a médio e longo prazos e a acréscimos e diferimentos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 770.956,14 €.

Para a aplicação de resultados, o POAL estipula o seguinte:

“2.7.3 - Resultado líquido do exercício

2.7.3.1 - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2 - No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados».

2.7.3.3 - Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do ativo líquido.

2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.”

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que o seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 38.547,81 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

2 – que os remanescentes 95 %, sejam aplicados em reforço do património, em conformidade com a alínea a) do ponto 2.7.3.3.

Entroncamento, 31 de março de 2017

O Presidente da Câmara

Jorge Manuel Alves de Faria

II – Enquadramento, Organização, Participações e Financiamento de Investimentos

1.1. Nota introdutória

O ano de 2016 foi marcado pela saída de Portugal do procedimento de défice excessivo, tendo o mesmo se fixado em 2,1 %. A estratégia do atual governo em funções passou por colocar o défice dentro dos parâmetros acordados com os nossos parceiros europeus de modo a devolver credibilidade a Portugal. Atingido este objetivo espera-se que o próximo passo (em 2017) seja o do crescimento económico.

No conjunto do ano de 2016 o PIB fixou-se em 1,2 % e como resposta a taxa de desemprego fixou-se em 11,0 %. Face a 2015 verificou-se que a taxa de desemprego reduziu em 1,4 %.

A nível local destaca-se o atraso no arranque do novo quadro comunitário (Portugal 2020), contudo, estão reunidas as condições para que o Município possa arrancar com o conjunto de investimentos que fazem parte do PEDU.

No final do ano foram aprovadas as seguintes candidaturas:

- Requalificação do Bairro Municipal da Rua General Humberto Delgado

Montante máximo elegível: 360.762,81 €

Contribuição FEDER: 306.648,39 €

Esta empreitada foi iniciada em dezembro de 2016 e permitiu que o Município conseguisse uma majoração de 10 % no total do PEDU.

- Recuperação do Pavilhão EB 2/3 Ruy Andrade

Montante máximo elegível: 588.235,29

Contribuição FEDER: 500.000,00 €

1.2. Breve caracterização das principais variáveis macroeconómicas

Fonte www.ine.pt:

“Síntese económica de conjuntura - Dezembro de 2016” – INE – Instituto Nacional de Estatística.

“Contas Nacionais Trimestrais – Estimativa Rápida - 4º Trimestre de 2016” – INE – Instituto Nacional de Estatística.”

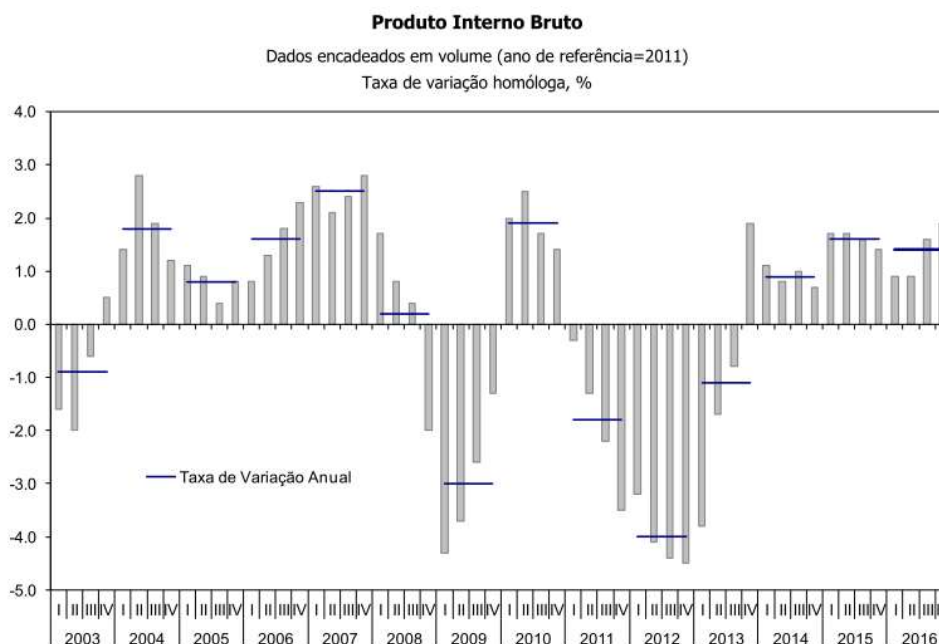
Fonte www.bportugal.pt:

“Boletim Económico – Dezembro 2016 – Banco de Portugal”

Produto Interno Bruto

No 4º trimestre de 2016, o Produto Interno bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 1,9% em volume (variação de 1,6% no 3º trimestre). Esta aceleração do PIB resultou do aumento do contributo da procura interna, observando-se uma recuperação do Investimento e um crescimento mais intenso do consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi negativo, contrariamente ao observado no trimestre anterior, refletindo a aceleração mais acentuada das Importações de Bens e Serviços em volume que a das Exportações de Bens e Serviços. Comparativamente com o 3º trimestre, o PIB aumentou 0,6% em termos reais (variação em cadeia de 0,8% no trimestre anterior). O contributo da procura interna para a variação em cadeia do PIB passou de negativo no 3º trimestre para positivo, traduzindo, principalmente, a evolução do Investimento. Em sentido contrário, a procura externa líquida passou a registar um contributo negativo, observando-se um forte aumento das importações totais.

Em 2016, o PIB aumentou 1,4% em volume, menos 0,2 p.p. que o verificado no ano anterior. O contributo da procura interna para a variação do PIB diminuiu, refletindo a redução do Investimento e, em menor grau, a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida apresentou um contributo significativamente menos negativo que em 2015.



Atividade Económica e Oferta

De acordo com os dados publicados pelo INE referentes a novembro de 2016, o indicador de clima económico registou uma ligeira deterioração face aos meses de outubro e setembro (1,2 comparado com 1,3 e 1,4, respetivamente).

No trimestre terminado em outubro de 2016, o indicador de atividade económica do INE registou uma desaceleração (variação homóloga de 0,9%, que compara com 1,3% em setembro de 2016).

Os dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado no mês de outubro, mostram que, em termos homólogos:

- Na indústria transformadora, o índice de produção registou uma quebra de 1,7%, contrariamente ao índice de volume de negócios que registou uma evolução positiva de 0,2% (-1,9% e -0,9% no 3.º trimestre de 2016, respetivamente);

- O índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 3,0%, quando no último trimestre apresentava uma variação homóloga de -3,5%;

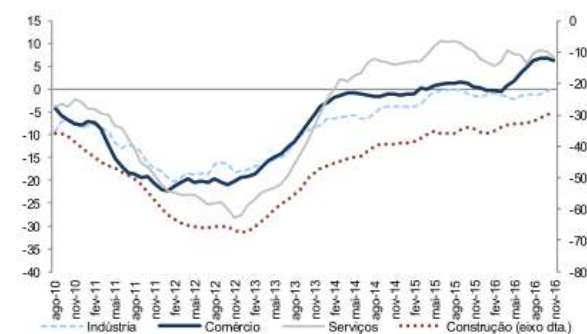
- O índice de volume de negócios nos serviços apresentou uma variação positiva de 3,0% (+1,9 p.p. face ao 3.º trimestre do ano);

Figura 2.1. Indicador de Clima Económico



Fonte: INE.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)



Fonte: INE

- O índice de volume de negócios no comércio a retalho aumentou 3,2%, valor inferior em 0,1 p.p. quando comparado com o trimestre terminado em setembro.

No trimestre terminado em novembro, assistiu-se a uma melhoria dos indicadores de confiança relativos à indústria e construção, em contraste com os indicadores de comércio e serviços que registaram uma evolução negativa.

Consumo Privado

No trimestre terminado em outubro, o Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho cresceu, em média, 3,2%, desacelerando ligeiramente face ao valor do terceiro trimestre (3,3%).

A componente alimentar (4,1%) foi a principal responsável por esta desaceleração, desacelerando 1,1 p.p. no mesmo período. Já a componente não alimentar (2,6%) acelerou 0,6 p.p..

No trimestre terminado em novembro, e quando comparado com o terceiro trimestre do ano, o índice de confiança dos consumidores e o indicador qualitativo dos consumidores relativo à aquisição de bens duradouros apresentaram uma melhoria. Já no caso dos indicadores qualitativos de opinião dos empresários, a evolução foi mista, com o indicador de opinião dos empresários relativo à procura interna de bens de consumo a melhorar, o que contrasta com a deterioração do indicador de opinião relativo ao volume de vendas no comércio a retalho.

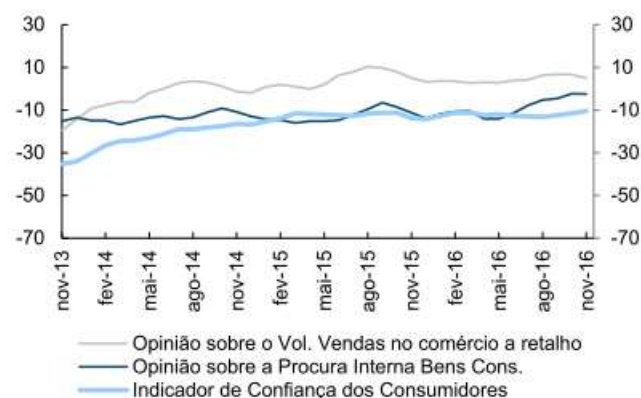
Em novembro de 2016 foram vendidos 16 525 veículos ligeiros de passageiros. Este valor traduz um aumento de 1 589 unidades face a outubro e um aumento homólogo de 23,5% (+14,7 p.p. face a outubro).

Investimento

Os dados disponíveis para o investimento relativos ao trimestre terminado em novembro, mostram que, em termos médios homólogos:

- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram 3,6% (-3.0 p.p. face ao trimestre terminado em outubro), acompanhadas pela variação de 8,5% na venda de veículos comerciais pesados (desaceleração de 11,7 p.p. face ao trimestre terminado em outubro);
- as vendas de cimento registaram uma variação de -2,0% (+0,4 p.p. quando comparado com os três meses precedentes);
- o indicador de máquinas e equipamentos do INE registou um

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)



Fonte: INE.

Figura 2.8. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



Fonte: INE.

crescimento homólogo de 0,1%, o que representa uma diminuição de 0,3 p.p. face ao registado no trimestre terminado em outubro.

Outros dados quantitativos disponíveis relativos ao trimestre terminado em outubro, mostram que, em termos homólogos:

- o índice de volume de negócios da indústria de bens de investimento para o mercado nacional registou uma redução de 17,7% (-19,4% no 3.º trimestre de 2016);
- a importação de máquinas e outros de bens de capital exceto material de transporte cresceram 9,6%, em termos nominais (10,9% no trimestre terminado em setembro);
- as licenças de construção de fogos aumentaram 33,8% (36,8% no trimestre anterior).

Mercado de Trabalho

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para que a taxa de desemprego, no trimestre centrado em outubro, se situasse nos 10,8%, uma redução de 0,1 p.p. face ao valor definitivo publicado para setembro e uma redução 1,6 p.p. em termos homólogos. Para esta evolução concorreu tanto uma redução homóloga da população desempregada em 12,7%, como um aumento de 1,8% no emprego (-12,1% e 2%, respetivamente, nos valores para setembro), o que levou a uma variação nula da população ativa (0,2% em setembro).

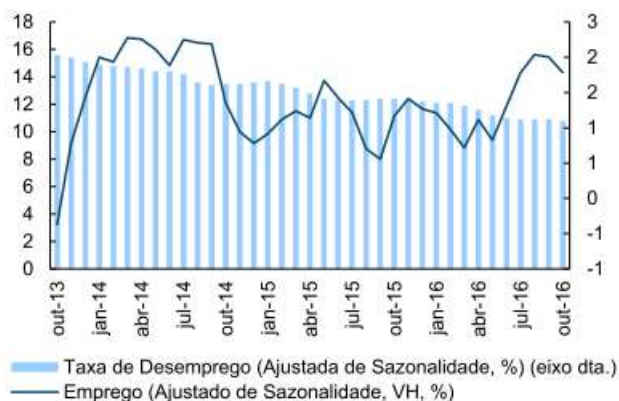
No final de novembro, encontravam-se registados, nos centros de emprego, cerca de 486 mil desempregados, uma redução de 11,6% face ao valor registado em novembro do ano transato. Já o desemprego inscrito ao longo do mês ascendeu aos cerca de 58 mil pedidos, traduzindo uma descida de 10% quando comparado com igual período de 2015.

Em igual período, o número de colocações ascendeu às 5 818, o que

traduz uma redução homóloga de 39,1%, enquanto as ofertas caíram para as 8 324 (-37,1% em termos homólogos). Assim, o rácio entre ofertas e colocações foi, no mês de novembro, de 69,9%, mais 1,5 p.p. do que no mês precedente.

Estima-se que no final de novembro cerca de 1,293 milhões de trabalhadores estivessem abrangidos por Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, uma estabilização face a outubro, mas um aumento de 58,3% face a novembro de 2015. Já o aumento das remunerações médias implícitas destes trabalhadores permaneceu inalterado nos 1,1%, em termos nominais.

Figura 2.12. Taxa de Desemprego e Emprego



Fonte: INE.

Preços

O índice de Preços no Consumidor (IPC) registou, em novembro de 2016, uma variação homóloga de 0,6%, 0,3 p.p. abaixo do registado em outubro. Em termos de médias móveis de 12 meses, a variação foi igualmente de 0,6%, valor idêntico ao do mês precedente. Em igual período, o IPC subjacente, isto é, o IPC excluindo produtos energéticos e alimentares não processados, cresceu 0,4%, o que traduz uma desaceleração de 0,3 p.p. face ao mês anterior e situa-se 0,2 p.p. abaixo do IPC global.

Esta evolução reflete uma desaceleração de 0,4 p.p. tanto dos bens energéticos como dos bens alimentares não processados.

Ao nível das classes do IPC, as que registaram a maior quebra foram, à semelhança do mês anterior, o Vestuário e a Saúde (-1,4% e -0,6%, respetivamente). Em sentido contrário, a Comunicação e as Bebidas Alcoólicas e Tabaco foram as que mais aumentaram (4,1% e 2%,

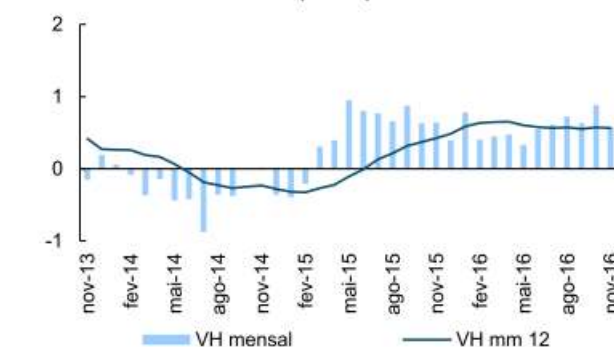
respetivamente), sendo que a Comunicação foi também a categoria que mais acelerou face ao mês precedente (1 p.p.).

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) nacional, em novembro, foi de 0,5%, 0,1 p.p. abaixo do IPC nacional e 0,6 p.p. abaixo do valor de outubro. Por seu turno, a variação homóloga do IHPC na área do euro foi de 0,6% (+0,1 p.p. do que em outubro), levando a que o diferencial do IHPC de Portugal e do IHPC médio da área do euro diminuísse 0,7 p.p., fixando-se agora nos -0,1 p.p. Já o Índice de preços na Produção Industrial apresentou uma variação homóloga nula em novembro, acelerando 1 p.p. face a outubro.

Esta aceleração foi determinada essencialmente pela componente energética (+1,6%), que aumentou pela primeira vez desde junho de 2014, tendo sido também o agrupamento industrial com o maior crescimento. Excluindo a componente energética, o IPPI teria registado uma quebra de 0,4%.

Já ao nível das secções, apenas as indústrias de eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio e as indústrias de captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição registaram variações positivas (2,8% e 1,6%, respetivamente).

Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, %)



Fonte: INE.

Projeções

Ao longo do horizonte de projeção, a economia portuguesa deverá manter a trajetória de recuperação moderada que tem caracterizado os anos mais recentes (Quadro 1.1). Desta forma, após um crescimento de 1,2 por cento em 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá acelerar para 1,4 por cento em 2017, estabilizando o seu ritmo de crescimento em 1,5 por cento nos dois anos seguintes. Esta evolução implica que no final do horizonte de projeção o PIB atinja um nível idêntico ao registado em 2008. No período 2017-2019, o crescimento do PIB deverá ser próximo, embora inferior, ao projetado para a área do euro, não revertendo o diferencial negativo acumulado entre 2010 e 2013 (Gráfico 1.1).

Esta ausência de convergência real face à área do euro reflete a persistência de constrangimento estruturais ao crescimento da economia portuguesa, no qual assumem uma relevância especial os elevados níveis de endividamento dos setores público e privado, uma evolução demográfica desfavorável e a persistência de ineficiências nos mercados do trabalho e do produto que requerem a continuação do processo de reformas estruturais.

	Pesos 2015	BE dezembro 2016					BE outubro 2016	BE junho 2016		
	2015	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)	2019 ^(p)		2016 ^(p)	2016 ^(p)	2017 ^(p)	2018 ^(p)
Produto Interno Bruto	100,0	1,6	1,2	1,4	1,5	1,5	1,1	1,3	1,6	1,5
Consumo Privado	65,6	2,6	2,1	1,3	1,4	1,3	1,8	2,1	1,7	1,3
Consumo Público	18,2	0,8	1,0	0,0	0,4	0,2	1,0	1,1	0,4	0,6
Formação Bruta de Capital Fixo	15,3	4,5	-1,7	4,4	4,3	4,5	-1,8	0,1	4,3	4,6
Procura Interna	99,3	2,5	1,2	1,5	1,7	1,6	1,1	1,8	1,7	1,7
Exportações	40,6	6,1	3,7	4,8	4,6	4,4	3,0	1,6	4,7	4,7
Importações	39,8	8,2	3,5	4,8	4,9	4,4	3,0	2,8	4,9	4,8
Contributo para o crescimento do PIB líquido de importações (em p.p.) ^(a)										
Procura interna		1,1	0,4	0,5	0,6	0,6	0,5	1,0	0,7	0,7
Exportações		0,5	0,8	0,9	0,8	0,9	0,6	0,3	0,9	0,9
Emprego ^(b)		1,4	1,5	1,0	0,9	1,0	1,0	–	–	–
Taxa de desemprego		12,4	11,0	10,1	9,4	8,5	11,2	–	–	–
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		1,7	1,1	0,9	0,9	1,1	1,3	1,9	1,6	1,6
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		1,8	2,2	1,9	1,8	1,8	2,1	1,6	1,3	1,2
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		0,5	0,8	1,4	1,5	1,5	0,7	0,7	1,4	1,5

Fontes: INE e Banco de Portugal.

Notas: (p) – projetado, p.p. – pontos percentuais. Para cada agregado apresenta-se a projeção correspondente ao valor mais provável condicional ao conjunto de hipóteses consideradas. (a) Os agregados da procura em termos líquidos de importações são obtidos deduzindo uma estimativa das importações necessárias para satisfazer cada componente. O cálculo dos conteúdos importados foi feito com base em informação relativa ao ano de 2005. Para mais informações, ver a Caixa “O papel da procura interna e das exportações para a evolução da atividade económica em Portugal”, *Boletim Económico* de junho de 2014. (b) Emprego total em número de indivíduos de acordo com o conceito de Contas Nacionais.

1.3. Organização do município

1.3.1 Assembleia municipal

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/assembleia-municipal/composicao>

A Assembleia Municipal do Entroncamento é composta por vinte e três elementos, sendo vinte e um eleitos por sufrágio direto e universal e dois por inerência, por serem os presidentes de juntas de freguesia.

Em termos da representação partidária, é a seguinte:

PS – 9 elementos

PSD – 5 elementos

BE – 3 elementos

CDU – 3 elementos

CDS – 1 elemento

Freguesias – 2 elementos (PS)

Presidente

João Antonio de Matos Lérias - PS

1º Secretário

Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho - PS

2º Secretário

Lúcia Dias Abelha - PS

1.3.2. Câmara Municipal

A Câmara Municipal do Entroncamento é composta por sete elementos.

<http://www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/presidente>

www.cm-entroncamento.pt/index.php/pt/municipio/camara-municipal/executivo

Para além do presidente do órgão, há seis vereadores, três em regime de permanência. Dos seis vereadores, três não têm tarefas atribuídas.

Presidente – Jorge Manuel Alves de Faria (PS)

Vereadores:

Vice-Presidente (PS) – Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim

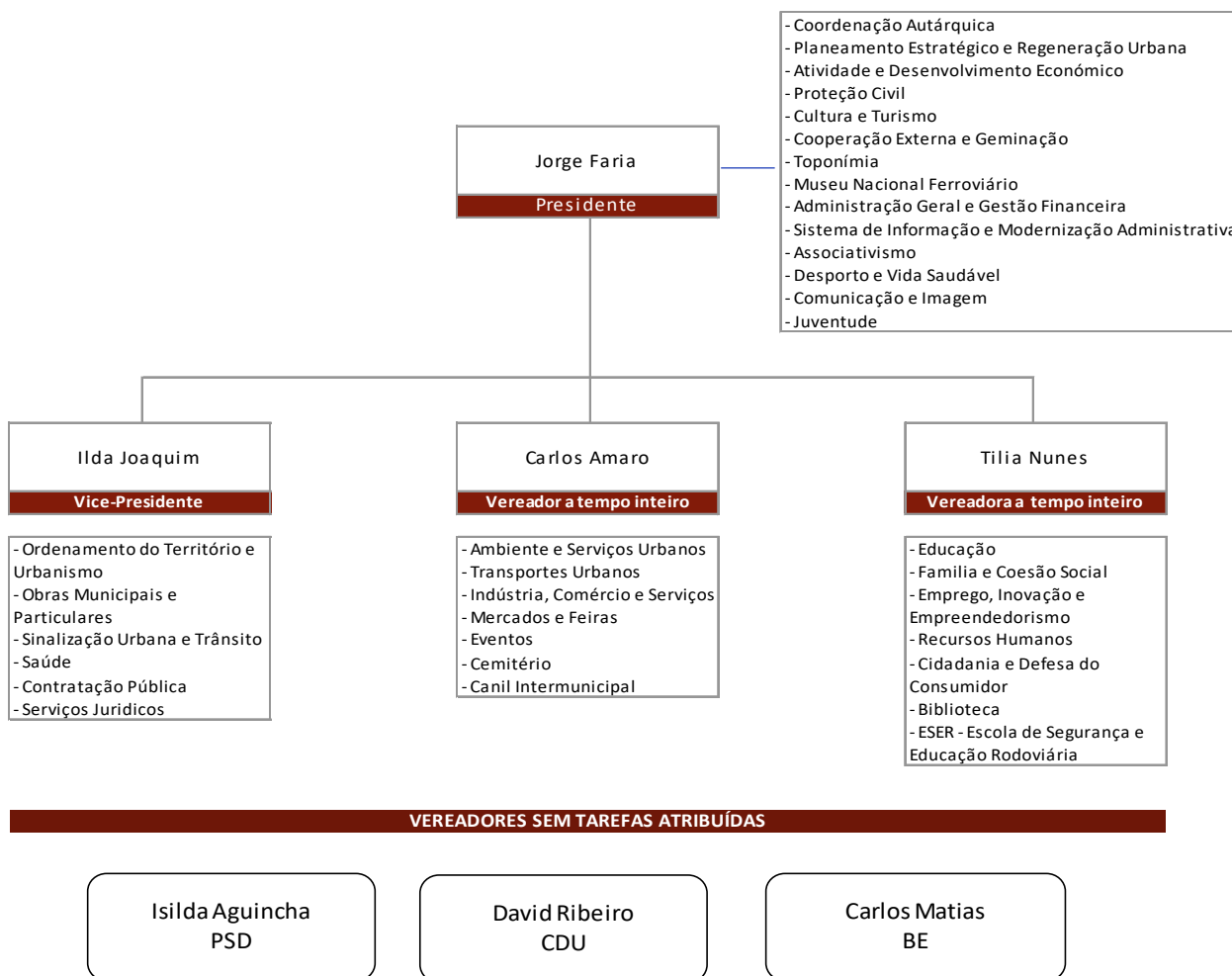
Vereador a Tempo Inteiro (PS) – Carlos Manuel Pires Rei Amaro

Vereadora a Tempo Inteiro (PS) – Tília dos Santos Nunes

Vereadora (PSD) – Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha

Vereador (CDU) – José David da Silva Ribeiro

Vereador (BE) - Carlos Manuel Godinho Matias



1.4. Participações societárias e não societárias do município do Entroncamento

Entidades participadas	Modo de participação
Societárias	
TAGUSGÁS - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	Ações
Não societárias	
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	Quota mensal de associado
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Quota anual de associado
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	Quota mensal de associado
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo	Quota mensal de associado
Fundação Museu Nacional Ferroviário	Participação financeira inicial de 10.000 €.

1.5. Geminações

Nesta data, o município do Entroncamento, tem acordos de geminação com os municípios de Villiers-Sur-Marne (França), Mosteiros (ilha do Fogo – Cabo Verde) e Penafiel (Distrito do Porto).

Villiers-Sur-Marne

A geminação entre o Concelho do Entroncamento e Villiers-Sur-Marne surgiu de um intercâmbio populacional e cultural, concretizada no dia 3 de Dezembro de 1989.

Penafiel

A geminação entre o nosso município e a cidade de Penafiel realizou-se no dia 17 de Novembro de 1991.

Mosteiros

O Município do Entroncamento está geminado com o Município de Mosteiros, na Ilha do Fogo em Cabo Verde, desde 22 de Maio de 1997.

1.6. Organização dos Serviços Municipais

A estrutura orgânica, a estrutura nuclear, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e subunidades orgânicas do Regulamento de Organização dos Serviços do Município do Entroncamento foram aprovadas pela Assembleia Municipal do Entroncamento na sua sessão de 26/04/2016.

Para a prossecução das suas atribuições legais, o município dispõe dos serviços que a seguir se discriminam, organizados da forma que se apresenta, com indicação das Unidades Orgânicas Flexíveis (UOF), refletidas no organograma seguinte, e Subunidades Orgânicas Flexíveis (SOF) e Áreas e Setores de Atividade:

A — Serviços de Apoio à Presidência:

- 1 — Gabinete de Apoio à Presidência
- 2 — Gabinete de Apoio à Vereação
- 3 — Serviço Municipal de Proteção Civil
- 4 — Serviço Municipal de Veterinária

B — Serviços de Apoio Geral

1 — Divisão de Administração Geral (DAG — UOF):

- 1.1 — Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos (SOF)
- 1.2 — Secção de Licenças e Taxas (SOF)
- 1.3 — Fiscalização Municipal
- 1.4 — Serviço de Águas, Saneamento e RSU
- 1.5 — Cultura, Turismo e Atividades Económicas
 - 1.5.1 — Cultura
 - 1.5.2 — Turismo
 - 1.5.3 — Atividades Económicas
- 1.6 — Desporto, Juventude e Tempos Livres
- 1.7 — Arquivo Municipal
- 1.8 — Biblioteca
- 1.9 — Serviço de Apoio Social e Psicológico
 - 1.9.1 — Habitação Social
 - 1.9.2 — Apoio Social e Psicológico
 - 1.9.3 — Saúde
- 1.10 — Tecnologias de Informação
- 1.11 — Comunicação, Imagem e Protocolo

2 — Divisão de Gestão Financeira (DGF — UOF):

- 2.1 — Secção de Pagamentos e Apoio Geral (SOF)
- 2.2 — Tesouraria (SOF)
- 2.3 — Contabilidade e Património
- 2.4 — Gabinete de Investimentos e Planeamento
- 2.5 — Aprovisionamento e Armazéns
- 2.6 — Mercados e Feiras

3 — Unidade de Recursos Humanos, Serviços Jurídicos e Educação (URJE —UOF)

- 3.1 — Serviços Jurídicos e de Notariado
- 3.2 — Serviços Jurídicos
- 3.3 — Serviços de Notariado
- 3.4 — Recursos Humanos
- 3.5 — Educação
- 3.6 — ESER — Escola de Segurança e Ensino Rodoviário

C — Serviços Operativos:

1 — Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos (DASU — UOF):

- 1.1 — Núcleo Técnico
- 1.2 — Setor de Gestão de Viaturas
- 1.3 — Setor de Gestão da Rede Viária
- 1.4 — Setor de Higiene Urbana e RSU
- 1.5 — Setor de Manutenção de Equipamentos e Edifícios Municipais
- 1.6 — Setor de Transportes Urbanos e Estacionamento
- 1.7 — Setor de Ambiente
- 1.8 — Setor de Espaços Verdes
- 1.9 — Setor de Águas e Saneamento
- 1.10 — Setor de Cemitério
- 1.11 — Setor de Eletricidade

2 — Divisão de Gestão Urbanística e Obras (DGUO — UOF):

- 2.1 — Setor de Apoio Administrativo
- 2.2 — Núcleo Técnico
- 2.3 — Setor de Apoio Técnico
- 2.4 — Setor de Planeamento e Gestão do Território/SIG
- 2.5 — Setor de Gestão e Fiscalização de Obras

Responsáveis pelos diferentes serviços municipais em 31/12/2016:

Divisão de Administração Geral – Gilberto Martinho

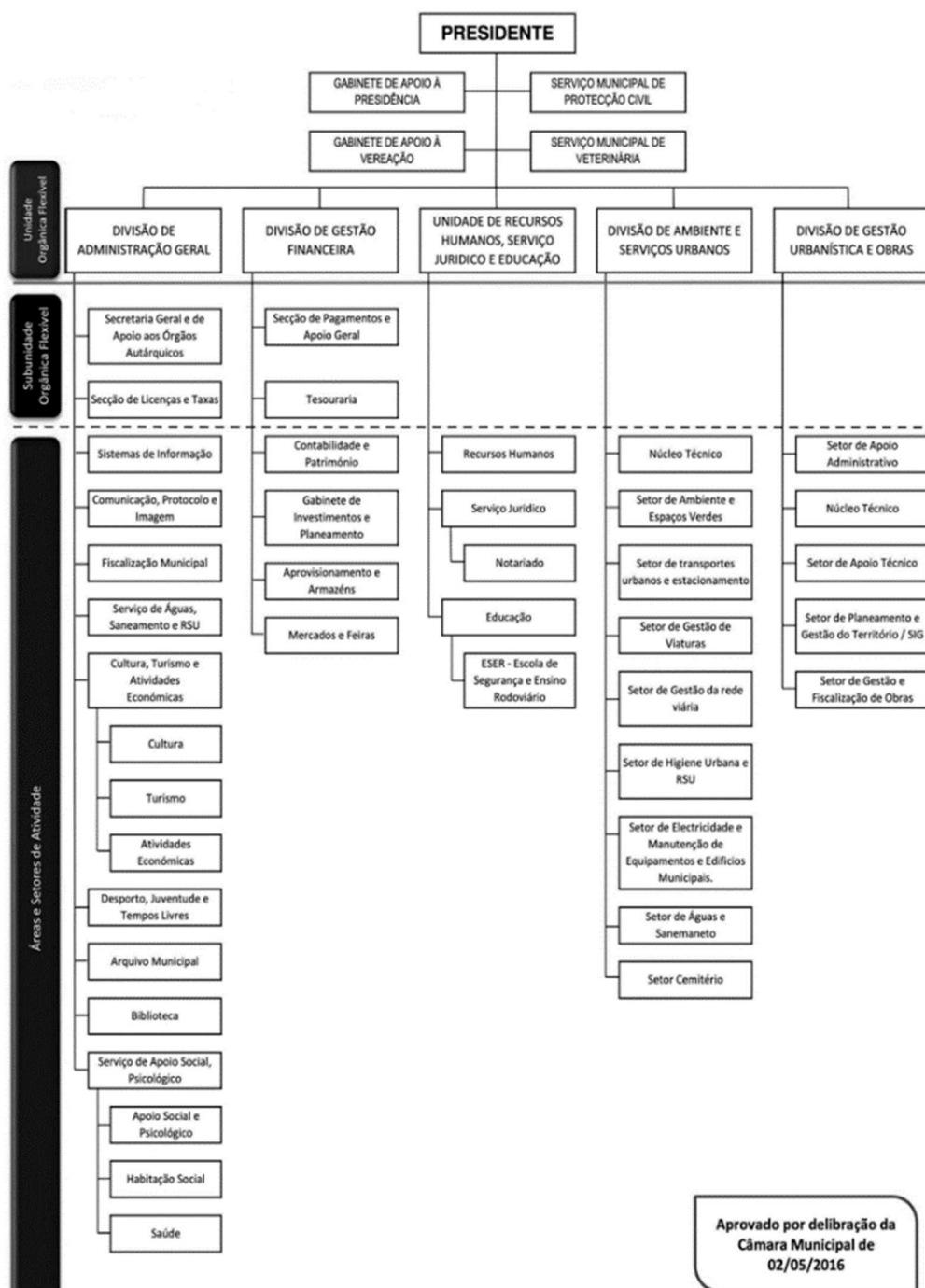
Divisão de Gestão Financeira – Hugo Gonçalves

Divisão de Gestão Urbanística Obras – José Blazer Rodrigues

Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos – Rafael Domingos

Unidade de Inovação, Recursos Humanos e Educação – Fátima Rosa

Organograma

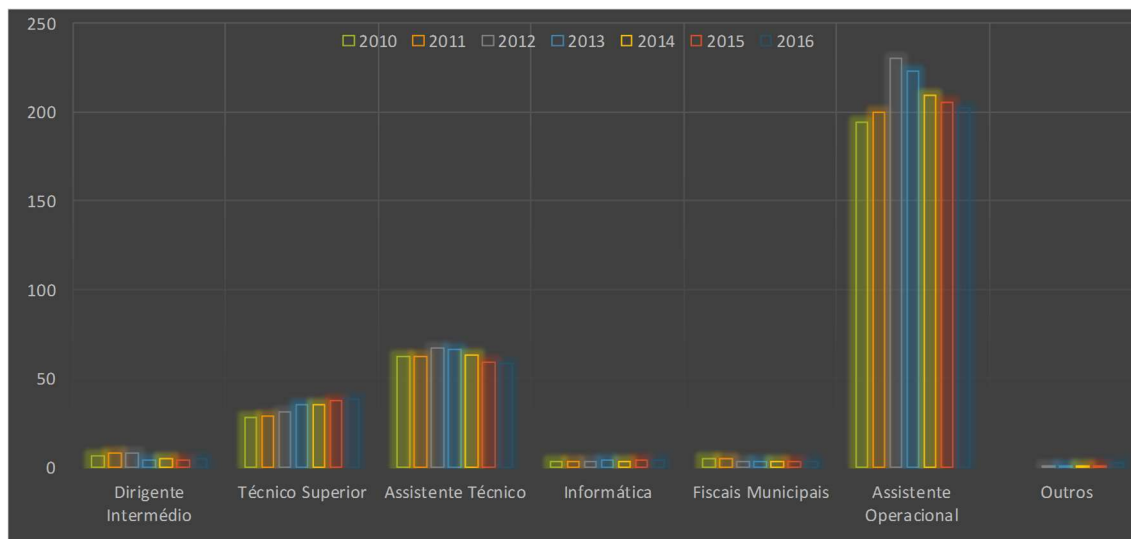


Quadro de pessoal Distribuição por categorias

N.º DE TRABALHADORES, POR CATEGORIA E POR ANO

Anos	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Informática	Fiscais Municipais	Assistente Operacional	Outros	Total
2010	6	28	62	3	5	194	0	298
2011	8	29	62	3	5	200	0	307
2012	8	31	67	3	3	230	1	343
2013	4	35	66	4	3	223	1	336
2014	5	35	63	3	3	209	1	319
2015	4	37	59	4	3	205	1	313
2016	5	38	58	4	3	202	2	312

% 2016	2%	12%	19%	1%	1%	65%	1%	100%
--------	----	-----	-----	----	----	-----	----	------



No que respeita à distribuição por categorias, verifica-se que em 2016 a maior parte dos trabalhadores (65 %) tinham a categoria de assistente operacional e 19% de assistente técnico.

Nos grupos dirigente + técnico superior existiam 14 % dos trabalhadores.
A Informática e a fiscalização municipal representavam 1 % dos efetivos, cada.

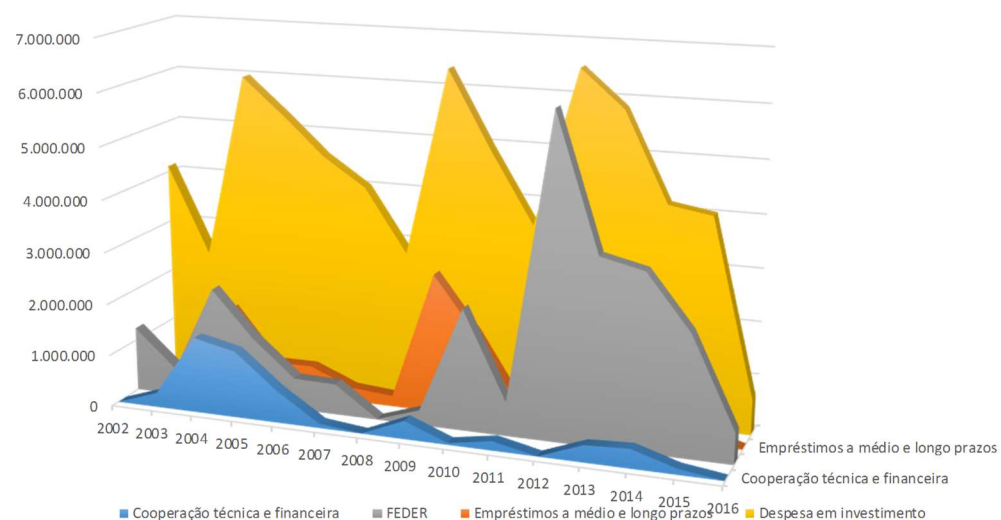
Relativamente ao ano anterior, verificou-se uma redução de 1 funcionários.

1.7. Financiamento de investimentos. Evolução.

O financiamento dos investimentos municipais foi feito com base nas receitas próprias, nas receitas de empréstimos e nas receitas originadas nos fundos comunitários e em contratos-programa celebradas com a administração central.

Em termos anuais, as receitas foram (valores em euros):

Receitas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Cooperação técnica e financeira	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	0	5.069.979
FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	591.830	25.495.555
Empréstimos a médio e longo prazos	0	0	1.581.962	598.222	601.310	270.250	204.455	2.663.481	1.595.000	310.000	0	3.181.878	0	243.734	11.686	11.261.978
Despesa em investimento	4.110.409	2.426.530	5.975.764	5.281.445	4.542.312	4.006.015	2.797.037	6.368.622	4.907.231	3.558.261	6.525.039	5.828.121	4.154.853	4.016.788	671.865	65.170.293



Receitas por projeto:

COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA (Contratos-programa) - Participações recebidas no período 2002 - 2016

Cooperação técnica e financeira	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Projeto																
Museu Nacional Ferroviário - Redonda		90.310														90.310
Aquisição e remodelação de edifícios municipais		187.049		178.646		86.699		140.136		65.837						658.367
Direção-Geral de Viação - Parque estac. Rua MR Gameiro		236														236
Transportes urbanos			60.000	72.654												132.654
Transportes urbanos - 2ª. Fase								208.267	33.779	112.918						354.964
Requalificação da zona envolvente ao mercado diário			235.067	390.802	14.408											640.277
Piscina municipal			481.943	14.512	15.983											512.438
Pavilhão desportivo municipal			132.116	63.103												195.219
Museu Nacional Ferroviário			510.000													510.000
Arruamentos da zona envolvente ao Tribunal			36.781	44.597												81.378
Protocolo de modernização administrativa				28.784												28.784
Req espaços urbanos, desportivos e zonas verdes e de lazer				484.058	581.434											1.065.492
Nova Escola EB 2,3 Dr. Ruy d'Andrade												322.748	364.992	112.120	0	799.860
Total Cooperação técnica e financeira (contratos-programa)	0	277.595	1.455.906	1.277.158	611.825	86.699	0	348.404	33.779	178.754	0	322.748	364.992	112.120	0	5.069.979

FEDER – Comparticipações recebidas no período 2002 – 2016

FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Inf. de saneamento básico e pavim. de áreas urb. do concelho	222.555															222.555
Prosiurb	8.767															8.767
Eixo 1 - Pavilhão polidesportivo - 2.ª fase - cobertura	175.048	10.688														185.737
Eixo 1 - Saneamento básico do concelho	227.883	88.097	47.538													363.518
Eixo 1 - Projeto de qualificação de zonas urbanas	369.444	267.244														636.688
Eixo 2 - Requalificação de espaços públicos do concelho	183.869	71.901														255.769
Eixo 3 - Piscina e Pavilhão	2.134															2.134
POE -Remodelação da Iluminação Pública - Zona Sul	48.587															48.587
Museu Nacional Ferroviário		64.623														64.623
Espaço internet		6.786														6.786
Adap. de infraest. e aquis. de equipam. e acesso a rede de inform.		1.892														1.892
Requalificação urbana da zona envolvente ao mercado diário			1.094.886	295.312	8.927											1.399.125
Pavilhão desportivo municipal			660.578	341.700												1.002.279
Piscina municipal			375.486	23.219												398.705
Recinto multiusos				525.529	228.636											754.165
Escolas 1.º ciclo - Hardware + software					21.839	1.149										22.989
Rede de ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro				106.848	332.551											439.399
Jardim de infância Norte					13.871	205.105										218.976
Programa de apetrechamento informático do Pré-escolar						380.526	2.448									382.974
Zona Industrial - 2.ª fase								184.754								184.754
Escola básica 1.º ciclo + Jardim de infância Sul								99.874	390.579						-46.939	443.515
Req. Urb. Freg. S. João Baptista									272.940			151.004			104.330	528.273
Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab									10.295			7.380				17.674
Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente									73.600			65.422			2.928	141.949
Man.Red. Viária-R.Af.Alb.,R.Prof.J.F.Corujo, LgVa									26.310			13.909				40.219
Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase									43.379			18.074			595	62.048
R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito									14.466			6.027				20.493
Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem												5.868			20.061	25.929
Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)									87.089			90.636			3.416	181.141
Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima									264.862			180.711			9.446	455.019
Rua 1º de Maio e R. Pedro Alvares Cabral										45.864	112.934	8.673				167.471
Rua Luís Falcão de Sommer (Iluminação)										29.290	1.905					31.195
Rua Luís Falcão de Sommer (Jogos de Água)										21.592	45.726	1.455				68.773
Rua Luís Falcão de Sommer (Mob. Urbano)										40.846	2.553					43.399

PRESTAÇÃO DE CONTAS – RELATÓRIO DE GESTÃO 2016



FEDER	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Rua D. Nuno Alvares Pereira											31.682	778				32.460
Bairro Frederico Ulrich										8.260	152.441	9.751			2.916	173.368
Remodelação da biblioteca municipal									559							559
Envolv. aos Campos Sint. e Baln. (Arr Exter à Piscina Mun. - 2.ª F.)									587.893							587.893
Parque do Bonito - Envolvente Campo Relvado e Bancada Poente									156.041							156.041
Parque do Bonito - Parque Radical							9.665		129.703						110.458	249.826
Requalificação urbana do Largo José Duarte Coelho									256.490							256.490
Remodelação Centro convívio 3ª idade										55.430						55.430
Parque verde do Bonito										446.867	1.167.312	52.109	8.513	11.812	76.860	1.763.473
Centro Escolar Norte e Acessibilidades											253.840	638.793	1.116.611	265.923	134.599	2.409.765
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária											15.329				13.714	29.043
Gestão e monitorização da parceria											4.496	11.436		1.790		17.722
Médio Tejo Gestão em SIG											877	5.284	22.057			28.217
Posto de turismo - alterações											614					614
Rede aberta multi-serviços											146.648				22.239	168.887
Remodelação do Centro Cultural											8.128	2.782			-5.601	5.309
Remodelação do centro de convívio 3.ª idade											3.465			3.100		6.564
Remodelação do edifício da biblioteca - 1.º andar											39.788				2.147	41.935
Remodelação e ampliação EB1 e II 2											2.108.082	213.948			57.934	2.379.963
Req. Parq.do Bonito - Const.equip. para animação e ativ. Econ.											602.938	49.973	21.683		40.530	715.124
Requalificação da praça da República											82.452					82.452
Requalificação do Jardim Parque J.P. Caldas											33.032	292.120			11.011	336.163
Requalificação urbana do Largo JD Coelho											29.006				21.594	50.600
Requalificação Zona Desportiva/Bonito											1.225.052					1.225.052
Escola Básica 2, 3 Dr. Ruy D'Andrade												1.695.631	2.084.621	490.393	-40.734	4.229.910
Médio Tejo Online													24.465	31.105		55.570
Requalificação Acessos Casais Formigos e Casal Vidigal													37.216	263.785		301.000
Requalificação Urbana Rua Elias Garcia													17.999	449.051		467.049
Alargamento da Avenida das Forças Armadas														258.555	32.345	290.899
Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima														532.672	17.981	550.653
Total FEDER	1.238.287	511.230	2.178.488	1.292.609	605.824	586.780	12.113	284.628	2.314.205	648.149	6.068.303	3.521.760	3.333.164	2.308.184	591.830	25.495.555

2. EXECUÇÃO E EVOLUÇÃO DA POLITICA ORÇAMENTAL AUTÁRQUICA

2.1. Modificações ao orçamento inicial

Relativamente a esta temática, o POCAL (ponto 8.3.1.), diz o seguinte:

“8.3.1.2. Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais para ocorrer a despesas não previstas ou insuficientemente dotadas, o orçamento pode ser objeto de revisões e de alterações.

8.3.1.3. O aumento global da despesa prevista dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de:

- a) Receitas legalmente consignadas;*
- b) Empréstimos contratados;*
- c) Nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial.*

8.3.1.4. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas as seguintes contrapartidas, para além das referidas no número anterior:

- a) Saldo apurado;*
- b) O excesso de cobrança em relação à totalidade das receitas previstas no orçamento; Outras receitas que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar.*

8.3.1.5. As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações. As alterações podem ainda incluir reforços ou inscrições de dotações de despesa por contrapartida do produto da contração de empréstimos ou de receitas legalmente consignadas.”

2.1.1. Na receita

Durante o exercício económico de 2016, foram efetuadas 3 alterações orçamentais e uma 1 revisão orçamental. Nestas operações houve uma redução global da receita em 1.838.268,87 €.

As **alterações orçamentais** resultaram das seguintes situações:

Aplicação do ponto 8.3.1.3 e 8.3.1.5 do POCAL, ou seja, é possível fazer um aumento global do orçamento através de uma alteração orçamental desde que seja para aplicação de receitas legalmente consignadas, com é o caso dos fundos comunitários.

Apresenta-se de seguida o resumo dessas situações em 2016

Arrecadação do produto de empréstimos contratados.

DESCRIÇÃO	VALOR
Alteração N.º 3 de 29/04/2016	
Empréstimo BEI (ultima tranche)	11.686,13

O valor em questão diz respeito à verba que faltava receber por parte do BEI. Na elaboração do orçamento para 2016 havia a expectativa de que o valor do empréstimo fosse totalmente recebido em 2015 e por isso a rubrica não foi criada no Orçamento de 2016. Tendo em conta que o empréstimo foi aprovado em setembro, em condições normais o valor deveria ter sido totalmente recebido em 2015.

Receitas provenientes de fundos comunitários

DESCRIÇÃO	VALOR
Alteração N.º 7 de 19/09/2016	66.674,00
Requalif. do Bairro Municipal da R. General Humberto Delgado	66.674,00
Alteração N.º 10 de 05/12/2016	-1.919.309,00
Ciclovia - Freguesia S. João Batista	-251.919,00
Requalificação dos Espaços Verdes dos Bairros Sociais	-382.500,00
Cine teatro S. João	-537.315,00
Reabilitação do Mercado Diário	-216.750,00
Melhoria do Desempenho Energético	-399.925,00
Ligação do Terminal de Contentores	-85.000,00
Entroncamento Verde - Ambiente Urbano	-45.900,00
Total	-1.852.635,00

A redução da receita introduzida pela alteração orçamental nº 10 teve por base as notas explicativas do **SATAPOCAL** que referem o seguinte:

Ponto II

(...) Se a diminuição ou anulação da receita não implicar a eliminação de projetos de investimento, já aprovados, considerando que uma redução da receita irá implicar uma redução também na despesa, a metodologia a adotar deverá passar por uma alteração orçamental (...)

No que diz respeito à **revisão orçamental**, no valor de 2.680 €, teve como contrapartida o saldo de gerência apurado e serviu para a criação de uma rubrica de leasing no PPI, cuja finalidade era a aquisição de 2 aspiradores urbanos. Esta opção do leasing não chegou a ser concretizada uma vez que os aspiradores foram adquiridos a “pronto”.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.1 – anexos ao balanço)

2.1.2. Na despesa

No decorrer do ano 2016 foram efetuadas 10 alterações orçamentais.

(vd. Quadro no ponto 8.3.1.2 – anexos ao balanço)

2.2. Resumo da execução orçamental

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	Previsão / Dotação Corr.	Realizado	Desvio	
			Valor	%
Receitas				
Correntes	12.070.989,00	11.182.796,36	-888.192,64	92,64%
Capital	2.422.999,13	1.527.311,18	-895.687,95	63,03%
Total rec. Corr.+ cap.	14.493.988,13	12.710.107,54	-1.783.880,59	87,69%
Outras receitas	3.421,00	37.278,70	33.857,70	1089,70%
Receitas	14.497.409,13	12.747.386,24	-1.750.022,89	87,93%
Despesas				
Correntes	10.981.898,00	9.890.760,58	-1.091.137,42	90,06%
Capital	3.503.825,00	2.182.750,59	-1.321.074,41	62,30%
Total de despesas	14.485.723,00	12.073.511,17	-2.412.211,83	83,35%

As previsões da receita foram de 14.493.409,13 € e as dotações da despesa foram de 14.485.723 € (a diferença deve-se à contração do empréstimo BEI).

O município arrecadou receitas correntes e de capital de 12.710.107,54 € e efetuou pagamentos de 9.890.760,58 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no ponto 3.3 do POCAL)

Receita corrente	11.182.796,36 €
Despesa corrente	9.890.760,58 €
Diferença	1.292.035,78 €

O município cumpriu o princípio do equilíbrio orçamental, visto que as receitas correntes foram superiores às despesas correntes em 1.292.035,78 €.

Verificação do princípio do equilíbrio orçamental (com base no art.º 40 da Lei Nº 73/2013-LFL)

Art.º 40 Nº 2 - A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Art.º 40 Nº 4 - Considera-se amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos o montante correspondente à divisão do capital contraído pelo nº de anos do contrato, independentemente do seu pagamento

Receita Corrente	11.182.796,36
Despesa Corrente	9.890.760,58
Amortização Média de Empréstimos	924.128,66
HÁ EQUILÍBRIO	367.907

2.3. Orçamento da receita – execução e evolução.

No quadro seguinte faz-se a síntese do mapa anexo designado “Controlo Orçamental – receita”. Elementos pormenorizados, rubrica a rubrica, poderão ser vistos nesse mapa (ponto 9.1.1).

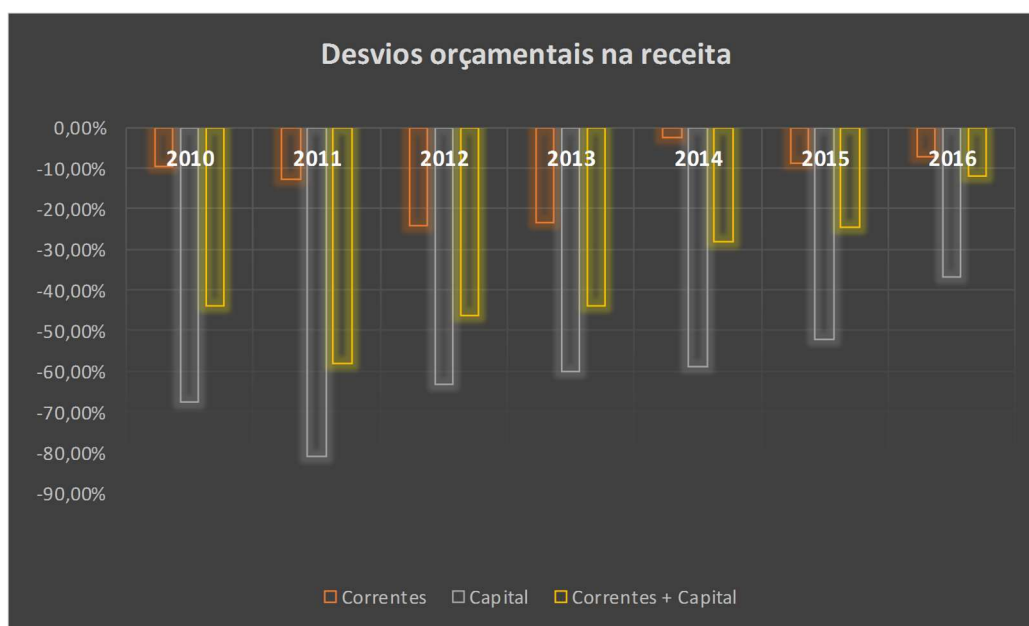
Rubricas	Receita 2016		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado - previsto	%	
01 Impostos directos	3.406.747,00	3.484.676,10	77.929,10	102,29%	2,29%
IMI + CA	2.636.025,00	2.444.558,76	-191.466,24	92,74%	-7,26%
IUC + IMV	428.415,00	416.634,77	-11.780,23	97,25%	-2,75%
IMT + SISA	224.982,00	491.616,49	266.634,49	218,51%	118,51%
Derrama	117.325,00	131.866,08	14.541,08	112,39%	12,39%
02 Impostos indirectos	1.112.468,00	192.569,71	-919.898,29	17,31%	-82,69%
04 Taxas, multas e outras penalidades	296.193,00	279.013,62	-17.179,38	94,20%	-5,80%
05 Rendimentos da propriedade	22.601,00	10.927,52	-11.673,48	48,35%	-51,65%
06 Transferências correntes	4.348.722,00	4.384.373,48	35.651,48	100,82%	0,82%
Fundo de Equilibrio Financeiro	1.634.071,00	1.674.627,00	40.556,00	102,48%	2,48%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00	100,00%	0,00%
Participação Fixa no IRS	1.159.852,00	1.154.679,00	-5.173,00	99,55%	-0,45%
Outras Transferências	1.279.892,00	1.280.160,48	268,48	100,02%	0,02%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.800.658,00	2.736.448,60	-64.209,40	97,71%	-2,29%
08 Outras receitas correntes	83.600,00	94.787,33	11.187,33	113,38%	13,38%
Total de receita correntes	12.070.989,00	11.182.796,36	-888.192,64	92,64%	-7,36%
09 Venda de bens de investimento	235.691,00	24.582,60	-211.108,40	10,43%	-89,57%
10 Transferências de capital	1.608.713,00	888.821,71	-719.891,29	55,25%	-44,75%
Fundo de Equilibrio Financeiro	181.563,00	186.070,00	4.507,00	102,48%	2,48%
Outras	1.427.150,00	702.751,71	-724.398,29	49,24%	-50,76%
12 Passivos financeiros	511.686,13	511.686,13	0,00	-511,686,13	-511,686,13
13 Outras receitas de capital	66.909,00	102.220,74	35.311,74	152,78%	52,78%
Total de receitas de capital	2.422.999,13	1.527.311,18	-895.687,95	63,03%	-36,97%
Total de receitas correntes + capital	14.493.988,13	12.710.107,54	-1.783.880,59	87,69%	-12,31%
15 Rep. não abatidas nos pagamentos	741,00	34.598,70	33.857,70	4669,19%	4569,19%
16 Saldo da gerência anterior	2.680,00	2.680,00	0,00	100,00%	0,00%
Total de outras receitas	3.421,00	37.278,70	33.857,70	1089,70%	989,70%
Total das receitas	14.497.409,13	12.747.386,24	-1.750.022,89	87,93%	-12,07%

Em termos orçamentais, o exercício terminou com um grau de execução da receita de 87,93 % o que representa um desvio global de 12,07 %.

Estamos perante uma recuperação da performance orçamental do município, traduzido nos menores desvios dos últimos anos, conforme se pode ver no quadro seguinte.

Evolução dos desvios orçamentais na receita

Receitas	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Correntes	-9,66%	-12,84%	-24,09%	-23,58%	-2,50%	-8,76%	-7,36%
Capital	-67,39%	-80,95%	-63,38%	-59,99%	-58,70%	-52,23%	-36,97%
Correntes + Capital	-43,90%	-58,19%	-46,27%	-44,08%	-27,97%	-24,71%	-12,07%



Nas receitas correntes verificou-se um grau de execução orçamental de 92,64 %

Nas receitas de capital (quadro fl. anterior), o desvio situou nos 36,97 %, ou seja, o grau de execução foi de 63,03 %.

A principal razão localiza-se na **venda de bens de investimento**, com um desvio de -89,57 % e nas **transferências de capital**, mais concretamente na rubrica FEDER e contratos-programa, com um desvio global de 50,76 %.

O desvio global das previsões da receita ficou em 12,07 %, ou seja, o grau de execução situou-se em 87,93 %. Este desempenho permitiu o cumprimento do artigo 56.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, o qual coloca como teto máximo de desvios o valor de 15%.

No que respeita à importância das diversas rubricas no total arrecadado, verifica-se que as **receitas correntes** representam 88,0 % da receita, sendo de destacar as **transferências correntes** com 34,5 %, os **impostos diretos** com 27,4 %, e a **venda de bens e serviços** com 21,5 %.

Em **receitas de capital**, que assumiu um peso de 12,0 % das entradas, a rubrica que mais se destacou foi **transferências de capital** e dentro destas as receitas no âmbito do FEDER + Contratos-programa (**Outras**), com um peso de 7,0 % na receita.

PESO NO TOTAL DA RECEITA COBRADA	2016		2015		Evolução do peso
Rubricas	Receita cobrada	Peso no total	Receita cobrada	Peso no total	
01 Impostos diretos	3.484.676,10	27,4%	3.773.702,07	24,9%	2,5%
IMI + CA	2.444.558,76	19,2%	2.539.678,99	16,8%	2,5%
IUC + IMV	416.634,77	3,3%	414.969,10	2,7%	0,5%
IMT + SISA	491.616,49	3,9%	702.838,07	4,6%	-0,8%
Derrama	131.866,08	1,0%	116.215,91	0,8%	0,3%
02 Impostos indiretos	192.569,71	1,5%	133.956,93	0,9%	0,6%
04 Taxas, multas e outras penalidades	279.013,62	2,2%	275.052,31	1,8%	0,4%
05 Rendimentos da propriedade	10.927,52	0,1%	10.909,91	0,1%	0,0%
06 Transferências correntes	4.384.373,48	34,5%	4.335.252,12	28,6%	5,9%
Fundo de Equilibrio Financeiro	1.674.627,00	13,2%	1.634.071,00	10,8%	2,4%
Fundo Social Municipal	274.907,00	2,2%	274.907,00	1,8%	0,3%
Participação Fixa no IRS	1.154.679,00	9,1%	1.159.852,00	7,7%	1,4%
Outras Transferências	1.280.160,48	10,1%	1.266.422,12	8,4%	1,7%
07 Venda de bens e serviços correntes	2.736.448,60	21,5%	2.899.230,21	19,1%	2,4%
08 Outras receitas correntes	94.787,33	0,7%	192.541,37	1,3%	-0,5%
Total de receita correntes	11.182.796,36	88,0%	11.620.644,92	76,7%	11,3%
09 Venda de bens de investimento	24.582,60	0,2%	49.517,19	0,3%	-0,1%
10 Transferências de capital	888.821,71	7,0%	2.601.866,95	17,2%	-10,2%
Fundo de Equilibrio Financeiro	186.070,00	1,5%	181.563,00	1,2%	0,3%
Outras	702.751,71	5,5%	2.420.303,95	16,0%	-10,4%
12 Passivos financeiros	511.686,13	4,0%	682.047,70	4,5%	-0,5%
13 Outras receitas de capital	102.220,74	0,8%	200.126,94	1,3%	-0,5%
Total de receitas de capital	1.527.311,18	12,0%	3.533.558,78	23,3%	-11,3%
Total de receitas correntes + capital	12.710.107,54	100,0%	15.154.203,70	100,0%	0,0%

Comparando com o ano anterior, assiste-se a um aumento do peso das receitas correntes no total das receitas em 11,3% e uma redução de igual percentagem nas receitas de capital.

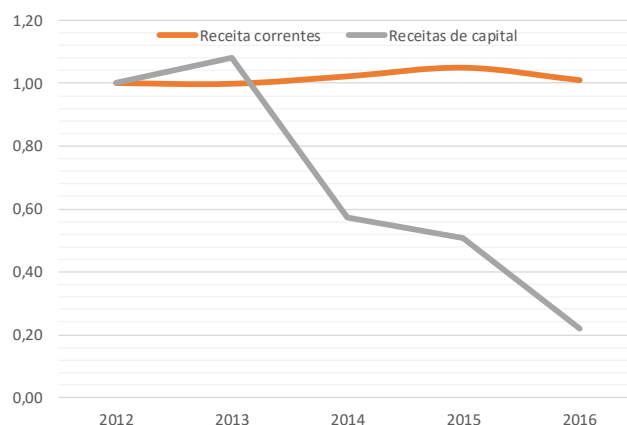
Relativamente à evolução das receitas no período 2012 a 2016, a situação é a que consta no quadro da folha seguinte.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2012	2013	2014	2015	2016
01 Impostos diretos	3.881.103,25	3.597.923,56	3.327.839,20	3.773.702,07	3.484.676,10
IMI + CA	2.442.746,07	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99	2.444.558,76
IUC + IMV	380.597,52	454.689,72	433.547,02	414.969,10	416.634,77
IMT + SISA	887.422,40	608.478,09	143.163,44	702.838,07	491.616,49
Derrama	170.337,26	130.376,76	122.582,70	116.215,91	131.866,08
02 Impostos indiretos	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71
04 Taxas, multas e outras penalidades	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31	279.013,62
05 Rendimentos da propriedade	44.091,21	41.581,81	10.952,67	10.909,91	10.927,52
06 Transferências correntes	3.789.947,62	4.150.227,03	4.208.133,80	4.335.252,12	4.384.373,48
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.191.843,00	1.589.119,00	1.807.410,00	1.634.071,00	1.674.627,00
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00	274.907,00
Participação Fixa no IRS	922.146,00	922.146,00	812.472,00	1.159.852,00	1.154.679,00
Outras Transferências	1.401.051,62	1.364.055,03	1.313.344,80	1.266.422,12	1.280.160,48
07 Venda de bens e serviços correntes	2.904.114,99	2.896.146,68	2.877.469,45	2.899.230,21	2.736.448,60
08 Outras receitas correntes	31.530,90	23.308,94	522.718,64	192.541,37	94.787,33
Total de receita correntes	11.077.927,87	11.099.806,93	11.320.735,00	11.620.644,92	11.182.796,36
09 Venda de bens de investimento	45.797,02	48.203,50	71.492,07	49.517,19	24.582,60
10 Transferências de capital	6.862.862,99	4.241.788,96	3.898.978,13	2.601.866,95	888.821,71
Fundo de Equilíbrio Financeiro	794.560,00	397.280,00	200.823,00	181.563,00	186.070,00
FEDER + Contr.-Programa	6.068.302,99	3.844.508,96	3.698.155,13	2.420.303,95	702.751,71
Outros			0,00	0,00	511.686,13
12 Passivos financeiros	0,00	3.181.877,53	0,00	682.047,70	511.686,13
13 Outras receitas de capital	21.160,00	12.082,81	4.629,41	200.126,94	102.220,74
Total de receitas de capital	6.929.820,01	7.483.952,80	3.975.099,61	3.533.558,78	1.527.311,18
Total de receitas correntes + capital	18.007.747,88	18.583.759,73	15.295.834,61	15.154.203,70	12.710.107,54

As **receitas correntes** sofreram uma redução face ao ano anterior (437.848,56 €), tendo sido o pior registo dos ultimos 3 anos.

Já as **receitas de capital**, registaram a redução mais acentuada dos ultimos 5 anos, a qual esteve relacionada principalmente com a rubrica FEDER.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2012		
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Receita correntes	1,00	1,00	1,02	1,05	1,01
Receitas de capital	1,00	1,75	0,22	9,46	4,83
Total	1,00	0,93	0,57	0,51	0,22



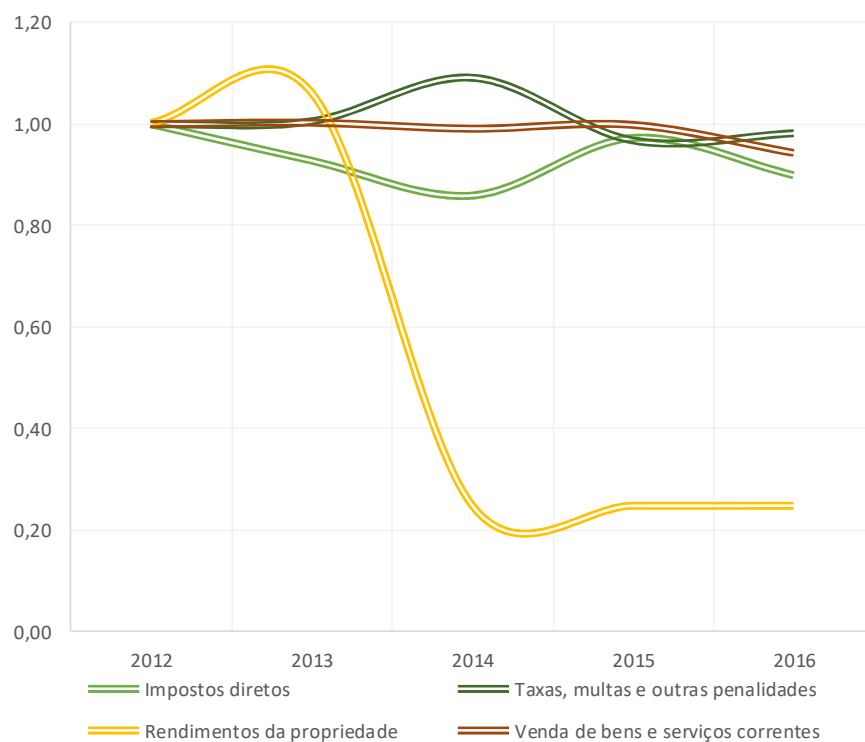
Evolução das principais rubricas da receita corrente.

No quadro, as rubricas que tendo um peso com algum significado na estrutura da receita, apresentaram valores inferiores aos recebidos em 2012.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2012		
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos diretos	1,00	0,93	0,86	0,97	0,90
Taxas, multas e outras penalidades	1,00	1,01	1,09	0,97	0,98
Rendimentos da propriedade	1,00	1,06	0,25	0,25	0,25
Venda de bens e serviços correntes	1,00	1,00	0,99	1,00	0,94

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Impostos diretos	3.881	3.598	3.328	3.774	3.485
Taxas, multas e outras penalidades	284	283	310	275	279
Rendimentos da propriedade	44	42	11	11	11
Venda de bens e serviços correntes	2.904	2.896	2.877	2.899	2.736

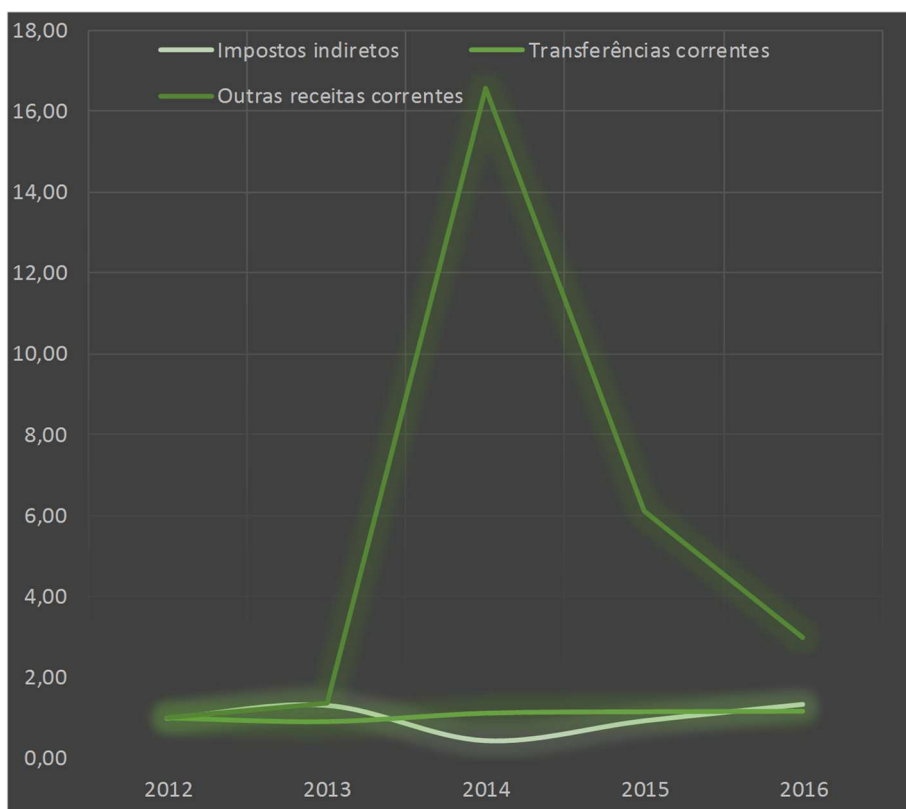


No quadro, as rubricas que apresentam crescimento face a 2012.

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2012		
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos indiretos	1,00	1,32	0,44	0,94	1,35
Transferências correntes	1,00	0,91	1,11	1,14	1,16
Outras receitas correntes	1,00	1,35	16,58	6,11	3,01

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Impostos indiretos	143	108	64	134	193
Transferências correntes	3.790	4.150	4.208	4.335	4.384
Outras receitas correntes	32	23	523	193	95



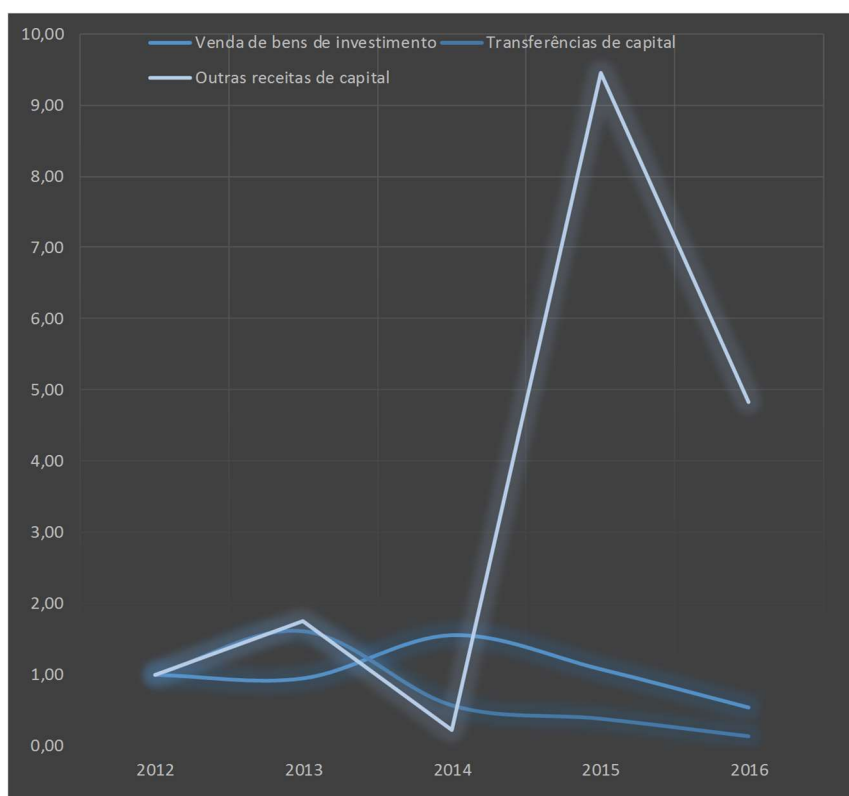
O comportamento da rubrica **outras receitas correntes** em 2014, é originado pelas operações relativas ao débito de energia elétrica consumida nas captações e nas ETARs (133.854,89 €) e à regularização da faturação de recolha e tratamento de efluentes apresentada pela empresa na Águas do Centro (atual Água de Lisboa e Vale do Tejo) e que o município, em parte (387.079,13 €), não aceitou.

No que respeita às principais receitas de capital, a evolução foi a seguinte:

Evolução sobre ano 100			Ano 100: 2012		
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Venda de bens de investimento	1,00	0,95	1,56	1,08	0,54
Transferências de capital	1,00	1,62	0,57	0,38	0,13
Outras receitas de capital	1,00	1,75	0,22	9,46	4,83

EM VALOR ABSOLUTO - UNIDADE: M €

Venda de bens de investimento	46	48	71	50	25
Transferências de capital	6.863	4.242	3.899	2.602	889
Outras receitas de capital	21	12	5	200	102



No global, a rubrica **transferências de capital** é a que congrega maior volume de fundos, oscilando em função do calendário de execução das obras comparticipadas e das respetivas transferências. Após um período de maior atividade financeira em 2012, com o aproximar do fim do QREN, também as verbas recebidas foram decaindo em 2013 e 2016.

2.3.1 Receitas Correntes

No decurso do ano cobraram-se **11.182.796,36 €** de receitas correntes, o que representa um grau de execução de **92,64 %**. O desvio orçamental foi de **7,36 %**.

2.3.1.1 Impostos diretos

Faz-se neste ponto, uma breve análise das receitas arrecadadas com impostos diretos municipais nos termos do artigo 14º da Lei nº 73/2013 de 3/9 (RFAL), designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto único de circulação, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama e ainda os montantes arrecadados referentes a impostos abolidos (sisa).

Esta rubrica teve um desempenho relevante para a tesouraria municipal, tendo sido responsável por receitas de 3.484.676,10 €, apresentando um grau de execução de 102,29 % face ao previsto, ou seja, mais 77.929,10 €.

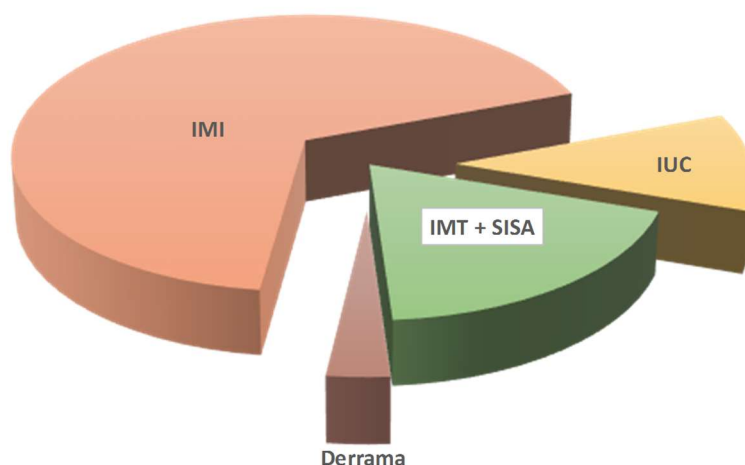
Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.636.025,00	2.444.558,76	92,74%
IUC - Imposto único de circulação	428.415,00	416.634,77	97,25%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	224.982,00	491.616,49	218,51%
Derrama	117.325,00	131.866,08	112,39%
TOTAL "IMPOSTOS DIRETOS"	3.406.747,00	3.484.676,10	102,29%

Deve realçar-se o bom índice de realização do IMT excedendo as expetativas em 118,51 %, ou seja, mais 266.634,49 € e da Derrama que registou uma receita cobrada 12,39 % acima do previsto.

No que diz respeito ao IMI e ao IUC apesar de não excederem as expetativas ficaram muito próximos disso.

No que respeita ao peso dos diversos impostos, verifica-se que a maior parte da receita (70,15%) tem origem no IMI, sendo que o menor peso pertence à derrama, com 3,78 %.

Rubricas	R. cobrada líquida	Peso
IMI - Imposto Municipal S/ Imóveis	2.444.558,76	70,15%
IUC - Imposto único de circulação	416.634,77	11,96%
IMT - Imp. Municipal S/ Transmissões Onerosas Imóveis + Sisa	491.616,49	14,11%
Derrama	131.866,08	3,78%
Total	3.484.676,10	100,00%



Veja-se de seguida a evolução destes impostos ao longo dos últimos 5 anos:

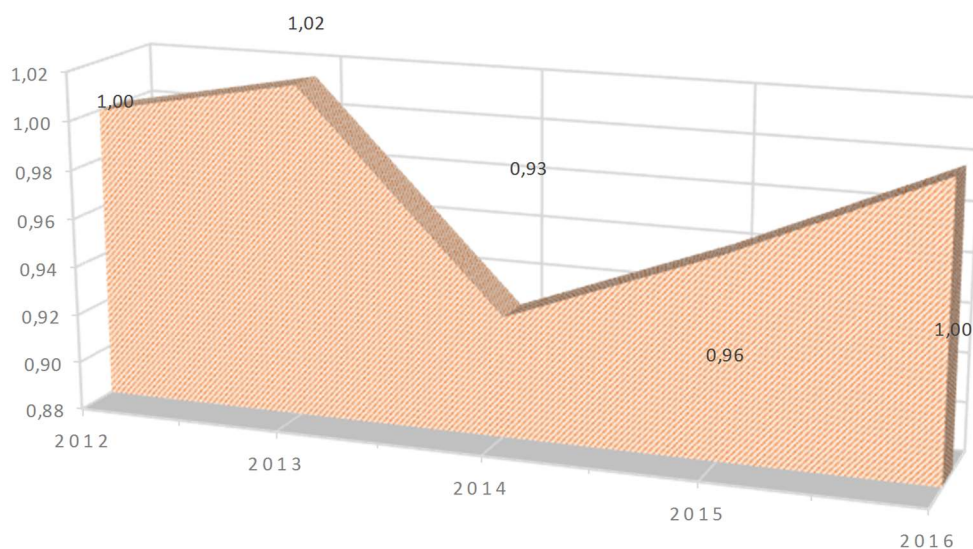
IMI - IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS

IMI - IMPOSTO SOBRE IMÓVEIS / CA - CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA

Ano 100: 2012

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	VAR 2016-2015
Receita de IMI	2.442.746,07	2.404.378,99	2.628.546,04	2.539.678,99	2.444.558,76	-95.120,23
Evolução sobre ano 100	1,00	1,02	0,93	0,96	1,00	

Evolução sobre o ano 100



O IMI foi o imposto direto mais importante conduzindo a uma receita de 2.444.558,76 €, (praticamente o mesmo valor registado em 2012), sendo fundamental para a sustentabilidade do funcionamento normal do município.

Face ao ano anterior verificou-se um decréscimo do valor do imposto cobrado. Esta redução está relacionada com a redução da taxa urbana para 0,36 e com situações de contribuintes que não procederam ao pagamento da taxa.

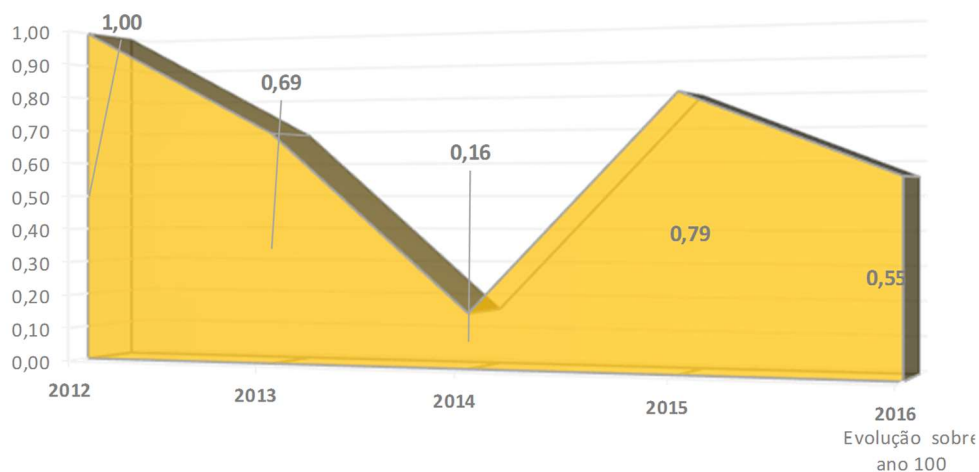
Do ponto de vista orçamental, como vimos antes, ficou 7,26 % abaixo das previsões.

HISTÓRICO DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE ENTRONCAMENTO

Ano	Taxa Urbana	Taxa Urbana IMI	Taxa Rústica
2015	-	0,3600	0,80
2014	-	0,3800	0,80
2013	0,7000	0,3900	0,80
2012	0,7000	0,4000	0,80

IMT - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSAÇÕES / SISA

Designação	Ano 100: 2012					VAR 2016-2015
	2012	2013	2014	2015	2016	
Receita	887.422,40	608.478,09	143.163,44	702.838,07	491.616,49	-211.221,58
Evolução sobre ano 100	1,00	0,69	0,16	0,79	0,55	



Verifica-se em 2016 uma redução bastante acentuada face ao ano anterior (211.221,58 €).

Esta diferença deve-se ao facto de no ano de 2015 ter havido uma transação “pouco habitual” referente ao empreendimento junto ao E.leclerc que passou para a posse do banco que financiou o mesmo (cerca de 400 m €).

Apesar de estar abaixo dos valores registados em 2012, 2013 e 2015 verificação que esta rubrica excedeu as expectativas iniciais em 118,51 %, ou seja, 266.634,49 €.

IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO

Designação	2012	2013	2014	2015	2016	VAR 2016-2015
Receita	380.597,52	454.689,72	433.547,02	414.969,10	416.634,77	1.665,67
Evolução sobre ano 100	1,00	1,19	1,14	1,09	1,09	

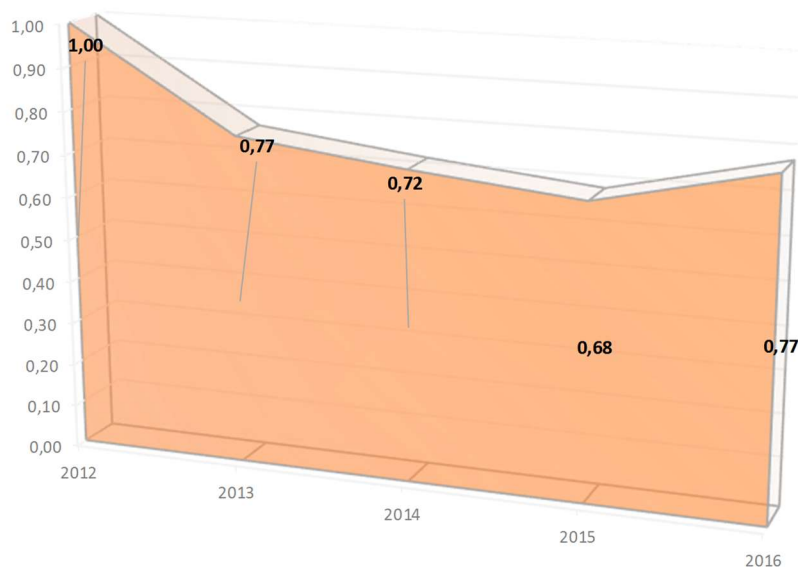


Verificou-se um ligeiro aumento do **IUC** face ao ano anterior reforçando a sua importância na estrutura do município.

No Orçamento de Estado para o ano de 2016 não se registaram alterações significativas nos valores face ao ano anterior, ou seja, para a generalidade da população, não houve alterações importantes ou dignas de registo.

DERRAMA

Ano 100: 2012						
Designação	2012	2013	2014	2015	2016	VAR 2016-2015
Receita	170.337,26	130.376,76	122.582,70	116.215,91	131.866,08	15.650,17
Evolução sobre ano 100	1,00	0,77	0,72	0,68	0,77	



A **derrama** é um imposto municipal que incide sobre os lucros das empresas sedeadas no concelho e é fixada anualmente pela Assembleia Municipal com o objetivo de apoiar o investimento municipal, geralmente em determinada área específica, tendo sido aplicada nos últimos anos uma taxa de 1,5%, incidente sobre o lucro tributável das empresas.

Analisando o gráfico, verificamos que este imposto não tem um comportamento constante devido às razões conjunturais conhecidas. Face ao ano anterior verificou-se um aumento no valor de 15.650,17 €, contudo, fica ainda longe dos valores registados em 2012.

De referir que relativamente ao imposto da derrama foram criados incentivos que se baseavam na criação líquida de postos de trabalho com as seguintes características:

- 1 - Redução de 1/3, para as empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35 % (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 2 Redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior;
- 3) Redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75% sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.

Apesar destes incentivos não deu entrada no município qualquer pedido de redução da taxa da derrama em 2016.

2.3.1.2 Impostos indiretos

São classificadas nesta rubrica as receitas que recaem sobre o sector produtivo e as que revestem a forma de taxas mas que são pagas por empresas.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Loteamentos e obras	859.015,00	73.720,40	8,58%	38,28%	72,02%
Outros impostos indiretos	14.862,00	64.974,58	437,19%	33,74%	
Ocupação da via pública	232.538,00	43.868,85	18,87%	22,78%	
Mercados e feiras	2.027,00	7.939,26	391,68%	4,12%	
Publicidade	4.026,00	2.066,62	51,33%	1,07%	
TOTAL DE IMPOSTOS INDIRETOS	1.112.468,00	192.569,71	17,31%	100,00%	

Importa, genericamente, explicar que as previsões são feitas com base nas regras previsionais do POCAL (ponto 3.3.), que estabelecem os procedimentos a seguir neste domínio: *a) As importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração.*

Prevendo-se receber 1.112.468 €, foram cobrados impostos indiretos no valor de 192.569,71 €, o que representa um grau de execução orçamental de 17,31 %.

De referir que o principal desvio deveu-se à rubrica “loteamentos e obras” pelo facto de não se ter concretizado diversos loteamentos já aprovados com os seguintes intervenientes:

Requente: Trindade & Martins, Lda.

Local: Rua José Régio

Previsão de receita: 306.590,94 €

Requente: Asas Invest

Local: Quinta de Santo António - Casal da Galharda

Previsão de receita: 276.426,44 €

Requente: MSC, SA

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 106.888,25 €

Requente: Zone Soft

Local: Casal Marcos Ferreira

Previsão de receita: 6.720,96 €

Requente: Unimarket – Imobiliária Lda

Local: Avenida Villiers Sur Marne

Previsão de receita: 138.208,02 €

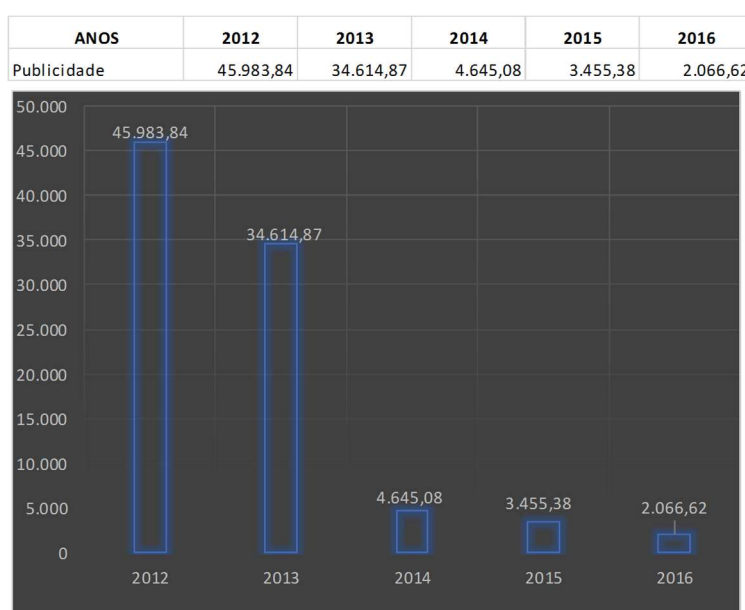
O não avanço destes loteamentos pode estar motivado pelo clima de instabilidade que continua a abater-se sobre a economia nacional.

Neste âmbito, observemos (ponto 2.3.1.4), o comportamento das rubricas de “loteamentos e obras” e “taxa de urbanização”.

Na receita outros impostos indiretos estão incluídas receitas como, alvará de licença especial de ruído – espetáculos, certidões, fornecimento de avisos, fornecimento de livro de obra, fotocópias e cópias de processos, horários de funcionamento, inspeções a elevadores, pedido de informação, plantas, taxa de urbanização, vistorias, entre outras.

Na rubrica **ocupação da via pública**, destaca-se o valor cobrado (20.559,00 €) referente a compensação de lugares de estacionamento na sequência da construção de um edifício habitacional na Rua do Forno do Grilo.

Relativamente à rubrica de **publicidade** arrecadou-se em 2016 o valor de 2.066,62 €.



O valor registado nesta rubrica é o valor líquido de isenções.

A partir de 2009, o município tem vindo a conceder anualmente isenções das taxas de publicidade aos agentes económicos cujo volume de negócios no ano anterior seja inferior a 250.000 €.

Até 31/12/2013 os interessados pagavam a publicidade no início do ano sendo reembolsados posteriormente aquando da apresentação das declarações fiscais fazendo prova que se enquadravam ou não no limite da isenção.

Neste modelo, as receitas pagas a título de publicidade eram registadas na rubrica **publicidade**, sendo os reembolsos considerados uma despesa orçamental.

O valor da rubrica retratava a receita potencial do município neste domínio, caso não existissem isenções.

A partir do início de 2014, as orientações foram no sentido de os agentes económicos que no ano anterior se situavam no limite da isenção, só efetuarem pagamentos de taxas de publicidade após entrega das declarações fiscais, ou seja após ficarem a conhecer se se enquadravam ou não na isenção.

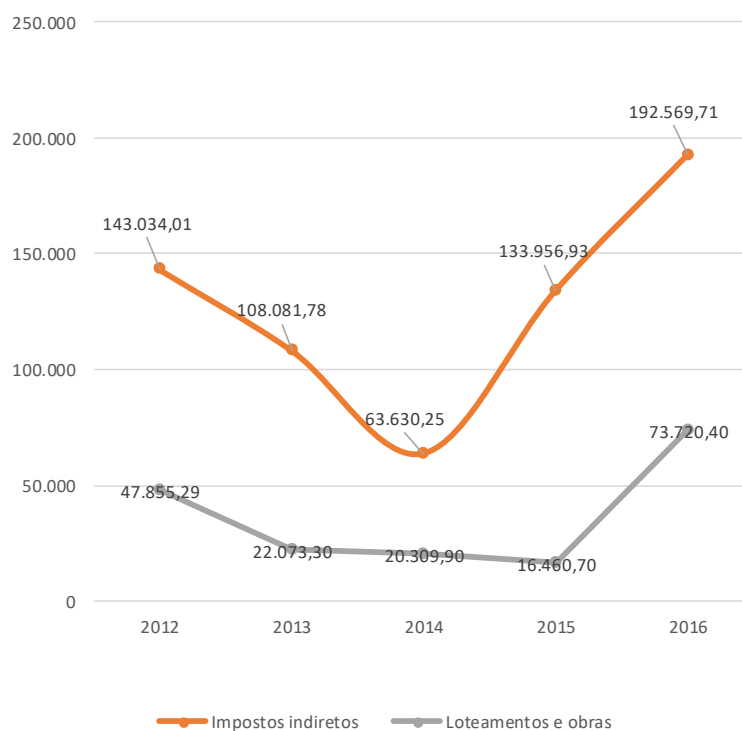
Como consequência, o valor da receita desceu e respeita unicamente aos não isentos ou aqueles que iniciam a atividade no ano em causa e por isso não tendo antecedentes comprovativos do respetivo volume de negócios.

Analisando a evolução da rubrica **02 – Impostos indiretos** no período 2012-2016, conclui-se por um acréscimo face a 2015, registado receitas no valor de 192.569,71 €. Este aumento, como já foi referido anteriormente, deve-se principalmente à rubrica “loteamentos e obras” e “ocupação da via pública”.

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos indiretos					
Mercados e feiras	2.764,75	2.275,21	1.983,21	2.054,78	7.939,26
Loteamentos e obras	47.855,29	22.073,30	20.309,90	16.460,70	73.720,40
Ocupação da via pública	34.095,20	33.972,89	22.352,01	97.688,39	43.868,85
Publicidade	45.983,84	34.614,87	4.645,08	3.455,38	2.066,62
Outros	12.334,93	15.145,51	14.340,05	14.297,68	64.974,58
Total impostos indiretos	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71

Verifica-se na rubrica “loteamentos e obras” um importante aumento face a anos anteriores, contudo, ainda longe dos valores registados no período antes da crise que afetou o setor imobiliário.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Impostos indiretos	143.034,01	108.081,78	63.630,25	133.956,93	192.569,71
Loteamentos e obras	47.855,29	22.073,30	20.309,90	16.460,70	73.720,40



2.3.1.3. Taxas, multas e outras penalidades

Este capítulo engloba os seguintes grupos:

Taxas;

Multas e outras penalidades.

No grupo das **Taxas** incluem-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços, nos termos da lei e dos regulamentos municipais em vigor.

No grupo das **Multas e outras penalidades** englobam-se as receitas provenientes da aplicação de coimas pela transgressão da lei, posturas e outros regulamentos.

A execução orçamental deste capítulo foi de 94,20 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita	
Mercados e feiras	205.612,00	181.825,35	88,43%	65,17%	88,40%
Loteamentos e obras	18.227,00	35.047,97	192,29%	12,56%	
Juros de mora	25.667,00	29.774,69	116,00%	10,67%	
Outras	34.656,00	25.237,94	72,82%	9,05%	
Ocupação da via pública	1.602,00	3.937,93	245,81%	1,41%	
Multas e penalidades diversas	2.376,00	1.590,81	66,95%	0,57%	
Coimas e penalidades por contra-ordenações	4.708,00	1.215,00	25,81%	0,44%	
Juros compensatórios	3.177,00	383,93	12,08%	0,14%	
Caça, uso e porte de arma	168,00	0,00	0,00%	0,00%	
TOTAL DE "TAXAS MULTAS E OUTRAS PENALIDADES"	296.193,00	279.013,62	94,20%	100,00%	

Verifica-se que existem 3 rubricas responsáveis por 88,40 % da receita cobrada.

- **Mercados e Feiras** diz respeito à receita cobrada aos feirantes do mercado diário e semanal. Com uma receita cobrada no valor 181.825,35 € atingiu um grau de execução de 88,43 % e representa 65,17 % das receitas cobradas.

- **Loteamentos e Obras** diz respeito aos processos introduzidos por particulares e registou uma receita cobrada no valor de 35.047,97 €, excedendo as expetativas em 92,29 %.

- **Juros de mora** dizem respeito principalmente aos juros recebidos por atraso no pagamento, por parte dos contribuintes, dos impostos diretos (IMI, IUC, derrama, IMT).

A receita em **Outras**, compreende principalmente:

Rubricas	Receita	%
Taxa Urbanística	4.834,89	19,16%
Cemitério	4.090,12	16,21%
Certidões	2.840,55	11,26%
Fotocópias	2.507,15	9,93%
Plantas de Localização	465,30	1,84%
Vistorias	443,60	1,76%
Sub-total	15.181,61	60,15%
Outras	10.056,33	39,85%
Total	25.237,94	100,00%

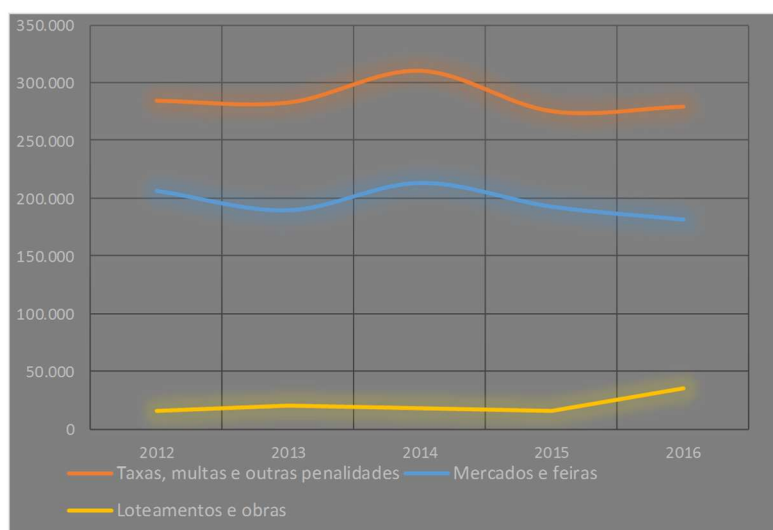
Evolução da rubrica “04 – Taxas, multas e outras penalidades” no período 2012-2016

Rubricas	Receita cobrada líquida				
	2012	2013	2014	2015	2016
TAXAS					
Mercados e feiras	206.649,51	189.871,44	213.551,44	192.980,83	181.825,35
Loteamentos e obras	15.826,53	20.260,89	18.386,55	16.066,29	35.047,97
Ocupação da via pública	1.848,59	910,50	2.129,45	1.113,60	3.937,93
Caça, uso e porte de arma	144,62	182,79	142,34	128,99	0,00
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	37.381,33	42.334,21	31.571,39	36.715,63	25.237,94
Total "Taxas"	261.850,58	253.559,83	265.781,17	247.005,34	246.049,19
MULTAS E OUTRAS PENALIDADES					
Juros de mora	1.767,97	805,62	31.989,47	23.024,33	29.774,69
Juros compensatórios	6.170,16	19.905,65	4.348,99	695,31	383,93
Coimas e penalidades por contra-ordenações	7.829,21	5.862,55	5.561,56	1.939,02	1.215,00
Multas e penalidades diversas	6.487,97	2.403,48	2.309,80	2.388,31	1.590,81
Total "Multas e outras penalidades"	22.255,31	28.977,30	44.209,82	28.046,97	32.964,43
Taxas, multas e outras penalidades	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31	279.013,62

Face ao ano anterior, o ano de 2016 registou uma ligeira subida (+ 3.961,31 €), contudo, ficou abaixo aos restantes anos em análise.

Taxas, multas e outras penalidades cujas rubricas historicamente mais significativas são **mercados e feiras** e **loteamentos e obras**, encontra o seu principal suporte na atividade que os particulares desenvolvem nos mercados municipais, porque a atividade relacionada com a indústria da construção civil, conheceu vários reveses ao longo do período, encontrando-se em declínio (apesar de se ter registado uma ligeira melhoria em 2016).

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Taxas, multas e outras penalidades	284.105,89	282.537,13	309.990,99	275.052,31	279.013,62
Mercados e feiras	206.649,51	189.871,44	213.551,44	192.980,83	181.825,35
Loteamentos e obras	15.826,53	20.260,89	18.386,55	16.066,29	35.047,97



2.3.1.4. Rubricas comuns

Conforme vimos nos pontos anteriores, existem rubricas, cuja natureza é a mesma, independentemente da entidade pagadora, empresas (02) ou particulares (04).

Vejamos os casos de:

- Loteamentos e obras;
- Ocupação da via pública;
- Taxa de urbanização;

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Loteamento e Obras (Impostos Indiretos)	859.015,00	73.720,40	8,58%
Loteamento e Obras (Taxas,)	18.227,00	35.047,97	192,29%
TOTAL "LOTEAMENTOS E OBRAS"	877.242,00	108.768,37	12,40%

Em **loteamentos e obras** o grau de execução (12,40%) ficou aquém do esperado, principalmente na rubrica prevista para a atividade empresarial, cujos desvios já foram explicados anteriormente. Na atividade realizada por particulares atingiu um grau de execução de 192,29 %.

Ocupação da via pública regista as taxas relativas à ocupação do espaço aéreo, solo e subsolo do domínio público municipal. O acentuado desvio no grupo **impostos indiretos**, resulta da existência de uma fatura emitida a uma empresa de construção relativa a ocupação de via pública e que ainda não foi paga.

Quanto à ocupação por particulares, o grau de execução fixou-se em 245,81 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Ocupação da Via Publica (Impostos Indiretos)	232.538,00	43.868,85	18,87%
Ocupação da Via Publica (Taxas,....)	1.602,00	3.937,93	245,81%
TOTAL "OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA"	234.140,00	47.806,78	20,42%

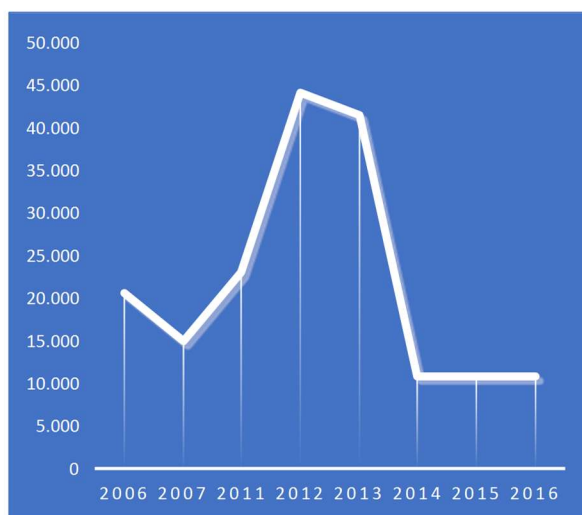
2.3.1.5. Rendimentos de propriedade

Este capítulo abrange as receitas provenientes do rendimento de ativos financeiros (depósitos bancários, títulos e empréstimos) e rendas de ativos não produtivos, nomeadamente terrenos e ativos incorpóreos (direitos de autor, patentes e outros).

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso na receita
Terrenos - Rendas	7.917,00	10.909,44	137,80%	99,83%
Juros - Bancos e outras instituições	14.684,00	18,08	0,12%	0,17%
TOTAL DE "RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE"	22.601,00	10.927,52	48,35%	100,00%

RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE

ANOS	RECEITA / PROV. (€)
2006	20.705,02
2007	14.946,00
2011	23.095,56
2012	44.091,21
2013	41.581,81
2014	10.952,67
2015	10.927,52
2016	10.927,52



As **Rendas de terrenos** referem-se à receita pela colocação de torres de operadoras de telemóveis (NOS/otimus e MEO/tmn) em terrenos municipais.

A rubrica **Juros** praticamente não teve movimento porque o município não dispôs de excedentes que lhe permitissem efetuar aplicações financeiras.

2.3.1.6. Transferências correntes

Classificam-se como **transferências correntes** os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação pré-estabelecida.

O município recebeu transferências:

- do Orçamento de Estado, ao abrigo do artigo 25º do RFAL;
- de sociedades privadas,
- e ainda a título de **outras transferências**.

Com uma receita de 4.384.373,48 € a rubrica **transferências correntes** teve um grau de execução orçamental de 100,82 %, ultrapassando ligeiramente as previsões orçamentais.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.634.071,00	1.674.627,00	102,48%
Participação fixa no IRS	1.159.852,00	1.154.679,00	99,55%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%
Privadas	312.507,00	326.409,16	104,45%
Outras	967.385,00	953.751,32	98,59%
TOTAL "TRANSFERÊNCIAS CORRENTES"	4.348.722,00	4.384.373,48	100,82%

A rubrica **Transferências – Privadas** tem origem na sua maior parte na renda paga pela EDP relativamente ao consumo de iluminação pública, no âmbito do contrato de concessão e ainda ao reembolso de seguros de acidentes de trabalho, por parte da companhia de seguros, conforme quadro seguinte:

Rubricas	Valor
Renda de IP - EDP	286.709,17
Seguros - Reembolsos de seguros	39.699,99
Total	326.409,16

A rubrica “**Outras**” é composta pelas seguintes transferências:

Rubricas	Receita €
Centro de Emprego e Formação Profissional:	
Emprego Apoiado Contrato Emprego - Portadores de deficiência	
Estágios profissionais	5.269,33
Projetos CEI, CEI+, PAC	63.498,48
IEFP - GIP - Gabinete de Inserção Profissional	10.821,41
ANSR - Estacionamento - parte nas contraordenações	40,50
Ministério da Educação:	
DREL - acordo pré-escolar, enriq. curricular, refeições escolares, Conservação do P. Escolar	187.639,69
Transferência de competências (remunerações)	622.961,81
Instituto da Segurança Social	25.485,24
Gabinete Técnico Florestal (Entroncamento/VN Barquinha)	30.757,86
Instituto da Mobilidade e Transportes	7.277,00
Total	953.751,32

As transferências do Orçamento de Estado (FEF+FSM+IRS) no seu conjunto (correntes + capital) foram dos seguintes montantes:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total
Fundo de Equilíbrio Financeiro				
- Receitas correntes	1.634.071,00	1.674.627,00	102,48%	50,90%
- Receitas de capital	181.563,00	186.070,00	102,48%	5,66%
FEF total	1.815.634,00	1.860.697,00	102,48%	56,55%
Participação fixa no IRS	1.159.852,00	1.154.679,00	99,55%	35,09%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	100,00%	8,36%
TOTAL	3.250.393,00	3.290.283,00	101,23%	100,00%

No que respeita à importância de cada uma destas rubricas no total das transferências, temos:

- FEF, com 56,55 %
- Participação fixa no IRS, com 35,09 %, e
- Fundo Social Municipal com 8,36 %.

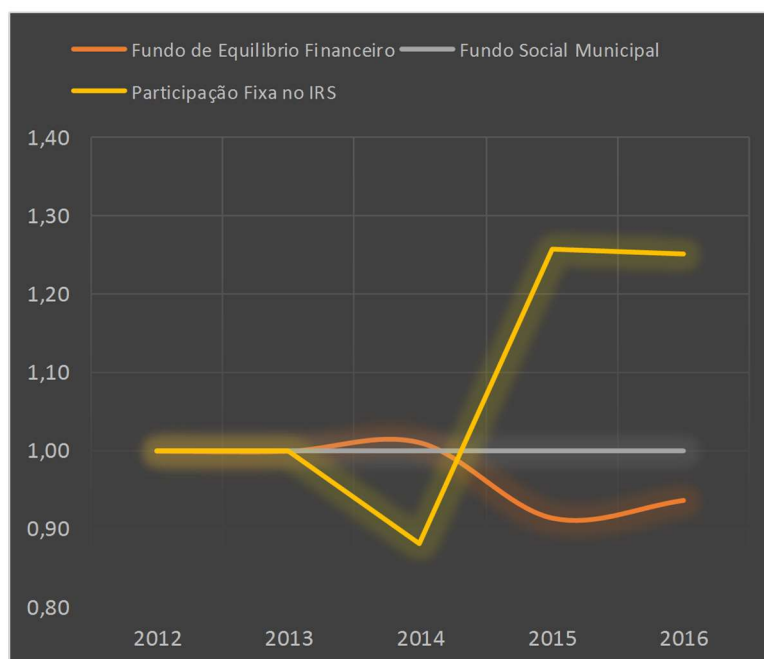
Evolução das transferências do Orçamento de Estado no período 2012-2016:

Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.986.403	1.986.399	2.008.233	1.815.634	1.860.697
Fundo Social Municipal	274.907	274.907	274.907	274.907	274.907
Participação Fixa no IRS	922.146	922.146	812.472	1.159.852	1.154.679
Total de transferências	3.183.456	3.183.452	3.095.612	3.250.393	3.290.283

Verificou-se uma melhoria face aos últimos 4 anos que permite um maior equilíbrio na gestão financeira do município.

No Fundo Social Municipal tem-se verificado uma estabilização dos valores, enquanto o Fundo Social Municipal e a Participação no IRS têm variado ao longo dos anos, conforme demonstra gráfico abaixo.

Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1,00	1,00	1,01	0,91	0,94
Fundo Social Municipal	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Participação Fixa no IRS	1,00	1,00	0,88	1,26	1,25



2.3.1.7. Vendas de bens e serviços correntes

Venda de bens e serviços correntes é uma área com algum significado nas receitas do município, tendo representado 21,50 % do total das receitas correntes.

Em 2016, registou receitas no valor de 2.736.448,60 €, o que significa um grau de execução orçamental de 97,71 %.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução	Peso no total cobrado	
Água	1.279.753,00	1.269.230,98	99,18%	46,38%	84,33%
Saneamento	600.684,00	587.417,23	97,79%	21,47%	
Resíduos sólidos	451.396,00	451.089,55	99,93%	16,48%	
Fornecimento de Refeições Escolares	118.263,00	121.051,02	102,36%	4,42%	
Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	88.137,00	89.286,95	101,30%	3,26%	
Serviços desportivos	86.700,00	47.392,11	54,66%	1,73%	
Outras rendas	48.298,00	42.115,60	87,20%	1,54%	
Rendas Habitações	45.768,00	43.473,47	94,99%	1,59%	
Parques de estacionamento	36.358,00	36.913,45	101,53%	1,35%	
Prolongamento de Horários Escolares	20.485,00	21.185,11	103,42%	0,77%	
Produtos acabados e intermédios	5.175,00	3.078,76	59,49%	0,11%	
Serviços culturais	7.770,00	15.445,00	198,78%	0,56%	
Mercados e feiras	2.783,00	2.595,92	93,28%	0,09%	
Ligação de Ramais e Contratos de Água	1.328,00	798,20	60,11%	0,03%	
Outros Serviços	983,00	1.926,13	195,94%	0,07%	
Livros e documentação técnica	113,00	97,50	86,28%	0,00%	
Outras mercadorias	69,00	28,80	41,74%	0,00%	
Fornecimento de Processos de Concursos	1.500,00	0,00	0,00%	0,00%	
Outros Desperdícios, resíduos e refugos	2.952,00	1.537,50	52,08%	0,06%	
Sucata	2.059,00	0,00	0,00%	0,00%	
Trabalhos por conta de particulares	84,00	1.785,32	2125,38%	0,07%	
Total Venda de bens e serviços correntes	2.800.658,00	2.736.448,60	97,71%	100,00%	

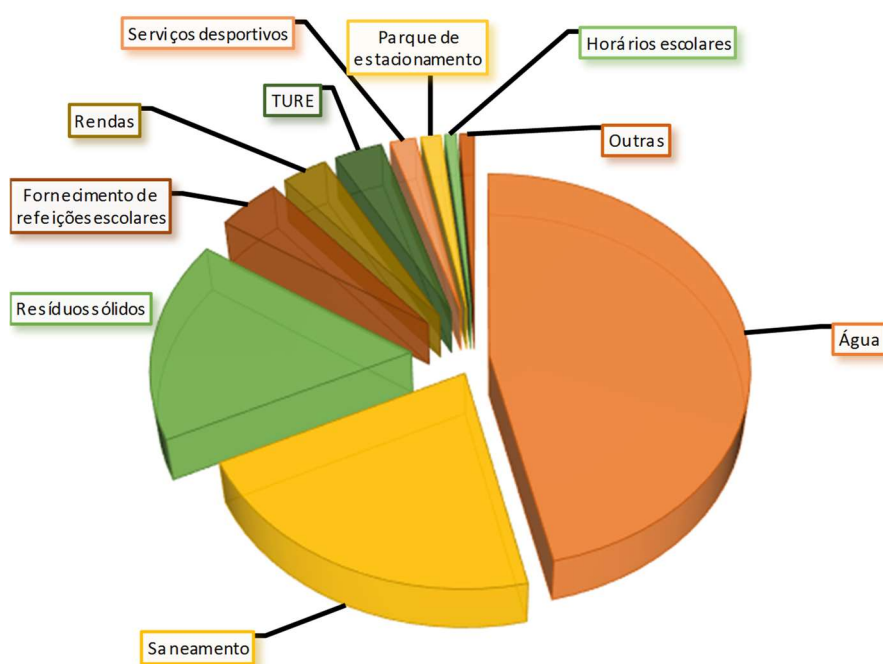
Existem 3 rubricas responsáveis por 84,33 % da receita total das “**vendas de bens e serviços**”, as quais, atingiram a previsão inicialmente feita.

Em termos absolutos, a **venda de água** foi a mais representativa das rubricas com uma receita de 1.269.230,98 €, seguida de **saneamento de águas residuais** com 587.417,23 € e em 3.º lugar gestão de **resíduos sólidos** com 451.089,55 €.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Água	1.279.753,00	1.269.230,98	99,18%
Ligação de ramais e contratos de água	1.328,00	798,20	60,11%
TOTAL DO SETOR "ÁGUAS"	1.281.081,00	1.270.029,18	99,14%
Saneamento	600.684,00	587.417,23	97,79%
Resíduos Sólidos	451.396,00	451.089,55	99,93%
TOTAL "ÁGUAS, SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS"	2.333.161,00	2.308.535,96	98,94%

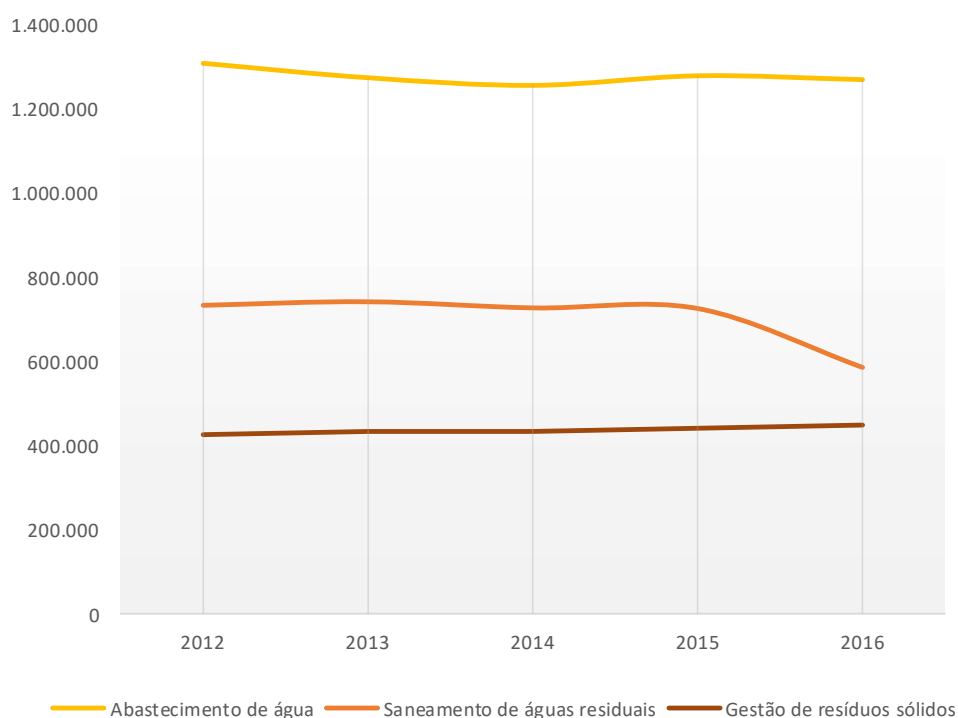
Posição das rubricas mais importantes no agrupamento **Venda de bens e serviços correntes**:

Rubricas	Receita
Água	1.269.230,98
Saneamento	587.417,23
Resíduos sólidos	451.089,55
Fornecimento de refeições escolares	121.051,02
Rendas	85.589,07
TURE	89.286,95
Serviços desportivos	47.392,11
Parque de estacionamento	36.913,45
Horários escolares	21.185,11
Outras	27.293,13
Total	2.736.448,60



Analisa-se de seguida a evolução das 3 áreas mais representativas desta rubrica, ao longo do período 2012 – 2016.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Abastecimento de água	1.306.827,39	1.274.260,78	1.257.287,23	1.278.919,53	1.270.029,18
Saneamento de águas residuais	732.854,93	741.294,46	726.512,85	725.534,19	587.417,23
Gestão de resíduos sólidos	428.213,46	435.120,71	432.377,16	442.275,76	451.089,55



Transportes coletivos de pessoas e mercadorias diz respeito à receita cobrada nos transportes urbanos **TURE**. Esta rubrica registou uma receita de 89.286,95 €, o que se traduz num grau de execução de 101,30 %, conforme se infere do quadro inicial.

No setor da educação verifica-se os seguintes valores:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fornecimento de Refeições Escolares	118.263,00	121.051,02	102,36%
Prolongamento de Horários Escolares	20.485,00	21.185,11	103,42%
TOTAL DO SECTOR "ESCOLAS"	138.748,00	142.236,13	102,51%

O grau de execução superou as expetativas em 2,51 %.

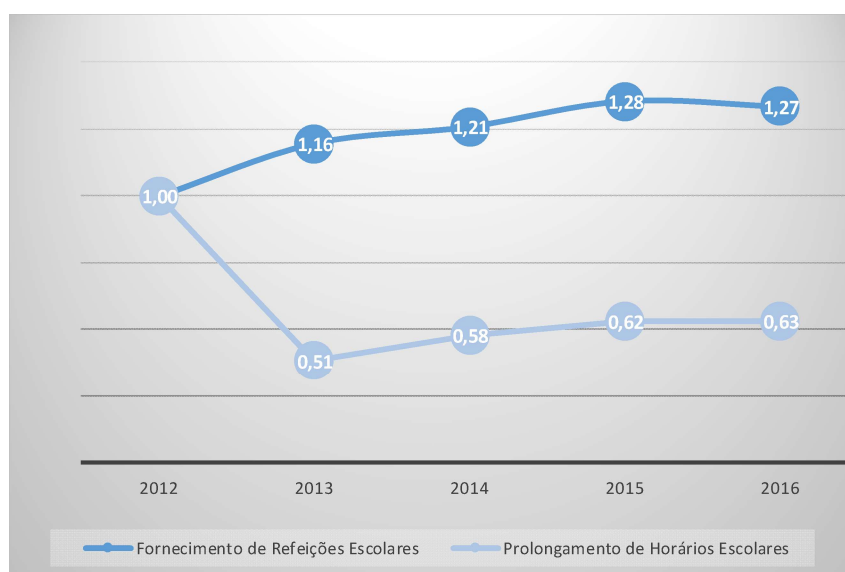
Comparando com os últimos 5 anos temos:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Fornecimento de Refeições Escolares	95.533,87	110.542,93	115.326,98	122.620,48	121.051,02
Prolongamento de Horários Escolares	33.844,76	17.102,09	19.727,64	21.151,32	21.185,11

De facto, a receita de **fornecimento de refeições escolares** tem vindo a crescer a um ritmo assinalável, devido principalmente ao aumento do número de refeições servidas.

A receita com os **prolongamentos de horários escolares** apesar de ter registado uma ligeira subida mante-se praticamente ao mesmo nível dos últimos 2 anos.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Fornecimento de Refeições Escolares	1,00	1,16	1,21	1,28	1,27
Prolongamento de Horários Escolares	1,00	0,51	0,58	0,62	0,63



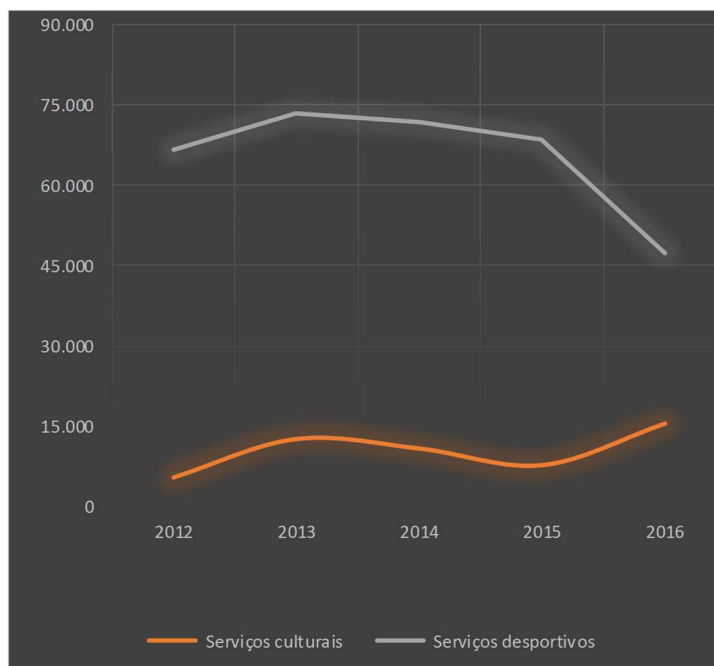
No setor de **desporto, cultura e tempos livres**, a situação foi a seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Serviços culturais	7.770,00	15.445,00	198,78%
Serviços desportivos	86.700,00	47.392,11	54,66%
TOTAL "CULTURA, DESPORTO E RECREIO"	94.470,00	62.837,11	66,52%

O nível de execução ficou 33,48 % abaixo das previsões, registando uma receita de 62.837,11 €.

A evolução deste tipo de receita face aos últimos 5 anos é a seguinte:

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Serviços culturais	5.305,50	12.540,50	10.747,00	7.612,25	15.445,00
Serviços desportivos	66.475,73	73.503,49	71.781,80	68.588,76	47.392,11



Os **serviços desportivos** dizem respeito à receita que se cobra nas piscinas municipais, pavilhão municipal e campos sintéticos. A redução de receita face ao ano anterior pode-se explicar com o protocolo assinado entre o Município e o Clube Lazer Aventura e Competição (CLAC), o qual, permite a esta entidade a utilização das Piscinas Municipais e os Campos de Tenis de forma gratuita, à imagem do que é feito com outras entidades da terra.

A rubrica **serviços culturais** diz respeito à receita cobrada nos vários espetáculos culturais. A oscilação dos valores está relacionada com o nº e tipo de espetáculos em cada ano.

A rubrica **rendas** apresenta no global uma receita de 85.589,07 € dividindo-se em:

- Habitação social: 43.473,47 €

- Outras rendas: 42.115,60 €

Em **outras rendas** o valor é composto pelas rendas cobradas nos seguintes equipamentos municipais:

- Café junto aos campos sintéticos: 1.247,52 €

- Café no Centro Cultural: 4.899,96 €

- Café na Praça Salgueiro Maia: 6.324,72 €

- Antigas Piscinas Municipais: 11.158,12 €

- Stands das Festas da Cidade: 17.735,50 €

- Outras rendas: 809,78 € (máquinas de vending)

2.3.1.8. Outras receitas

Compreende as receitas cobradas e que não estão tipificadas em artigo próprio.

O desempenho no ano de 2016 foi o seguinte:

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Diversas	83.600,00	94.787,33	113,38%
TOTAL "OUTRAS RECEITA CORRENTES"	83.600,00	94.787,33	113,38%

Dos 94.787,33 € cobrados, os valores mais representativos referem-se aos seguintes movimentos:

- Compensação de Encargos com Eletricidade = 72.800,59 €

Diz respeito aos custos de energia suportados pelo município referentes às instalações da ETAR principal e da ETAR do Centro de Convívio, as quais, são da responsabilidade das Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

- Patrocínio - Festas da Cidade do Entroncamento 2016 = 17.220,00 €

Principal patrocínio das Festas da Cidade dado pela Sociedade Central de Cervejas e Bebidas, SA.

- Patrocínio – Feira de Abril = 2.500,00 €

Patrocínio dado pela entidade Diversões Simões, Lda.

2.3.2 Receitas de Capital

As receitas de capital são as que apresentam o maior desvio (36,97 %), tendo-se realizado apenas 63,03 % do previsto.

Rubricas	Receita		Grau de execução		Desvio orçamental
	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Realizado -previsto	%	
09 Venda de bens de investimento	235.691,00	24.582,60	-211.108,40	10,43%	-89,57%
10 Transferências de capital	1.608.713,00	888.821,71	-719.891,29	55,25%	-44,75%
<i>Fundo de Equilibrio Financeiro</i>	<i>181.563,00</i>	<i>186.070,00</i>	<i>4.507,00</i>	<i>102,48%</i>	<i>2,48%</i>
<i>Outros</i>	<i>1.427.150,00</i>	<i>702.751,71</i>	<i>-724.398,29</i>	<i>49,24%</i>	<i>-50,76%</i>
12 Passivos financeiros	511.686,13	511.686,13	0,00	-	-
13 Outras receitas de capital	66.909,00	102.220,74	35.311,74	152,78%	52,78%
Total de receitas de capital	2.422.999,13	1.527.311,18	-895.687,95	63,03%	-36,97%

Este desvio deve-se essencialmente às rubricas:

- Vendas de bens de investimento
- Transferências de capital – outras

Passemos à análise pormenorizada destas rubricas.

2.3.2.1 Venda de bens de investimento

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Terrenos	235.687,00	24.582,60	10,43%
Equipamento de transporte	1,00	0,00	0,00%
Maquinaria e equipamento	1,00	0,00	0,00%
Equipamento de transporte - Soc. Financeiras	1,00	0,00	0,00%
Maquinaria e equipamento - Soc. Financeiras	1,00	0,00	0,00%
Total "Venda de bens de investimento"	235.691,00	24.582,60	10,43%

De uma dotação previsional de 235.691 € foram cobrados 24.582,60 €, o que significa um grau de execução orçamental de 10,43 %.

O valor registado nesta rubrica refere-se à alienação de parcelas de terreno no cemitério.

O desvio deve-se ao facto de não se ter concretizado a alienação do Lote nº 4 sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material (com área de 311 m2).

A alienação deste lote de terreno consta no contrato de empreitada da Requalificação Urbana da Praça Salgueiro Maia assinado entre o Município e a firma João Salvador Lda em 05/03/2008. No contrato era referido que uma das formas de pagamento da empreitada era o terreno acima referido, avaliado em 180.000 €.

Com a entrada em insolvência da firma João Salvador este processo ficou suspenso, contudo, tendo em conta que se encontra inserido no Plano Plurianual de Investimentos no **projeto 03.008 2014/22-7 – Requalificação Urbana – Praça da Republica e Monumento ao Trabalhador Ferroviário** uma dotação de 171.168 €, referente a fatura emitida e não paga e uma vez que o município só irá proceder ao pagamento através da alienação do terreno optou-se por colocar do lado da receita o valor equivalente a este terreno.

Caso esta situação ficasse resolvida a execução da rubrica “**terrenos**” ficava na ordem dos 87 %.

2.3.2.2 Transferências de capital

Entende-se por transferências de capital os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital.

Em particular, dizem respeito às transferências financeiras que têm origem no Orçamento de Estado e às transferências da União Europeia, a título de comparticipação em projetos de investimento apoiados, designadamente pelo FEDER.

2.3.2.2.1. Transferências do Orçamento de Estado

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Fundo de Equilíbrio Financeiro	181.563,00	186.070,00	102,48%

As “receitas de capital” provenientes do Orçamento de Estado tiveram um grau de execução de 102,48 %, cuja apreciação foi realizada no ponto 2.3.1.6.

2.3.2.2.2. Transferências – FEDER e Cooperação Técnica e Financeira

O município encerrou em 2016 o **QREN-Quadro de Referência Estratégica Nacional**.

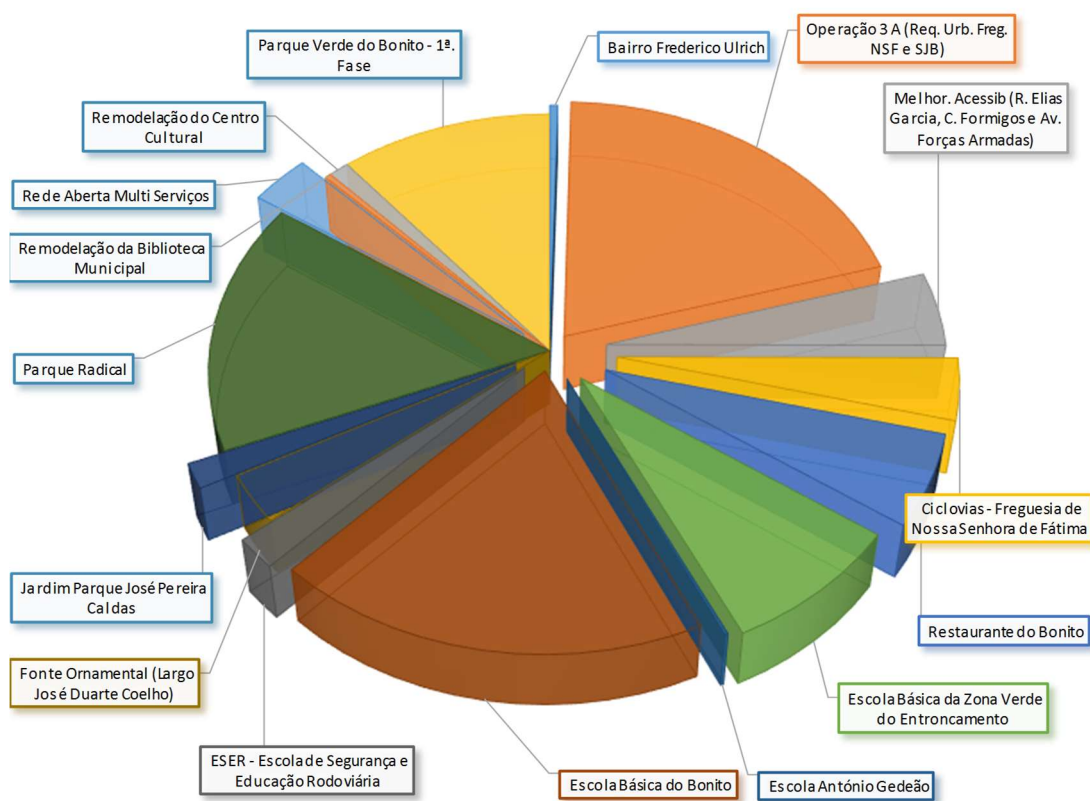
A verba recebida em 2016 diz respeito aos últimos 5 % retidos que foram libertados após o encerramento das candidaturas. As únicas 2 situações que transitaram para 2017 foram Escola Básica do Bonito e a Escola EB 2/3 Ruy De Andrade.

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
FEDER	1.081.415,00	702.751,71	64,98%
Cooperação Técnica e Financeira	345.735,00	0,00	0,00%
Total	1.427.150,00	702.751,71	49,24%

No que se refere a participações FEDER, recebeu verbas para os seguintes projetos:

FEDER/QREN

Projeto	Comparticipação	%
Bairro Frederico Ulrich	2.915,58	0,4%
Operação 3 A (Req. Urb. Freg. NSF e SJB)	140.775,23	20,0%
Melhor. Acessib (R. Elias Garcia, C. Formigos e Av. Forças Armadas)	32.344,54	4,6%
Ciclovias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	27.163,21	3,9%
Restaurante do Bonito	40.530,01	5,8%
Escola Básica da Zona Verde do Entroncamento	57.934,20	8,2%
Escola António Gedeão	1.046,32	0,1%
Escola Básica do Bonito	134.598,79	19,2%
ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	13.714,12	2,0%
Fonte Ornamental (Largo José Duarte Coelho)	21.594,28	3,1%
Jardim Parque José Pereira Caldas	11.011,27	1,6%
Parque Radical	110.457,92	15,7%
Rede Aberta Multi Serviços	22.239,44	3,2%
Remodelação da Biblioteca Municipal	2.147,21	0,3%
Remodelação do Centro Cultural	7.419,60	1,1%
Parque Verde do Bonito - 1ª. Fase	76.859,99	10,9%
Total	702.751,71	100,0%



2.3.2.3 Passivos financeiros

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Passivos financeiros	511.686,13	511.686,13	100,00%
Total "Passivos financeiros"	511.686,13	511.686,13	100,00%

A receita cobrada em “**passivos financeiros**” diz respeito a:

- Empréstimo contratado ao Banco Europeu do Investimento para fazer face aos seguintes investimentos:

Escola do Bonito = 11.686,13 €

Este valor diz respeito à tranche final recebida no início de 2016.

- Empréstimo de Curto Prazo

Este empréstimo foi no valor de 500.000 € e serviu de apoio à tesouraria municipal.

O empréstimo foi totalmente pago no mês de dezembro.

2.3.2.4. Outras receitas de capital

Rubricas	Previsão corrigida	R. cobrada líquida	Grau de execução
Outras receitas de capital	66.909,00	102.220,74	152,78%
Total "Outras Receitas de Capital"	66.909,00	102.220,74	152,78%

O valor cobrado diz respeito aos seguintes acionamentos de garantias bancárias:

Caixa Económica Montepio Geral

Alvará de loteamento 6/95 = 38.120,74 €

Novo Banco

Correção de defeito na Escola Dr. Ruy Andrade = 64.100 €

2.4 Orçamento da despesa – execução

Vejamos o mapa resumo das despesas, por classificação económica.

Análise mais detalhada, poderá ser encontrada no mapa anexo “Controlo Orçamental – Despesa” (ponto 9.1.2).

2016						
CI	Designação	Despesa		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realizado - orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.226.380,00	5.040.273,55	-186.106,45	96,44%	-3,56%
02	Aquisição de bens e serviços	5.041.270,00	4.219.037,97	-822.232,03	83,69%	-16,31%
03	Juros e outros encargos	212.793,00	178.667,22	-34.125,78	83,96%	-16,04%
04	Transferências correntes	342.471,00	299.854,04	-42.616,96	87,56%	-12,44%
06	Outras despesas correntes	158.984,00	152.927,80	-6.056,20	96,19%	-3,81%
Total de despesas correntes		10.981.898,00	9.890.760,58	-1.091.137,42	90,06%	-9,94%
07	Aquisição de bens de capital	1.984.759,00	670.177,87	-1.314.581,13	33,77%	-66,23%
08	Transferências de capital	28.308,00	22.419,56	-5.888,44	79,20%	-20,80%
09	Ativos Financeiros	70.908,00	70.908,00	0,00	100,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	1.419.850,00	1.419.245,16	-604,84	99,96%	-0,04%
Total de despesas de capital		3.503.825,00	2.182.750,59	-1.321.074,41	62,30%	-37,70%
Total de despesas		14.485.723,00	12.073.511,17	-2.412.211,83	83,35%	-16,65%

2015	Total de despesas	19.904.937,00	15.285.874,07	-4.619.062,93	76,79%	-23,21%
-------------	--------------------------	----------------------	----------------------	----------------------	---------------	----------------

Foi prevista em sede de orçamento e posteriormente corrigida através de modificações orçamentais, uma despesa de 14.485.723,00 €, da qual se realizou 12.073.511,17 €, culminando num grau de execução de 83,35% superior em 6,56 pontos percentuais ao verificado no ano anterior.

Face a 2015, assiste-se a uma redução das dotações orçamentais e do realizado, tendo-se este facto traduzido num aumento do grau de execução.

O desvio mais significativo em valor absoluto, aconteceu na rubrica de **aquisição de bens de capital** (1.321.074,41 €), fruto das obras que foram previstas e não chegaram a ser executadas devido ao facto de não terem a respetiva comparticipação financeira assegurada.

Na rubrica de despesas correntes **aquisição de bens e serviços** destaca-se também o diferencial de 1.091.137,42 €.

Quanto à situação dos compromissos, pagamentos e da dívida orçamental que transita, temos:

2016						
CI	Designação	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
01	Despesas com o pessoal	5.226.380,00	5.095.196,68	5.070.027,08	5.040.273,55	29.753,53
02	Aquisição de bens e serviços	5.041.270,00	4.877.923,05	4.730.062,73	4.219.037,97	511.024,76
03	Juros e outros encargos	212.793,00	188.687,12	180.083,61	178.667,22	1.416,39
04	Transferências correntes	342.471,00	325.027,14	315.623,89	299.854,04	15.769,85
06	Outras despesas correntes	158.984,00	153.645,34	153.619,30	152.927,80	691,50
Total de despesas correntes		10.981.898,00	10.640.479,33	10.449.416,61	9.890.760,58	558.656,03
07	Aquisição de bens de capital	1.984.759,00	1.036.447,72	779.556,56	670.177,87	109.378,69
08	Transferências de capital	28.308,00	23.437,68	23.437,68	22.419,56	1.018,12
09	Ativos Financeiros	70.908,00	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
10	Passivos financeiros	1.419.850,00	1.419.311,19	1.419.245,16	1.419.245,16	0,00
Total de despesas de capital		3.503.825,00	2.550.104,59	2.293.147,40	2.182.750,59	110.396,81
Total de despesas		14.485.723,00	13.190.583,92	12.742.564,01	12.073.511,17	669.052,84
2015 Total de despesas		19.904.937,00	16.438.603,53	16.285.856,75	15.285.874,07	999.982,68

Compromissos

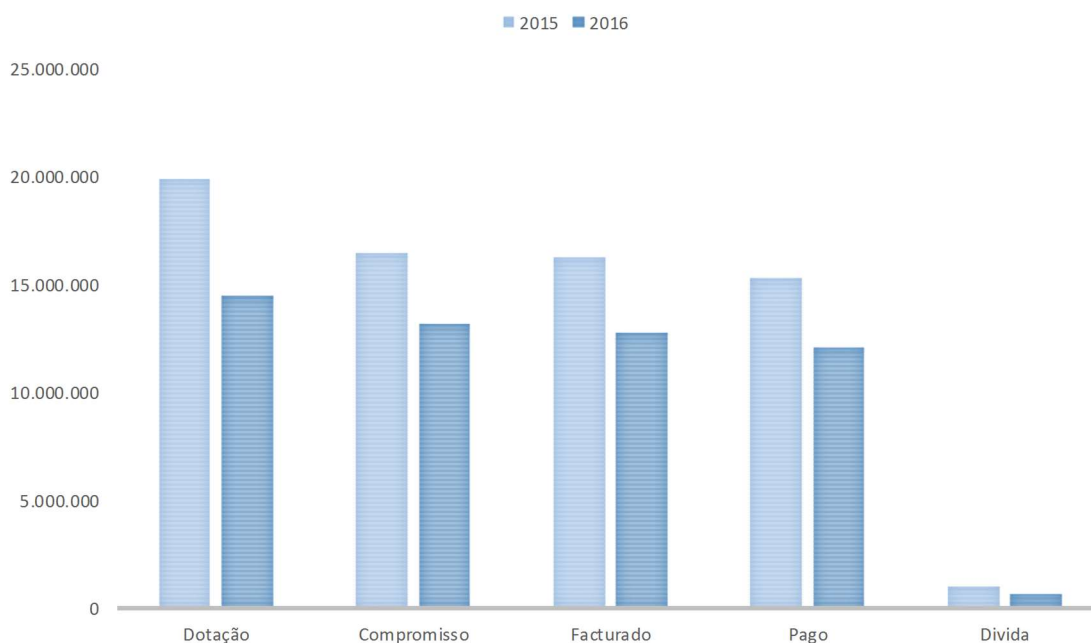
No decorrer do ano de 2016 o Município assumiu compromissos de 13.190.583,92 € dos quais 80,66 % correspondem a despesas correntes e 19,34 % a despesas de capital.

Nas despesas correntes, as rubricas que mais se destacam são **despesas de pessoal e aquisições de bens e serviços**, as quais constituem a base do funcionamento do município.

Os compromissos assumidos foram inferiores aos de 2015, como resultado da política de contenção das despesas tido em conta na elaboração do orçamento, resultando numa redução das dotações em 5.419.214 €.

Anos	Dotação	Compromisso	Facturado	Pago	Dívida
2015	19.904.937,00	16.438.603,53	16.285.856,75	15.285.874,07	999.982,68
2016	14.485.723,00	13.190.583,92	12.742.564,01	12.073.511,17	669.052,84
Diferenças	-5.419.214,00	-3.248.019,61	-3.543.292,74	-3.212.362,90	-330.929,84

EVOLUÇÃO 2015-2016



Pagamentos

O município efetuou ao longo do ano de 2016 pagamentos no valor de 12.073.511,17 €, sendo 81,92 % referentes a despesas correntes e 18,08 % referentes a despesas de capital.

O valor dos pagamentos foi inferior ao do ano anterior, visto que os compromissos também foram menores.

Dívida orçamental

No final do exercício económico de 2016, o município registava uma dívida orçamental de 669.052,84 € contra 999.982,68 € verificados em 2015, o que significa um decréscimo de 330.929,84 €.

Evolução da despesa paga no período 2012-2016

A despesa global do município assumiu, neste período, os seguintes valores:

CI	Designação	2012	2013	2014	2015	2016
01	Despesas com o pessoal	4.901.332,45	5.583.273,78	5.176.435,04	5.005.663,77	5.040.273,55
02	Aquisição de bens e serviços	4.726.606,90	6.078.954,43	4.572.739,14	4.159.856,06	4.219.037,97
03	Juros e outros encargos	323.214,87	390.288,22	276.529,91	250.844,13	178.667,22
04	Transferências correntes	321.455,30	563.115,60	338.428,14	301.443,59	299.854,04
06	Outras despesas correntes	126.076,73	226.764,97	117.749,93	138.450,91	152.927,80
Total de despesas correntes		10.398.686,25	12.842.397,00	10.481.882,16	9.856.258,46	9.890.760,58
07	Aquisição de bens de capital	6.525.038,74	5.828.121,19	4.154.853,07	4.016.788,36	670.177,87
08	Transferências de capital	30.000,00	93.707,97	0,00	9.536,22	22.419,56
09	Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	70.908,00	70.908,00
10	Passivos financeiros	743.955,84	1.125.779,40	1.061.927,40	1.332.383,03	1.419.245,16
Total de despesas de capital		7.298.994,58	7.047.608,56	5.216.780,47	5.429.615,61	2.182.750,59
Total de despesas		17.697.680,83	19.890.005,56	15.698.662,63	15.285.874,07	12.073.511,17

Definindo 2012 como o ano base, vejamos a evolução das diversas rubricas:

Rubricas	Evolução sobre ano 100				
	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com o pessoal	1,00	1,14	1,06	1,02	1,03
Aquisição de bens e serviços	1,00	1,29	0,97	0,88	0,89
Juros e outros encargos	1,00	1,21	0,86	0,78	0,55
Transferências correntes	1,00	1,75	1,05	0,94	0,93
Outras despesas correntes	1,00	1,80	0,93	1,10	1,21
Total de despesas correntes	1,00	1,24	1,01	0,95	0,95
Aquisição de bens de capital	1,00	0,89	0,64	0,62	0,10
Transferências de capital	1,00	3,12	0,00	0,32	0,75
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivos financeiros	1,00	1,51	1,43	1,79	1,91
Total de despesas de capital	1,00	0,97	0,71	0,74	0,30
Total de despesas	1,00	1,12	0,89	0,86	0,68

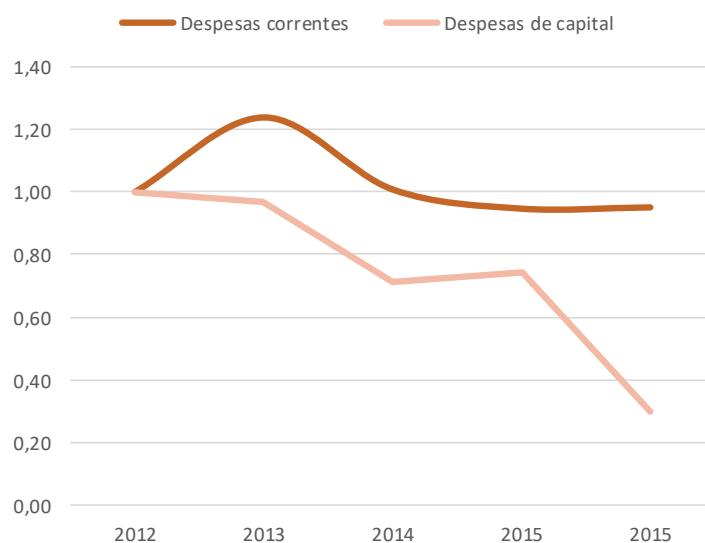
Despesas correntes e despesas de capital

Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas correntes	1,00	1,24	1,01	0,95	0,95
Despesas de capital	1,00	0,97	0,71	0,74	0,30

A despesa corrente manteve-se ao mesmo nível de 2015 e ficou bastante abaixo relativamente a 2012, 2013 e 2014.

Em relação às despesas de capital, devido ao atrasado no arranque do novo quadro comunitário, verificou-se a redução mais acentuada dos últimos 5 anos.

As despesas de capital, tendo em conta que dependem dos projetos financiados, não apresentam um comportamento uniforme ao longo dos anos, podendo existir alguns picos de despesa consoante o evoluir das obras.

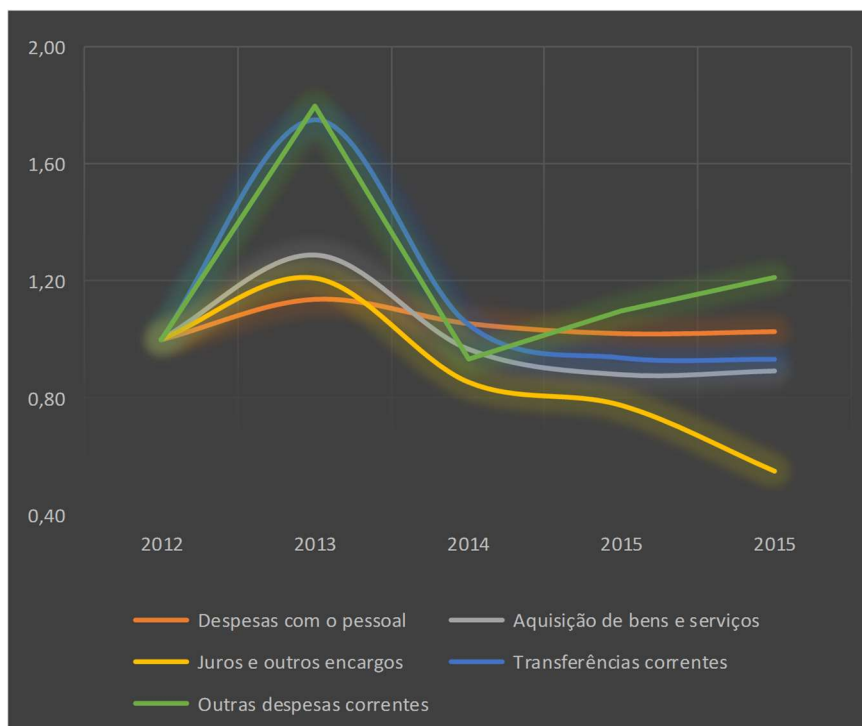


Principais rubricas de “despesas correntes”

Evolução sobre ano 100				Ano 100: 2012	
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Despesas com o pessoal	1,00	1,14	1,06	1,02	1,03
Aquisição de bens e serviços	1,00	1,29	0,97	0,88	0,89
Juros e outros encargos	1,00	1,21	0,86	0,78	0,55
Transferências correntes	1,00	1,75	1,05	0,94	0,93
Outras despesas correntes	1,00	1,80	0,93	1,10	1,21

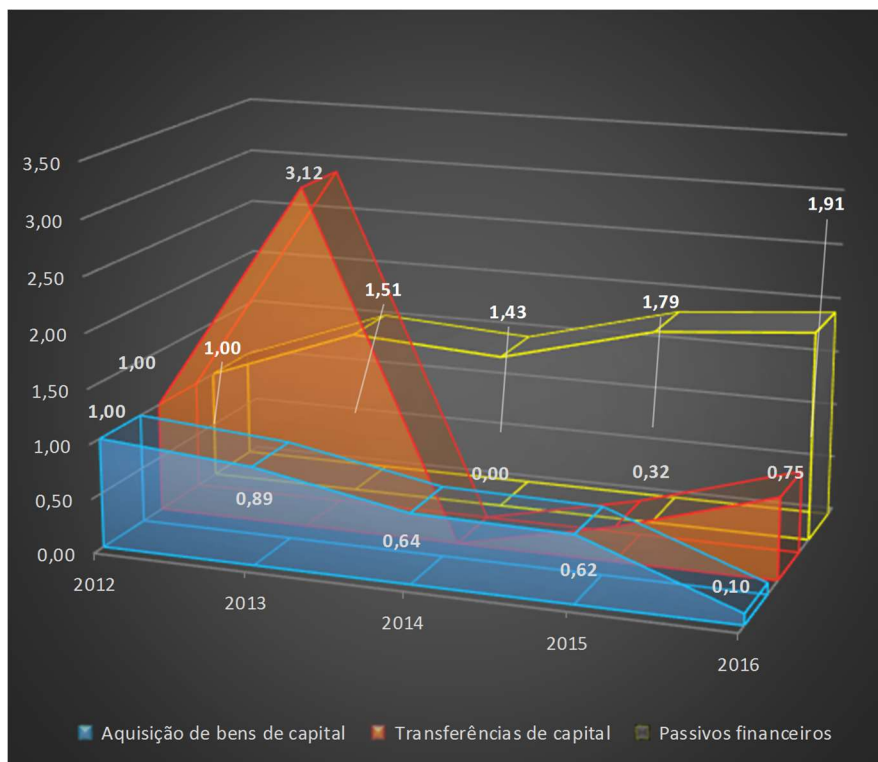
À exceção das despesas com pessoal e das despesas correntes todas as rubricas foram inferiores ao ano base, o que reflete a contenção feita ao nível da despesa.

Analisando a curva, conclui-se do impacto do efeito PAEL no ano de 2013, com o maior acréscimo de um modo geral em todas as rubricas.



Principais rubricas de “despesas de capital”

Evolução sobre ano 100				Ano 100: 2012	
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
Aquisição de bens de capital	1,00	0,89	0,64	0,62	0,10
Transferências de capital	1,00	3,12	0,00	0,32	0,75
Passivos financeiros	1,00	1,51	1,43	1,79	1,91



A rubrica “**passivos financeiros**” traduz os encargos do município com amortizações de empréstimos e depende do cumprimento das condições contratuais estabelecidas. Em 31/12/2016, estavam contratados empréstimos no valor de 7.994.867,39 €.

Anos	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo 31/12	8.558.730,51	10.613.511,57	9.552.793,70	8.900.342,55	7.994.867,39
Evolução	0,00	2.054.781,06	-1.060.717,87	-652.451,15	-905.475,16

Face ao ano anterior a dívida dos empréstimos de médio e longo prazo decresceu em 905.475,16 €.

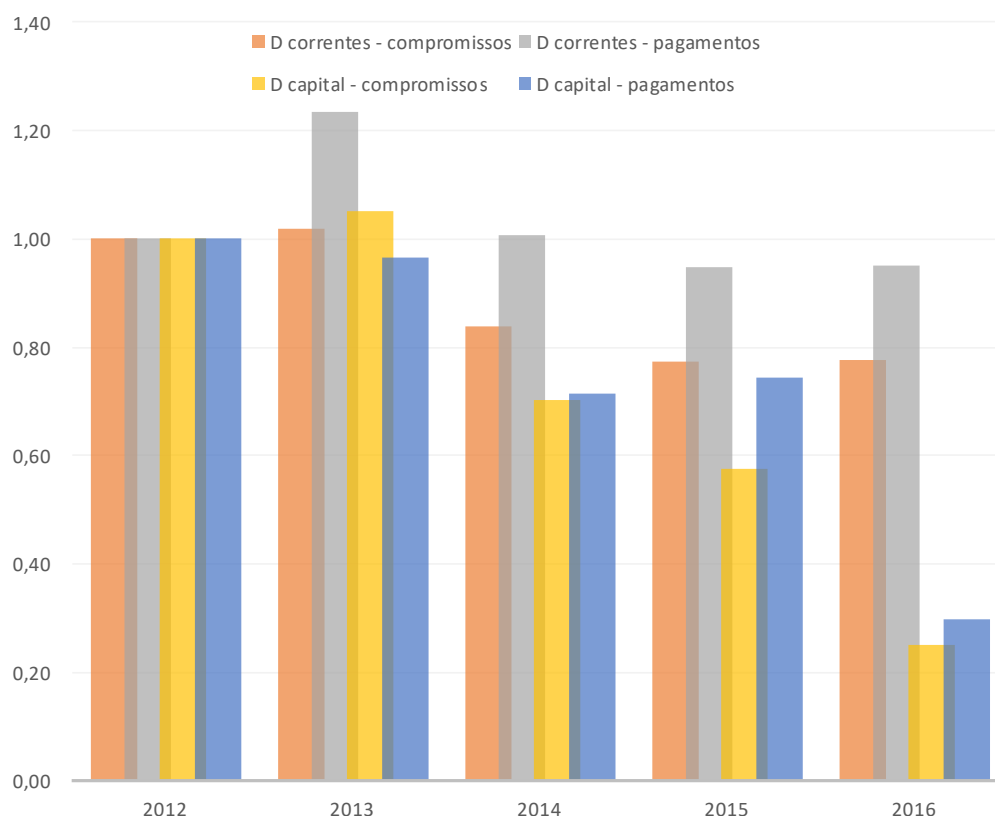
A rubrica “transferências de capital” é utilizada para registar, por exemplo, apoios financeiros a entidades, geralmente associativas, destinados a aquisição de bens de investimento (ex: viaturas, ...).

Não se encontra retratado no quadro acima (pelo facto de apenas ter movimento em 2015) a **rubrica ativos financeiros**, que em 2015 e 2016 registou uma despesa no valor de 70.908 €.

Este valor diz respeito à participação do município no capital do Fundo Apoio Municipal (FAM). O capital subscrito é no valor de 496.358,86 €, tendo já sido realizados 141.816 € e está em dívida 354.542,86 €. A subscrição do capital é obrigatória tendo sido legislada pela Lei nº 53/2014.

Evolução dos compromissos versus pagamentos

Evolução sobre ano 100				Ano 100: 2012	
Rubricas	2012	2013	2014	2015	2016
D correntes - compromissos	1,00	1,02	0,84	0,77	0,78
D correntes - pagamentos	1,00	1,24	1,01	0,95	0,95
D capital - compromissos	1,00	1,05	0,70	0,57	0,25
D capital - pagamentos	1,00	0,97	0,71	0,74	0,30

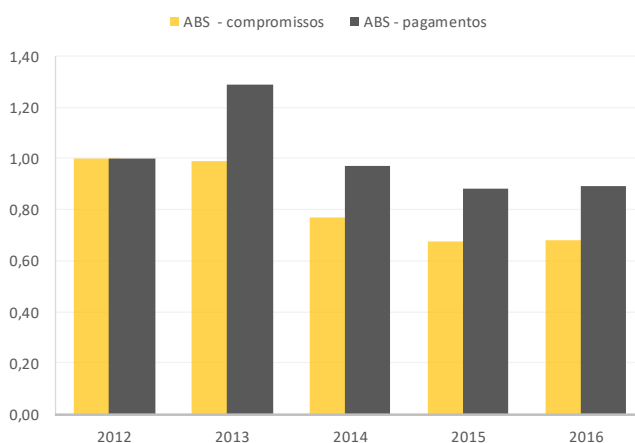


Verifica-se que em 2016 a evolução dos pagamentos foi superior à evolução dos compromissos, situação que demonstra a recuperação financeira do município, contribuindo assim para a redução da dívida.

Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens e serviços

Aquisição de bens e serviços	2012	2013	2014	2015	2016
ABS - compromissos	1,00	0,99	0,77	0,67	0,68
ABS - pagamentos	1,00	1,29	0,97	0,88	0,89
Diferença	0,00	-0,29	-0,20	-0,21	-0,21

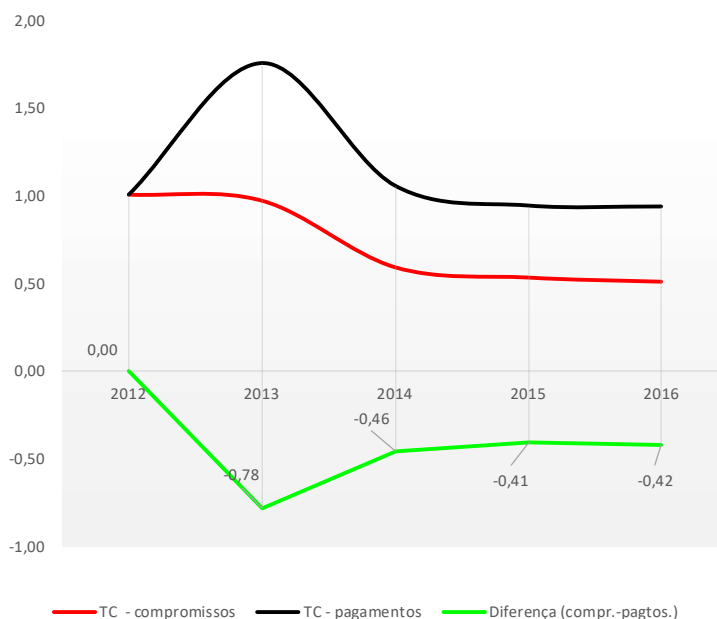
A evolução nesta rubrica vem no mesmo sentido do referido no título anterior, com uma redução do valor dos compromissos e um crescimento dos pagamentos.



Evolução dos compromissos versus pagamentos em transferências correntes

Transferências correntes	2012	2013	2014	2015	2016
TC - compromissos	1,00	0,97	0,59	0,53	0,51
TC - pagamentos	1,00	1,75	1,05	0,94	0,93
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	-0,78	-0,46	-0,41	-0,42

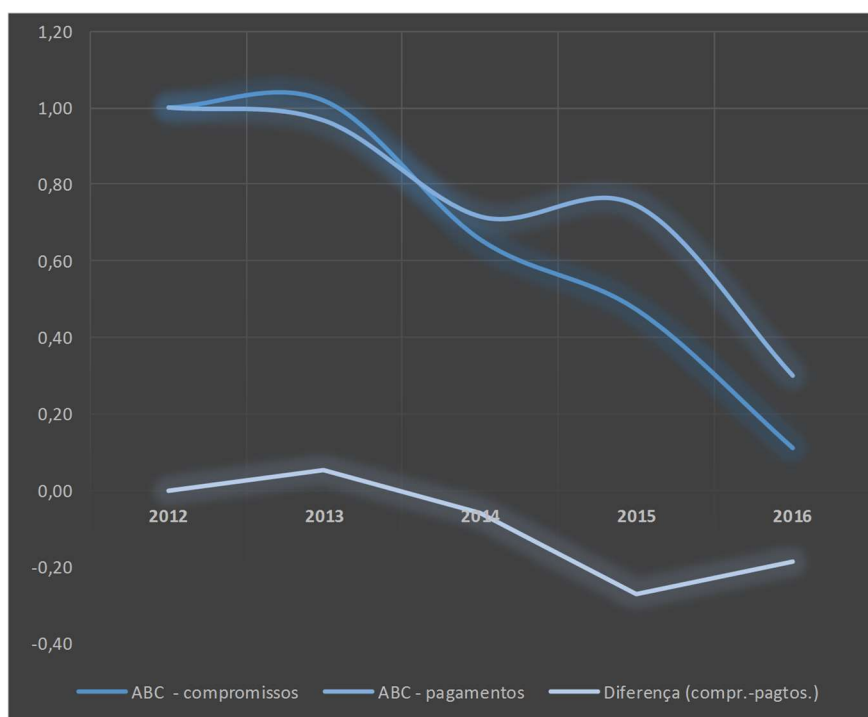
Na rubrica transferências correntes o cenário é idêntico, ou seja, os pagamentos são superiores aos compromissos efetuados, embora o diferencial entre os 2 tenha reduzido quando comparado com os últimos anos.



Evolução dos compromissos versus pagamentos, em aquisição de bens de capital

Aquisição de bens de capital	2012	2013	2014	2015	2016
ABC - compromissos	1,00	1,02	0,65	0,47	0,11
ABC - pagamentos	1,00	0,97	0,71	0,74	0,30
Diferença (compr.-pagtos.)	0,00	0,05	-0,06	-0,27	-0,19

A evolução dos compromissos e dos pagamentos na rubrica **aquisições de bens de capital**. Este indicador varia consoante a evolução das obras quer física quer financeiramente.



Evolução da dívida orçamental - Dívida por rubricas

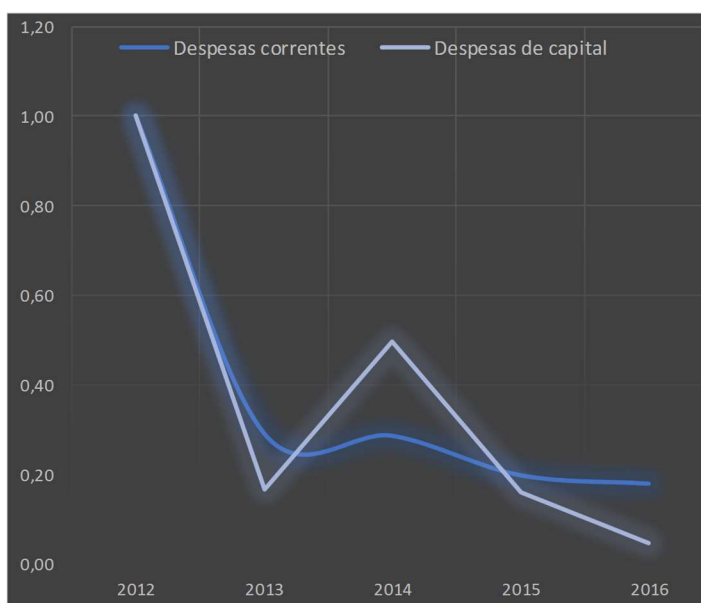
CI	Designação	2012	2013	2014	2015	2016
01	Despesas com o pessoal	388.284,18	33.984,67	8.194,15	22.938,09	29.753,53
02	Aquisição de bens e serviços	2.229.642,50	817.440,44	813.078,67	554.152,12	511.024,76
03	Juros e outros encargos	125.033,81	6.506,07	36.855,54	6.676,28	1.416,39
04	Transferências correntes	312.668,70	45.122,07	29.919,96	33.499,71	15.769,85
06	Outras despesas correntes	51.932,50	5.771,16	2.405,81	19,67	691,50
Total de despesas correntes		3.107.561,69	908.824,41	890.454,13	617.285,87	558.656,03
07	Aquisição de bens de capital	2.346.107,50	399.747,57	1.198.122,67	346.507,25	109.378,69
08	Transferências de capital	70.957,97	0,00	0,00	22.419,56	1.018,12
10	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	13.770,00	0,00
Total de despesas de capital		2.417.065,47	399.747,57	1.198.122,67	382.696,81	110.396,81
Total de despesas		5.524.627,16	1.308.571,98	2.088.576,80	999.982,68	669.052,84

A evolução da dívida orçamental é caracterizada por uma tendência de decréscimo desde 2012, ocasionada pelos pagamentos ao abrigo do PAEL.

Conforme referido antes, a dívida a fornecedores correntes registou um decréscimo assinalável, de tal modo que as dívidas de **correntes** representavam 17,98 % do valor de 2012.

Nas despesas de capital, assistiu-se também a uma redução motivada pela conclusão financeira de todas as obras participadas.

Esta dívida representa 4,57 % do valor de 2012.



2.4.1. Despesas correntes

Esta área da despesa foi dotada com 10.981.898,00€.

No decorrer do exercício foram feitos pagamentos no valor de 9.890.760,58 €, o que representa um grau de execução de 90,06 % (vd. mapa do ponto 2.4.).

Vejamos o comportamento das principais componentes:

2.4.1.1 Pessoal

CI	Designação	Despesa do ano		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
01	Despesas com o pessoal	5.226.380,00	5.040.273,55	-186.106,45	96,44%	-3,56%

As despesas com o pessoal, com um grau de execução orçamental de 96,44 %, ficaram abaixo do previsto em 3,56 %.

Em 2016 foram efetuados pagamentos no valor de 5.040.273,55 €.

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	153.003,39	153.001,44	0,00
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.776.408,17	2.772.240,09	0,00
Pessoal em regime de tarefa ou avença	46.787,72	46.117,72	0,00
Representação	30.550,00	30.500,37	0,00
Subsídio de refeição	277.846,83	276.708,81	0,00
Subsídio de férias e de Natal	511.983,19	510.608,56	0,00
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	74.153,98	70.035,31	0,00
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.870.733,28	3.859.212,30	0,00
Horas extraordinárias	4.761,35	4.666,35	0,00
Ajudas de custo	976,51	779,87	0,00
Abono para falhas	24.826,64	24.427,74	0,00
Subsídio de turno	75.035,00	73.772,16	0,00
Outros suplementos e prémios	24.463,27	19.093,04	3.691,55
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	130.062,77	122.739,16	3.691,55
Encargos com a saúde	161.564,14	128.141,95	26.061,98
Outros encargos com a saúde	37.074,94	35.234,37	0,00
Subsídio familiar a criança e jovens	16.984,38	16.816,62	0,00
Outras prestações familiares	7.485,90	7.147,24	0,00
Caixa Geral de Aposentações	537.454,61	537.454,61	0,00
Regime Geral	82.063,00	82.063,00	0,00
Segurança social-Regime geral	220.681,37	220.373,01	0,00
Seguros	31.092,29	31.091,29	0,00
Total "Segurança Social"	1.094.400,63	1.058.322,09	26.061,98
Total	5.095.196,68	5.040.273,55	29.753,53

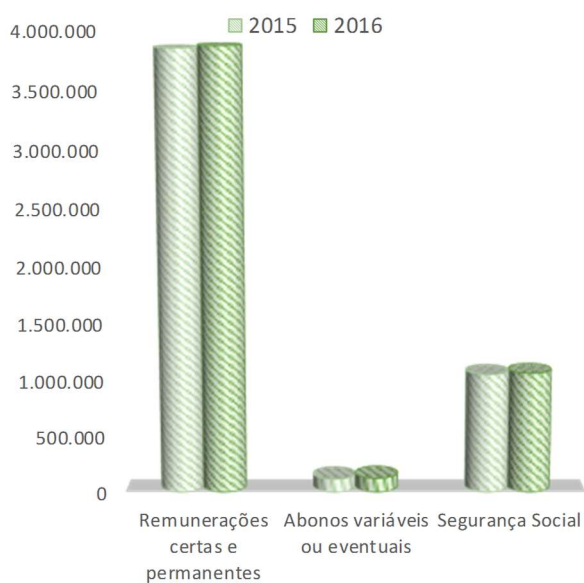
O município assumiu compromissos no valor de 5.095.196,68 €, tendo pago 5.040.273,55 €, estando por isso em dívida 29.753,53 €, dos quais se referem a dívida à ADSE, a pagar oportunamente.

Evolução 2015 – 2016:

Comparando com o ano anterior, em 2016 o município suportou mais 0,69 % de encargos com o pessoal. Este aumento justifica-se

Designação	2015	2016	Variação
Despesas com o pessoal	5.005.663,77	5.040.273,55	0,69%

Designação	2015	2016	Variação
Remunerações certas e permanentes	3.841.209,20	3.859.212,30	0,47%
Abonos variáveis ou eventuais	116.115,75	122.739,16	5,70%
Segurança Social	1.048.338,82	1.058.322,09	0,95%



“Remunerações Certas e Permanentes” e “Segurança Social” registaram um ligeiro aumento de 0,47 % e 0,95 % respetivamente e “Abonos Variáveis” registou um aumento de 5,70 %.

Analisando mais pormenorizadamente as subrubricas em que se decompõem as 3 áreas citadas, temos:

Designação	2015	2016	Variação
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	140.073,79	153.001,44	9,23%
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	2.825.208,72	2.772.240,09	-1,87%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	47.502,72	46.117,72	-2,92%
Representação	29.250,23	30.500,37	4,27%
Subsídio de refeição	293.094,64	276.708,81	-5,59%
Subsídio de férias e de Natal	506.079,10	510.608,56	0,90%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	0,00	70.035,31	-
Total de "remunerações certas e permanentes"	3.841.209,20	3.859.212,30	0,47%

Horas extraordinárias	2.022,23	4.666,35	130,75%
Ajudas de custo	863,05	779,87	-9,64%
Abono para falhas	23.755,78	24.427,74	2,83%
Subsídio de turno	53.503,51	73.772,16	37,88%
Outros suplementos e prémios	12.774,48	19.093,04	49,46%
Outros abonos em numerário ou espécie	23.196,70	0,00	-100,00%
Total de "abonos variáveis ou eventuais"	116.115,75	122.739,16	5,70%

Encargos com a saúde	139.254,93	128.141,95	-7,98%
Outros encargos com a saúde	28.539,04	35.234,37	23,46%
Subsídio familiar a criança e jovens	16.708,94	16.816,62	0,64%
Outras prestações familiares	7.009,20	7.147,24	1,97%
Seg. Social - Caixa Geral de Aposentações	537.413,56	537.454,61	0,01%
Seg. Social - Regime Geral	81.952,61	82.063,00	0,13%
Segurança social - Regime geral	213.130,36	220.373,01	3,40%
Seguros	24.330,18	31.091,29	27,79%
Total "Segurança Social"	1.048.338,82	1.058.322,09	0,95%

Total	5.005.663,77	5.040.273,55	0,69%
--------------	---------------------	---------------------	--------------

No que se refere a **remunerações certas e permanentes**, assistiu-se a um crescimento de 0,47%, que passaram de 3.841.209,20 € para 3.859.212,30 €, ou seja, mais 18.003,10 €.

No grupo **abonos variáveis ou eventuais** assistiu-se a um acréscimo de 5,70% resultante do aumento verificado no subsídio de turno (+ 20.268,65 €).

No que se refere ao grupo **Segurança Social** verifica-se um ligeiro aumento 0,95 %, destacando-se:

- decréscimo de 7,98 % na subrubrica **encargos com a saúde**. Engloba o pagamento feito ao Serviço Nacional de Saúde (81.414,71 € - valor imposto pelo art.º 110 do OE de 2016), e pelos encargos com a ADSE;
- a Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social registaram igualmente ligeiras subidas.

2.4.1.2 Aquisição de bens e serviços

Neste agrupamento incluem-se, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital quer ainda com a aquisição de serviços.

É neste âmbito que se encontra a quase totalidade dos fornecedores correntes da autarquia, habitualmente em grande número e responsáveis por fornecimentos de valores não muito elevados, em contraponto com os fornecedores de imobilizado/investimento, normalmente em reduzido número e com faturas elevadas.

CI	Designação	Despesa 2016		Grau de execução		Desvios
		Dotação	Realizado	Realiz.-orçament.	%	
02	Aquisição de bens e serviços	5.041.270,00	4.219.037,97	-822.232,03	83,69%	-16,31%

Nesta rubrica o município fez pagamentos de 4.219.037,97 €, o que se traduziu num grau de execução de 83,69 % e consequentemente num desvio de 16,31 %.

Este grupo agrega as denominadas “despesas gerais de funcionamento” que se apresentam no quadro seguinte:

Designação	Compromisso	Pago	Dívida
Gasolina	7.849,90	7.191,54	325,54
Gasóleo	129.805,09	122.223,86	0,00
Gás	125.821,41	117.243,79	3.029,06
Outros combustíveis e lubrificantes	11.260,77	8.497,08	1.487,50
Limpeza e higiene	34.842,47	27.117,55	5.814,49
Alimentação-Refeições confeccionadas	238.584,34	199.967,17	27.623,65
Vestuário e artigos pessoais	8.881,41	6.660,01	2.023,20
Material de escritório	14.965,52	11.636,46	3.050,12
Material de transporte-Peças	31.004,55	20.325,18	10.009,66
Outro material-Peças	18.102,50	12.010,04	5.079,32
Prémios, condecorações e ofertas	56.861,66	40.153,33	16.454,31
Água	1.069.490,28	1.067.627,27	0,00
Electricidade	568.956,00	485.174,24	83.477,33
Ferramentas e utensílios	2.918,01	2.058,09	809,92
Outros bens	154.708,95	114.292,75	34.447,82
Total de "Aquisição de Bens"	2.474.052,86	2.242.178,36	193.631,92
Encargos das instalações	442.831,55	376.887,81	60.060,83
Conservação de bens	624,82	624,82	0,00
Locação de edifícios	27.552,00	27.552,00	0,00
Comunicações	95.169,89	85.730,40	2.197,30
Transportes	7.443,46	5.028,79	224,85
Representação dos serviços	1.493,83	1.493,83	0,00
Seguros	49.130,93	46.879,55	0,00
Deslocações e estadas	1.330,42	1.330,42	0,00
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	84.709,30	52.264,73	26.086,23
Formação	3.466,33	1.967,14	249,19
Publicidade	10.158,72	9.748,02	110,70
Vigilância e segurança	40.955,99	35.048,05	4.923,34
Assistência técnica	23.338,81	17.717,32	5.180,13
Outros trabalhos especializados	187.306,90	134.185,65	28.365,44
Serviços de saúde	10.203,24	4.119,24	6.084,00
Encargos de cobrança de receitas	86.211,90	69.244,28	0,00
Outros serviços	1.331.942,10	1.107.037,56	183.910,83
Total de "Aquisição de Serviços"	2.403.870,19	1.976.859,61	317.392,84

Conteúdo das principais rubricas

Água – diz respeito ao valor pago às Águas de Lisboa e Vale do Tejo pela aquisição de água que é distribuída aos munícipes.

Eletricidade – trata-se dos encargos com a iluminação pública pagos ao longo do ano de 2016.

Encargo das instalações – refere-se à energia elétrica consumida nas instalações municipais.

Alimentação – Refeições confeccionadas – Encargos suportados pelo município com alimentação de crianças das escolas.

Publicidade – regista a publicação de avisos e anúncios no Diário da República e em outros jornais, mas também encargos com divulgação cultural (folhetos, panfletos, desdobráveis, cartazes, etc.).

Seguros – referentes a edifícios, instalações, viaturas. Não incluem seguros de Acidentes de Trabalho, que se classificam nas rubricas de custos com o pessoal.

Limpeza e higiene – diz respeito à aquisição de materiais de limpeza para as diversas instalações municipais.

Quanto às rubricas de “**Outros**”:

Em “**Outros bens**” incluem-se todas as despesas relativas a bens que não se enquadram em qualquer uma das restantes. Por exemplo: peças para máquinas e equipamentos, tintas, produtos químicos, azulejos, verniz, lixas, etc.

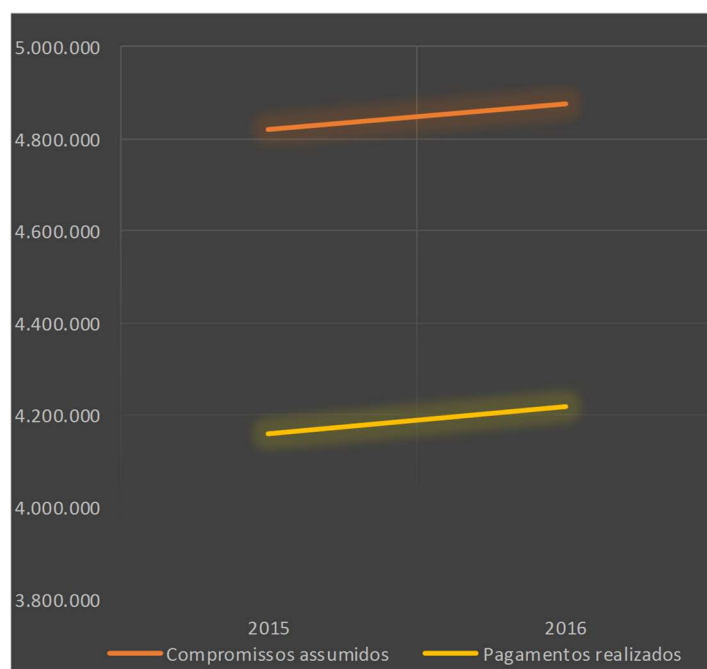
“**Outros serviços**” - inclui, por definição, todas as despesas relativas a serviços que não se enquadram nas restantes rubricas.

Do valor pago (1.107.037,56 €) destaca-se o seguinte:

Descrição	Valor
Saneamento	425.833,66
Resi tejo	278.430,49
Centro de Emprego	137.154,16
Festas da Cidade	88.056,40
Atividas Culturais	25.067,01
Serviço de Cópias	21.233,79
Emolumentos	13.089,22
Análise de águas	4.304,15
Recolha de residuos	3.107,21
Total	996.276,09
% no pago	90,0%

Analisando o grupo **aquisição de bens e serviços** verificamos que houve um ligeiro aumento dos compromissos e consequentemente dos pagamentos realizados.

Aquisição de bens e serviços	2015	2016	Variação
Compromissos assumidos	4.821.149,82	4.877.923,05	1,18%
Pagamentos realizados	4.159.856,06	4.219.037,97	1,42%



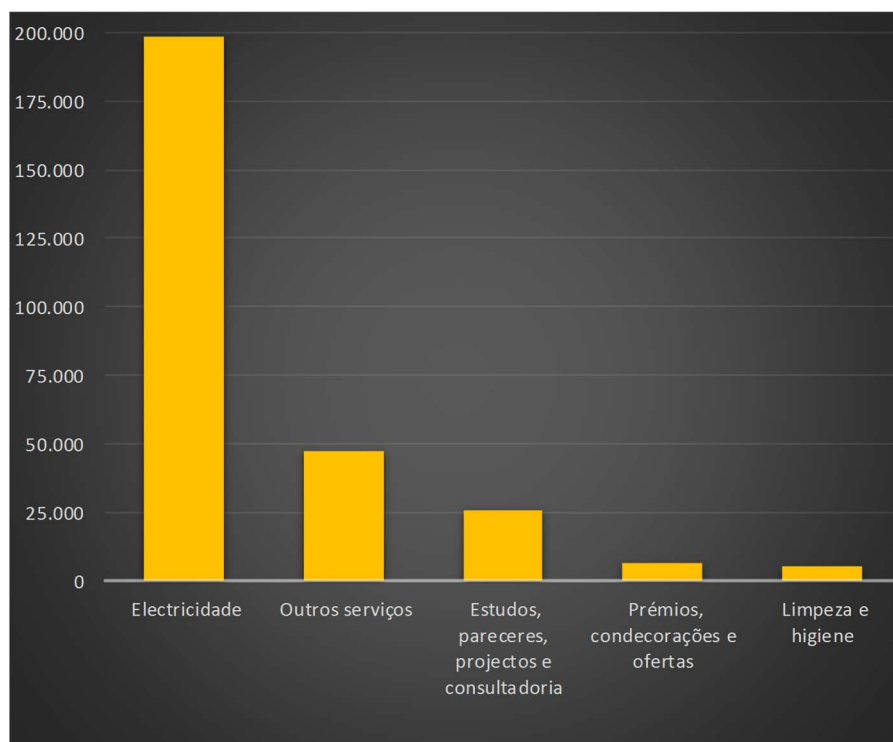
Importância das principais rubricas de bens e serviços, segundo o valor dos compromissos assumidos:

	Designação	2016	Peso no total
Bens	Água	1.069.490,28	21,93%
	Electricidade	568.956,00	11,66%
	Alimentação-Refeições confeccionadas	238.584,34	4,89%
	Outros bens	154.708,95	3,17%
	Gasóleo	129.805,09	2,66%
Serviços	Outros serviços	1.331.942,10	27,31%
	Encargos das instalações	442.831,55	9,08%
	Outros trabalhos especializados	187.306,90	3,84%
	Comunicações	95.169,89	1,95%
	Encargos de cobrança de receitas	86.211,90	1,77%
Sub-total		4.305.007,00	88,25%
Restantes bens e serviços		572.916,05	11,75%
Total de aquisição de bens		4.877.923,05	100,00%

Vejamos de seguida os principais aumentos e as principais reduções nos compromissos assumidos pelo município neste âmbito:

Principais aumentos nos compromissos assumidos:

Designação	2015	2016	Aumento	Variação
Electricidade	370.397,95	568.956,00	198.558,05	53,61%
Prémios, condecorações e ofertas	50.629,97	56.861,66	6.231,69	12,31%
Limpeza e higiene	29.437,99	34.842,47	5.404,48	18,36%
Outros serviços	1.284.390,70	1.331.942,10	47.551,40	3,70%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	58.858,50	84.709,30	25.850,80	43,92%



O principal aumento verificou-se na rubrica “**Electricidade**” onde é contabilizada os consumos de IP. O aumento verificado está relacionado com o consumo e com os compromissos transitados e não pagos de 2015 para 2016.

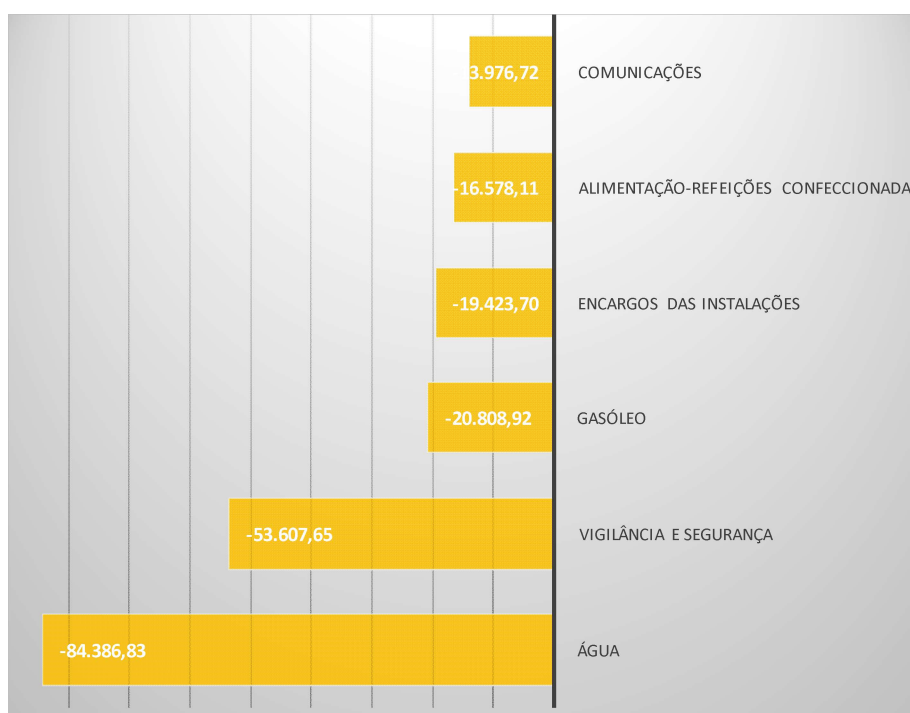
“**Outros serviços**” diz respeito a despesas com saneamento e RSU.

“**Estudos pareceres projetos e consultadoria**” registou das seguintes despesas:

- Revisores de Contas = 6.098,70 €
- Serviços jurídicos da DECO = 2.767,50 €
- Serviços jurídicos diversos = 6.088,50 €
- Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) = 23.985 €
- Serviço de Desmaterialização Gestão de Processos = 13.325,03 €

Principais diminuições de compromissos assumidos:

Designação	2015	2016	Diminuição	Variação
Água	1.153.877,11	1.069.490,28	-84.386,83	-7,31%
Alimentação-Refeições confeccionadas	255.162,45	238.584,34	-16.578,11	-6,50%
Gasóleo	150.614,01	129.805,09	-20.808,92	-13,82%
Encargos das instalações	462.255,25	442.831,55	-19.423,70	-4,20%
Comunicações	109.146,61	95.169,89	-13.976,72	-12,81%
Vigilância e segurança	94.563,64	40.955,99	-53.607,65	-56,69%



As principais reduções ocorreram nas rubricas “**Água**” e “**Vigilância e Segurança**”.

A primeira está dependente dos consumos efetuados e do tarifário cobrado pela ALVT a segunda sofreu uma redução porque o serviço de segurança humana realizado no Parque de Estacionamento Subterrâneo foi substituído por vigilância remota, ou seja, houve uma poupança mensal na ordem dos 5 m €.

A quebra registada no **gasóleo** está relacionada com os novos circuitos dos TURE que permitiram uma poupança considerável.

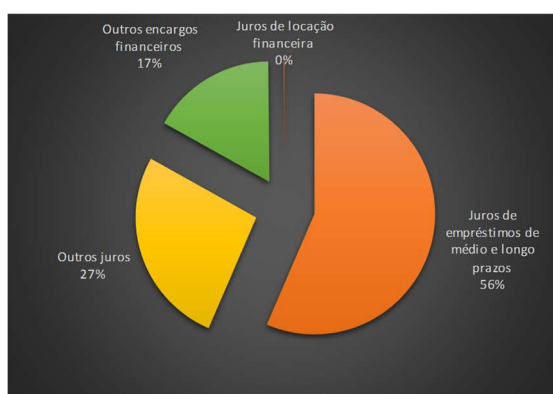
A rubrica “**eletricidade**” refere-se aos consumos de iluminação pública (diferente de encargos com instalações). Esta redução resulta não de uma redução dos consumos, mas sim de uma redução dos compromissos assumidos e não pagos que transitam de um ano para o outro.

2.4.1.3 Juros e outros encargos

Durante o ano de 2016 foram efetuados pagamentos de juros e outros encargos financeiros no valor de 178.667,22 €, existindo em dívida 1.416,39 € cujo pagamento irá ocorrer no mês de janeiro de 2017.

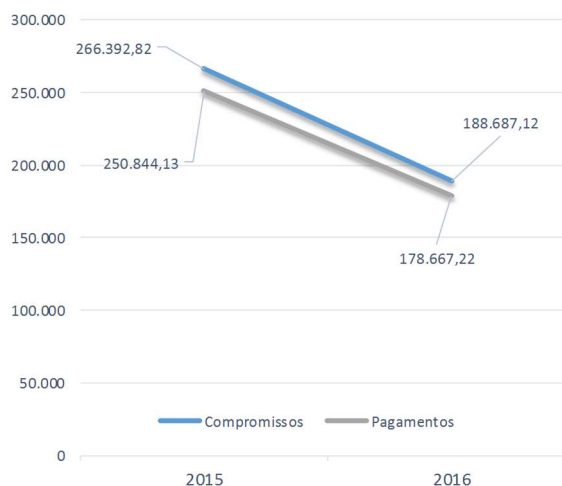
Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Empréstimos de médio e longo prazo (Estado)	67.200,00	66.248,48	66.247,48	0,00
Empréstimos de médio e longo prazos (Int. Financ.)	71.075,00	64.289,29	61.325,60	0,00
Outros encargos financeiros	47.000,00	37.856,13	33.111,28	0,00
Outros juros	17.315,00	17.275,03	14.970,00	1.416,39
Empréstimos de curto prazo	10.000,00	2.998,58	2.998,58	0,00
Juros de locação financeira	203,00	19,61	14,28	0,00
Total "Juros e Outros Encargos"	212.793,00	188.687,12	178.667,22	1.416,39

Os compromissos assumidos tiveram a seguinte repartição:



Relativamente à evolução dos compromissos e dos pagamentos nos anos de 2015 e 2016, foi a seguinte:

Designação	2015	2016	Variação
Compromissos	266.392,82	188.687,12	-29,17%
Pagamentos	250.844,13	178.667,22	-28,77%



Análise mais detalhada:

“Juros de empréstimos bancários de médio e longo prazo” – refere-se aos juros suportados com empréstimos contratados, tendo-se pago 127.573,08 € (referente a juros pagos a Instituições Financeiras e Estado).

(vd. a este respeito o ponto “8.3.6.1 - mapa dos empréstimos”)

Relativamente ao ano anterior, pagou-se menos 11,26 % de juros com empréstimos, ou seja, menos 16.180,72 €.

Designação	2015	2016	Variação
Juros de empréstimos de médio e longo prazos	143.753,80	127.573,08	-11,26%

“Outros juros” – diz respeito a juros debitados por fornecedores. Verificou-se um decréscimo de 77,65 %, ou seja, 52.009,66 €.

Este decréscimo resulta principalmente da gestão de tesouraria feita com o auxílio do empréstimo de CP contratado para o ano de 2016.

Designação	2015	2016	Variação
Outros juros	66.979,66	14.970,00	-77,65%

“Juros de locação financeira” – Dizem respeito a juros referentes a contratos de locação financeira, tendo sido pagos 14,28 €, ou seja, menos 96,71 % do que no ano anterior. Este decréscimo resulta do fim dos contratos de locação que estavam a decorrer. No final de 2016 o Município não tinha dívidas em locação financeira.

Designação	2015	2016	Variação
Juros de locação financeira	434,44	14,28	-96,71%

“Outros encargos financeiros” – inclui diversos encargos com instituições financeiras, como por exemplo TPA – Terminais de Pagamento Automático, despesas de empréstimos (não juros) e ainda juros de mora por negociação de dívidas com fornecedores.

Designação	2015	2016	Variação
Outros encargos financeiros	39.676,23	33.111,28	-16,55%

Relativamente ao ano anterior, houve um decréscimo nos pagamentos de 16,55 %, resultado da negociação feita com os bancos para a redução destes encargos.

2.4.1.4 Transferências correntes

Neste agrupamento são contabilizadas as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia local.

Ver mapas no ponto 8.3.4.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida
Instituições sem fins lucrativos	106.831,00	104.140,25	102.805,25	1.050,00
Freguesias	69.197,00	59.773,68	49.782,59	950,14
Associações de municípios	57.754,00	54.531,08	45.112,50	9.418,58
Outras	34.095,00	32.012,84	32.012,84	0,00
Outros	28.548,00	28.547,19	28.547,19	0,00
Municípios	29.834,00	29.811,10	25.382,67	4.351,13
Assembleias distritais	16.211,00	16.211,00	16.211,00	0,00
Privadas	1,00	0,00	0,00	0,00
Total "transferências correntes"	342.471,00	325.027,14	299.854,04	15.769,85

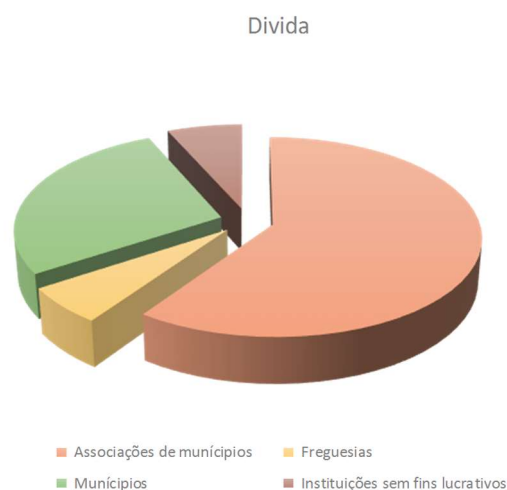
Na rubrica **transferências correntes** foram efetuados pagamentos no valor de 299.854,04 €, estando em divida no final do exercício 15.769,85 €.

As transferências para instituições sem fins lucrativos abrangem as coletividades (desportivas, culturais, ...), cujo detalhe poderá ser visto no ponto 2.5.

“**Freguesias**” refere-se aos contratos de execução assinados com a Freguesia N. Sra. Fátima e S. João Batista.

“**Associação de Municípios**” refere-se a quotizações e projetos à CIMT (Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo).

“**Municípios**” diz respeito ao Canil Intermunicipal (gestão do Município de Torres Novas).



Face ao ano anterior, os compromissos tiveram uma redução de 4,36 % e os pagamentos 0,53 %.

Designação	2015	2016	Varição
Compromissos	339.826,60	325.027,14	-4,36%
Pagamentos	301.443,59	299.854,04	-0,53%

2.4.1.5 Subsídios

Consideram-se «Subsídios» os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção.

O município do Entroncamento não possui participações em empresas como as tipificadas, pelo que o movimento é nulo.

2.4.1.6. Outras despesas correntes

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Outras restituições	146.750,00	143.869,43	143.180,95	688,48
Outras	12.234,00	9.775,91	9.746,85	3,02
Total " Outras despesas correntes"	158.984,00	153.645,34	152.927,80	691,50

As despesas registadas em 2016 dizem respeito a:

- **Restituições:** Refere-se às restituições de IMI e IMT feitos às finanças por reclamações de contribuintes (num processo que é gerido pelo fisco), a pagamentos em duplicado feitos por parte de alguns contribuintes de faturação de água (ao balcão e por Multibanco), a restituições de publicidade e ocupação da via pública por via da isenção concedida aos agentes económicos.

Os principais reembolsos foram:

AT – Autoridade Tributária = 31.705,93 €

Agência para o Desenvolvimento e Coesão = 110.921,96 € (devolução de fundos comunitários por cortes nas candidaturas da Escola Dr. Ruy Andrade, Escola António Gedeão, Ciclovias e Centro Cultural).

- Outras

O valor pago refere-se a despesas de condomínio, emolumentos notariais, emissão de certidões, inscrição em seminários/congressos, quotizações diversas e um grande número de despesas diversificadas não enquadráveis nas rubricas anteriores.

2.4.2. Despesas de capital

2.4.2.1 Aquisição de bens de capital

As despesas de capital agrupam as despesas de investimento feitas pelo município.

Da verba prevista para investimento, o município comprometeu 52,22 %, dos quais 75,21 % foram faturados pelos fornecedores. Destes, o município pagou 670.177,87 € (85,97%). No final do ano encontravam-se em dívida 109.378,69 € (7,94 %).

Análise pormenorizada no ponto 2.6. Avaliação da execução do PPI.

CI	Designação	Dotação	Compro- misso	Faturado	Pago	Dívida	Execução
070101	Terrenos	13.035,00	12.313,36	11.053,36	11.053,36	0,00	84,80%
070102	Habitacões	98.540,00	98.452,10	57.147,44	57.147,44	0,00	57,99%
07010301	Instalações de serviços	11.185,00	8.016,49	5.987,64	5.132,79	854,85	45,89%
07010302	Instalações desportivas e recreativas	94.821,00	64.488,90	21.111,72	21.111,72	0,00	22,26%
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	41.560,00	24.917,00	8.773,25	3.392,00	5.381,25	8,16%
07010305	Escolas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07010307	Outros	11.045,00	10.194,36	10.194,36	10.194,36	0,00	92,30%
07010405	Parques e jardins	6.259,00	4.728,32	4.261,92	4.261,92	0,00	68,09%
07010406	Instalações desportivas e recreativas	43.861,00	43.157,49	40.997,24	35.093,24	5.904,00	80,01%
07010409	Sinalização e trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07010412	Cemitérios	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07010413	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070106	Material de transporte	12.174,00	7.851,73	7.851,73	4.995,42	2.856,31	41,03%
070107	Equipamento de informática	75.928,00	70.615,11	69.793,57	68.125,83	1.667,74	89,72%
070108	Software informático	142.646,00	136.399,46	136.399,46	135.784,46	615,00	95,19%
070109	Equipamento administrativo	6.679,00	2.046,91	2.046,91	2.046,91	0,00	30,65%
070110	Equipamento básico	101.558,00	86.363,68	75.017,27	65.304,59	9.712,68	64,30%
070111	Ferramentas e utensílios	9.945,00	3.268,88	3.268,88	2.206,35	1.062,53	22,19%
070113	Investimentos incorpóreos	57.780,00	52.444,00	2.337,00	2.337,00	0,00	4,04%
070115	Outros investimentos	14.092,00	3.628,09	2.387,27	1.176,86	1.210,41	8,35%
Total de "Investimentos"		742.108,00	628.885,88	458.629,02	429.364,25	29.264,77	57,86%

070203	Edifícios	7.000,00	6.942,62	6.942,62	6.942,62	0,00	99,18%
070204	Construções diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070205	Material de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070206	Material de informática	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
070207	Maquinaria e equipamento	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
070209	Outros investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Total "Locação Financeira"		7.100,00	6.942,62	6.942,62	6.942,62	0,00	97,78%

07030201	Instalações de serviços	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
07030205	Escolas	522.705,00	104.570,97	33.263,33	24.464,70	8.798,63	4,68%
07030207	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	408.666,00	105.703,82	95.146,49	73.627,00	21.519,49	18,02%
07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	11.003,00	10.000,99	7.147,39	5.927,13	1.220,26	53,87%
07030303	Estações de tratamento de águas residuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030304	Iluminação pública	70.575,00	870,99	870,99	870,99	0,00	1,23%
07030305	Parques e jardins	54.673,00	34.821,66	33.102,16	5.816,13	27.286,03	10,64%
07030307	Captação e distribuição de água	10.681,00	10.577,49	10.514,76	10.369,00	145,76	97,08%
07030309	Sinalização e trânsito	26.000,00	8.989,49	8.855,99	5.025,56	3.830,43	19,33%
07030310	Infraestruturas p/ distribuição energia eléctrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
07030312	Cemitérios	123.147,00	120.877,21	120.877,21	103.563,89	17.313,32	84,10%
07030313	Outros	8.100,00	4.206,60	4.206,60	4.206,60	0,00	51,93%
Total "Bens do Domínio Público"		1.235.551,00	400.619,22	313.984,92	233.871,00	80.113,92	18,93%

Total de "Aquisição de Bens de Capital"	1.984.759,00	1.036.447,72	779.556,56	670.177,87	109.378,69	33,77%
--	---------------------	---------------------	-------------------	-------------------	-------------------	---------------

52,22%

75,21%

85,97%

14,03%

2.4.2.2 Transferências de capital

As transferências que se integram neste agrupamento económico revestem-se de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes com a diferença de, aqui, se destinarem a financiar despesas de capital das unidades recebedoras.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Divida	Execução
Associações de municípios	20.502,00	15.937,68	14.919,56	1.018,12	72,77%
Instituições sem fins lucrativos	7.803,00	7.500,00	7.500,00	0,00	96,12%
Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Privadas	1,00	0,00	0,00	0,00	-
Municípios	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total de " Transferências de capital"	28.308,00	23.437,68	22.419,56	1.018,12	82,80%

Em 2016 foram efetuados pagamentos no valor de 22.419,56 €.

“Associação de Municípios” diz respeito a projetos desenvolvidos pela CIMT. Foram feitos pagamentos no valor de 14.919,56 €. O pagamento diz respeito ao projeto “Médio Tejo On-Line”.

“Instituições sem fins lucrativos” diz respeito a um apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento para aquisição de 2 ambulâncias. O apoio foi no valor de 15.000 € tendo transitado como divida 7.500 €.

2.4.2.3. Ativos financeiros

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Unidades de participação	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00
Total de "Ativos Financeiros"	70.908,00	70.908,00	70.908,00	0,00

O valor pago de 70.908 € diz respeito à realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal (FAM), conforme é referido no documento abaixo.

Foram pagas 2 prestações (junho e dezembro) no valor de 35.454 € cada.



Exmo(a). Senhor(a)
Presidente da Câmara Municipal de
ENTRONCAMENTO
LG. JOSÉ DUARTE COELHO
2330-078 ENTRONCAMENTO

Sua referência

Sua comunicação

Nossa referência

206. /FAM/2015

ASSUNTO: REALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO FUNDO DE APOIO MUNICIPAL.

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) iniciou funções em novembro de 2014, com a finalidade de contribuir para a prevenção e a recuperação de situações de rutura financeira municipal, através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Neste sentido e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015.

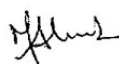
Assim sendo e no âmbito do disposto no n.º 4 do art.º 17.º da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, vimos por este meio informar que a **primeira tranche** da contribuição para realização do capital social do FAM, do Município a que V. Exa. Preside, no montante de **€35.454**, deverá ser efetuada através de transferência bancária, para o NIB 0781 0112 9112 0000 063 86 (IGCP).

Mais se informa, que o FAM tem o seguinte Número de identificação de Pessoa Coletiva (NIPC): 513 319 182.

Aproveita-se por fim, para disponibilizar os serviços da Direção Executiva, no âmbito das suas atribuições, para todos e quaisquer contributos ou esclarecimentos que o Município entenda necessários.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente



(Miguel Almeida)

2.4.2.4. Passivos financeiros

Este agrupamento económico compreende as operações financeiras, englobando as de tesouraria e as de médio e longo prazo, que envolvam pagamentos decorrentes da amortização de empréstimos.

No ano de 2016 foi paga a importância de 1.419.311,19 € referente à amortização dos empréstimos bancários que o município detém junto da banca.

Designação	Dotação	Compromisso	Pago	Dívida
Empréstimos a curto prazo	500.000,00	500.000,00	500.000,00	0,00
Emprest. MLP - Bancos e outras instit. financeiras	652.325,00	651.984,13	651.920,10	0,00
Emprést. MLP - Estado	267.525,00	267.327,06	267.325,06	0,00
Total de " Transferências de capital"	1.419.850,00	1.419.311,19	1.419.245,16	0,00

“**Empréstimos de curto prazo**” refere-se ao empréstimo que o município recorreu para equilíbrio da tesouraria municipal e foi totalmente pago em dezembro de 2016.

O valor pago divide-se entre os seguintes empréstimos:

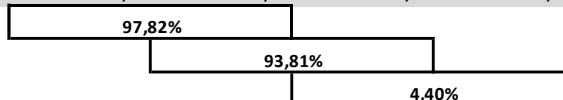
Designação	Pago
De Curto Prazo	500.000,00
Banco BPI	500.000,00
De Médio e Longo Prazo	
Caixa Geral de Depósitos	418.050,44
C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.271,57
C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.178,42
C.G.D.-Zona Industrial	23.641,68
C.G.D.-Saneamento Financeiro - 465.810 €	53.261,49
C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.563,59
C.G.D.-Financ. Div. Invest. - 2.855.000 €	182.133,69
Novo Banco	122.508,00
NB-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00
NB-Saneamento Básico	10.248,00
NB-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00
NB-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00
NB-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00
NB-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00
Banco BPI	111.361,66
B.P.I.-Recinto Multiusos	38.659,97
B.P.I.-EB1 + JI Sul - 1.265.000 €	72.701,69
Direcção-Geral do Tesouro	267.325,06
DGTF - PREDE - 187.392 €	37.478,40
DGTF - PAEL - 3.181.877,53 Euros	229.846,66
Total	1.419.245,16

Os valores pagos constam do mapa anexo 8.3.6.1 – Empréstimos que segue em anexo ao presente Relatório.

2.5. Avaliação da execução das AMR

O mapa de execução das **Atividades Mais Relevantes** encontra-se em anexo, ponto 9.2.2.

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de Execução
Comunicação	19.128,00	17.902,55	9.425,39	0,00	49,28%
Proteção Civil e Ordem Pública	36.048,00	36.047,19	36.047,19	0,00	100,00%
Total do Objetivo 1 - Funções Gerais	55.176,00	53.949,74	45.472,58	0,00	82,41%
Ensino não Superior - Atividades Diversas	345.325,00	343.570,23	287.689,71	40.524,48	83,31%
Serviços Auxiliares Educação	8.940,00	8.880,50	8.880,50	0,00	99,33%
Manifestações Culturais	138.595,00	132.838,41	117.910,01	14.297,90	85,08%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Pontuais	964,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	9.881,00	9.780,00	8.980,00	800,00	90,88%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	2.350,00	1.845,00	1.845,00	0,00	78,51%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	67.521,00	67.501,25	67.216,25	0,00	99,55%
Outras Atividades Cívicas /Religiosas	16.023,00	15.955,75	15.955,75	0,00	99,58%
Manifestações Desportivas	5.350,00	4.226,66	3.814,79	0,00	71,30%
Biblioteca - Atividades Diversas	1.500,00	1.200,00	1.200,00	0,00	80,00%
Museu Nacional Ferroviário	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Saúde	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Centro de Convívio - Diversas Atividades	1.650,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ação Social - Atividades a Desenvolver	67.678,00	60.305,82	49.635,87	9.219,81	73,34%
Ação Social	8.260,00	8.258,25	8.258,25	0,00	99,98%
Geminação	2.000,00	1.911,00	1.911,00	0,00	95,55%
Freguesias	38.650,00	34.521,44	24.649,36	950,14	63,78%
Total do Objetivo 2 - Funções Sociais	714.739,00	690.794,31	597.946,49	65.792,33	83,66%
Turismo - Atividades Diversas	814,00	14,76	14,76	0,00	1,81%
Comércio - Atividades Diversas	1.950,00	1.084,86	568,26	516,60	29,14%
Total do Objetivo 3 - Funções Económicas	2.764,00	1.099,62	583,02	516,60	21,09%
Empréstimos Bancários	1.058.000,00	1.049.848,96	1.046.818,24	0,00	98,94%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	47.220,00	46.402,67	37.174,34	9.228,33	78,73%
CIMT - Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	24.845,00	19.284,74	18.076,37	1.208,37	72,76%
Juventude - Atividades Diversas	140,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total do Objetivo 4 - Outras Funções	1.130.205,00	1.115.536,37	1.102.068,95	10.436,70	97,51%
Total das AMR	1.902.884,00	1.861.380,04	1.746.071,04	76.745,63	91,76%



Foram efetuadas previsões em sede de orçamento para Atividades Mais Relevantes no valor de 1.902.884,00 €.

No decurso do ano foram comprometidos 1.861.380,04 € (97,82 %) e pagos 1.746.071,04 €, o que se traduziu num grau de execução de 91,76 %.

Dos pagamentos efetuados, a maior parte (59,95 %) foi destinada ao serviço da dívida (amortização de empréstimos e pagamento de juros).

Designação	Pago	Peso no total pago
Empréstimos Bancários	1.046.818,24	59,95%
Ensino não Superior - Atividades Diversas	287.689,71	16,48%
Manifestações Culturais	117.910,01	6,75%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Permanentes	67.216,25	3,85%
Ação Social - Atividades a Desenvolver	49.635,87	2,84%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo	37.174,34	2,13%
Proteção Civil e Ordem Publica	36.047,19	2,06%
Freguesias	24.649,36	1,41%
CIMT - Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	18.076,37	1,04%
Outras Atividades Cívicas /Religiosas	15.955,75	0,91%
Comunicação	9.425,39	0,54%
Entidades com Atividades Culturais - Apoios Permanentes	8.980,00	0,51%
Serviços Auxiliares Educação	8.880,50	0,51%
Ação Social	8.258,25	0,47%
Manifestações Desportivas	3.814,79	0,22%
Geminação	1.911,00	0,11%
Entidades com Atividades Desportivas - Apoios Pontuais	1.845,00	0,11%
Biblioteca - Atividades Diversas	1.200,00	0,07%
Comércio - Atividades Diversas	568,26	0,03%
Turismo - Atividades Diversas	14,76	0,00%
Total das AMR	1.746.071,04	100,00%

Quanto às atividades propriamente ditas, passemos à análise setorial dos respetivos pagamentos:

Cultura

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		117.910,01	92,92%
Festas da Cidade	88.056,40		69,40%
Iluminação de Natal	4.612,50		3,64%
Comemorações do 25 de abril	174,10		0,14%
Outras atividades culturais	25.067,01		19,75%
Apoios Financeiros a Entidades		8.980,00	7,08%
Apoios a diversas associações de carácter cultural	8.980,00		7,08%
Total de "manifestações culturais"		126.890,01	100,00%

Da despesa feita nesta área, 126.890,01 € (92,92 %) foram gastos em atividades realizadas pelo município e 8.980,00 € (7,08%) foram destinados a apoios a entidades.

Relativamente às primeiras, sobressaem as “Festas da Cidade” com uma despesa de 88.056,40 € (69,40 % do total da despesa).

A despesa realizada em “Apoios Financeiros a Entidades” diz respeito a:

- Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento = 4.400 €
- Companhia de Teatro Pouca Terra = 1.200 €
- Orfeão do Entroncamento = 2.010 €
- Academia Cultural e Recreativa de Dança do Entroncamento = 1.170 €
- Entroncartes = 200 €

Desporto

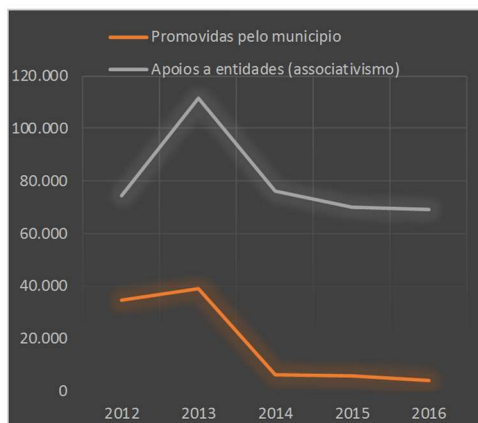
Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		3.814,79	5,23%
Diversas ativ. municip.(Centro Mun.Marcha, En.ºAtivo, 25 Abril)	424,35		0,58%
Férias Desportivas (Pascoa e Verão) - Aquisição Serviços	3.068,23		4,21%
Férias Desportivas (Pascoa e Verão) - Aquisição Bens	322,21		0,44%
Apoios financeiros a entidades		69.061,25	94,77%
Apoios pontuais		1.845,00	2,53%
Clube de Lazer Aventura e Competição	1.845,00		2,53%
Apoios permanentes		67.216,25	92,23%
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	19.642,50		26,95%
Clube de Lazer Aventura e Competição	15.592,50		21,40%
Centro Recreativo do Casal do Grilo	2.250,00		3,09%
Corpo Nacional de Escutas - Grupo 542	2.010,00		2,76%
Associação dos Escuteiros de Portugal - Grupo Nº 84	2.010,00		2,76%
Grupo Recreativo 1º Outubro de 1911	2.655,00		3,64%
Nucleo Sportinguista do Entroncamento	1.001,25		1,37%
União de Futebol do Entroncamento	17.430,00		23,92%
Nucleo de Andebol do Entroncamento	500,00		0,69%
Casa do Benfica no Entroncamento	4.125,00		5,66%
Total de "manifestações desportivas"		72.876,04	100,00%

A atividade desportiva é maioritariamente desenvolvida pelos clubes e associações, daí que, ao invés das atividades culturais, no desporto as participações assumam valores superiores aos encargos suportados diretamente pela autarquia.

No total, o município suportou despesas no valor de 72.876,04 €, dos quais 92,23 % foram encaminhados para o associativismo.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Promovidas pelo município	34.744,88	39.014,97	6.034,37	5.636,17	3.814,79
Apoios a entidades (associativismo)	74.450,00	111.703,41	76.155,70	70.113,92	69.061,25
Total	109.194,88	150.718,38	82.190,07	75.750,09	72.876,04

Face aos anos anteriores o cenário é o seguinte:

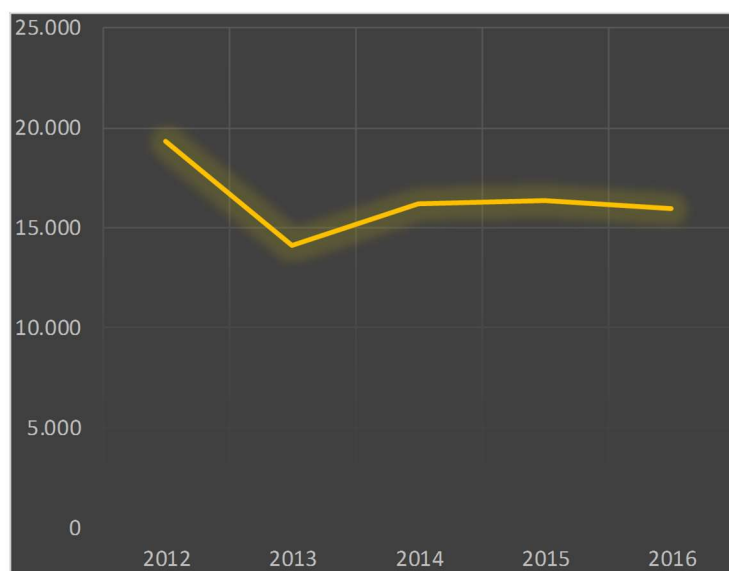


Atividades cívicas e religiosas

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Apoio a Entidades com Atividades Cívicas/Religiosas (Desp. Correntes)		15.955,75	100,00%
Liga dos Combatentes	513,00		3,22%
Fábrica da Igreja - Paróquia da Sagrada Família	8.200,50		51,40%
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	750,75		4,71%
Conferência de Nossa Senhora de Fátima (Assoc. S.S.V.)	5.700,00		35,72%
Conferência de S. João Batista (Assoc. S. Vicente Paulo)	541,50		3,39%
Ontonos da Vida	250,00		1,57%
Total "atividades cívicas e religiosas"		15.955,75	100,00%

Os apoios às atividades cívicas e religiosas registaram um ligeiro decréscimo face aos últimos 2 anos, registando uma despesa paga no valor de 15.955,75 €. O valor pago refere-se aos apoios deliberados para cada uma destas entidades.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Atividades cívicas e religiosas	19.350,00	14.100,00	16.170,00	16.320,00	15.955,75



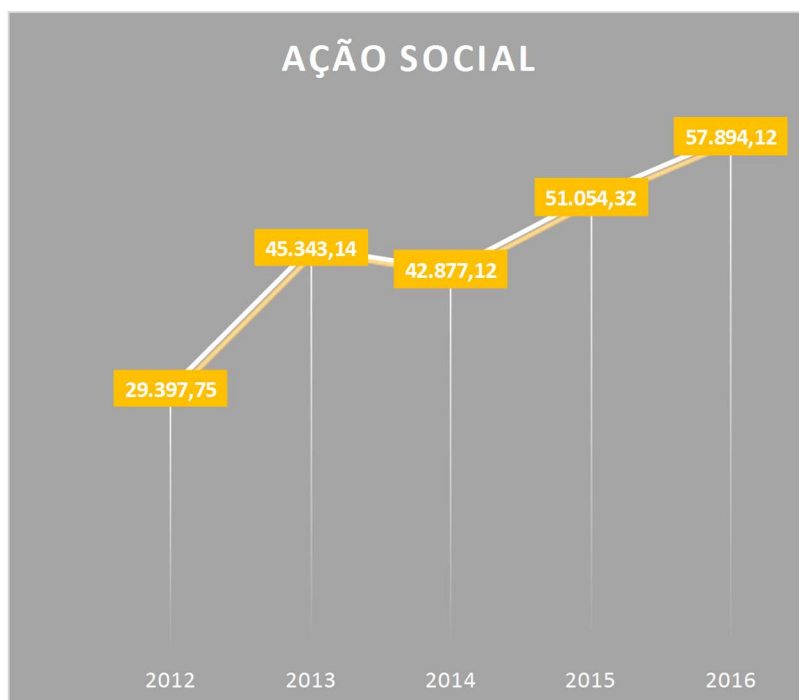
Ação social

Designação	Pago		
	Parcial	Total	%
Promovidas pelo Município		49.635,87	85,74%
Projeto "Viver + Ativo"	16.930,31		29,24%
Cartão Entroncamento Solidário (Apoio às Famílias)	13.203,51		22,81%
Dia Municipal do Idoso (Almoço)	8.005,70		13,83%
Festa da Flor	4.015,45		6,94%
Cabazes de Natal - Oferta	3.788,00		6,54%
Protocolo com a DECO - Santarém	2.214,00		3,82%
Projeto Lar em Segurança	1.144,80		1,98%
Dia Municipal do Idoso - Animação	200,00		0,35%
Comissão de Proteção de Menores	134,10		0,23%
Apoios financeiros a entidades		8.258,25	14,26%
Apoio ao CERE	8.258,25		14,26%
Total "Ação Social"		57.894,12	100,00%

As atividades levadas a cabo diretamente pelo município originaram despesas de 49.635,87 € ao que acresce o apoio pago ao CERE no valor de 8.258,25 €.

Fazendo uma retrospectiva relativa aos anos anteriores, assiste-se a um acréscimo dos pagamentos, após a quebra verificada em 2012.

Designação	2012	2013	2014	2015	2016
Ação Social	29.397,75	45.343,14	42.877,12	51.054,32	57.894,12



Freguesias

Designação	Pago	
	Valor	%
Freguesia Nossa Senhora de Fátima	15.054,83	61,08%
Freguesia São João Batista	9.594,53	38,92%
Total "Freguesias"	24.649,36	100,00%

No âmbito dos protocolos estabelecidos com as freguesias, o município suportou despesas de 24.649,36 €.

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT)

Em relação aos projetos da CIMT a execução foi a seguinte:

Designação	Pago	
	Valor	%
CIMT - Quotização	35.965,32	65,09%
Médio Tejo On-Line	13.837,93	25,05%
Melhoria da Mobilidade - Transporte a Pedido	1.651,31	2,99%
Fornecimento de Estudos de Identificação e Caracterização de Risco	1.081,63	1,96%
Projeto - Médio Tejo Empreendedorismo em Rede	1.018,77	1,84%
Desenvolvimento de Sistemas de Gestão Territorial	934,75	1,69%
Estratégia 2020 - Plano Estratégico	570,75	1,03%
Projeto - QREN - Contratualização	190,25	0,34%
Total "CIMT"	55.250,71	100,00%

Registaram-se pagamentos no valor de 55.250,71 € onde se destaca a quotização paga.

2.6. Avaliação da execução do PPI. Integração dos investimentos executados por objetivo e programa.

O investimento municipal encontra-se relacionado no PPI – Plano Plurianual de Investimentos e o seu nível de realização é dado pelo mapa “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos” em anexo, ponto 9.2.1.

No mapa apresenta-se o PPI resumido por programas dentro do próprio objetivo.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compro-misso	Pago	Dívida	Grau de execução
01	Prog. 1 - Administração Geral (Edif. e Instalações Municipais)	29.229,00	25.153,47	22.269,77	854,85	76,19%
	Prog. 2 - Equipamentos e Serviços	224.949,00	209.799,73	206.059,81	2.918,38	91,60%
	Prog. 3 - Seg. Ordem Pública	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 01 - Funções Gerais	254.179,00	234.953,20	228.329,58	3.773,23	89,83%
02	Prog. 1 - Educação	525.205,00	105.400,22	25.217,46	8.875,12	4,80%
	Prog. 4 - Saneamento	14.003,00	10.661,50	6.587,64	1.220,26	47,04%
	Prog. 5 - Águas	18.088,00	16.450,74	15.135,25	145,76	83,68%
	Prog. 6 - Resíduos Sólidos	76.000,00	67.821,81	49.621,05	7.963,81	65,29%
	Prog. 7 - Habitação Social	98.540,00	98.452,10	57.147,44	0,00	57,99%
	Prog. 8 - Cemitério Municipal	125.147,00	120.877,21	103.563,89	17.313,32	82,75%
	Prog. 9 - Espaços Verdes	80.273,00	46.559,97	15.435,32	27.697,93	19,23%
	Prog. 10 - Cultura	101.882,00	69.845,97	26.466,33	0,00	25,98%
	Prog. 14 - Desporto e vida saudável	55.400,00	52.334,61	43.059,95	7.114,41	77,73%
	Total do Objetivo 02 - Funções Sociais	1.094.538,00	588.404,13	342.234,33	70.330,61	31,27%
03	Prog. 6 - Indústria e Energia	85.575,00	870,99	870,99	0,00	1,02%
	Prog. 7 - Ordenamento do Território	57.780,00	52.444,00	2.337,00	0,00	4,04%
	prog. 8 - Transportes Rodoviários	356.245,00	92.187,18	78.222,86	4.729,99	21,96%
	Prog. 9 - Ord. De Trânsito e Sinalização	91.132,00	42.671,22	16.478,48	23.476,24	18,08%
	Prog. 13 - Comércio	43.310,00	24.917,00	3.392,00	5.381,25	7,83%
	Prog. 14 - Turismo	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 03 - Funções Económicas	636.042,00	213.090,39	101.301,33	33.587,48	15,93%
	Total do PPI	1.984.759,00	1.036.447,72	671.865,24	107.691,32	33,85%
			52,22%			
				64,82%		
					16,03%	

O PPI teve um índice de execução de 33,85 %.

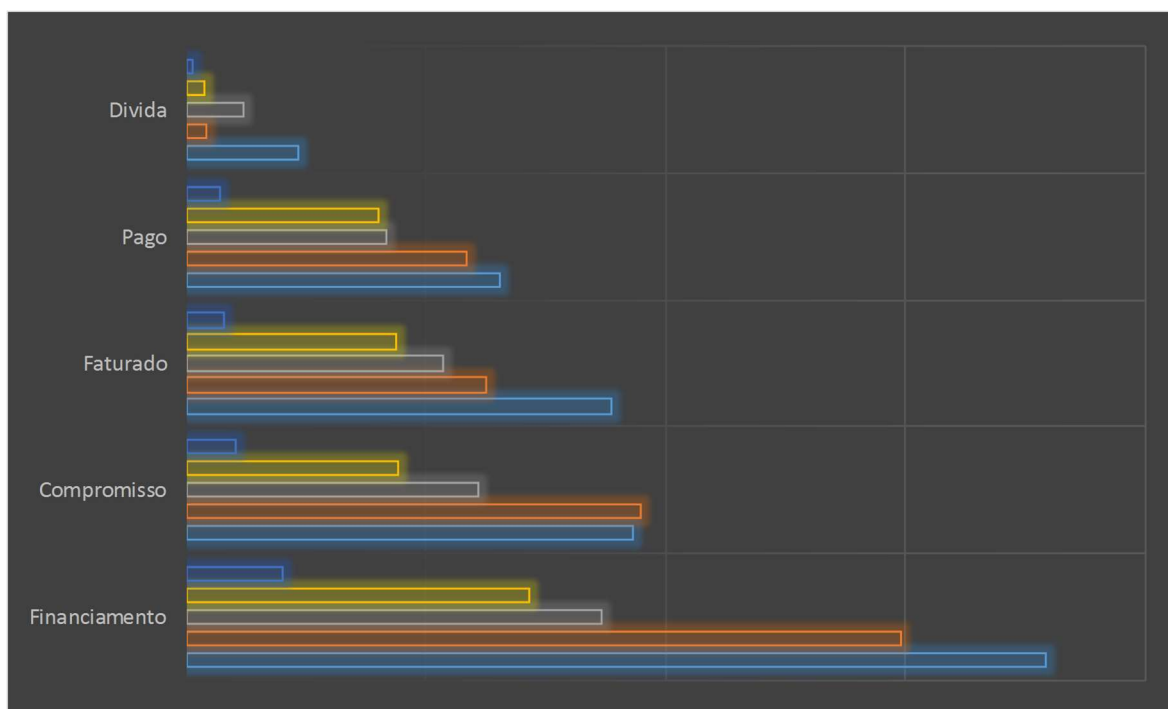
Os compromissos assumidos representaram 52,22 % das dotações, tendo sido pagos 64,82 % desses mesmos compromissos.

O fraco grau de execução está relacionado com o atraso no arranque do novo quadro comunitário.

Evolução face aos anos anteriores:

Ano	Financiamento definido	Compromisso	Faturado	Pago	Dívida	Grau de execução
2012	17.935.163,00	9.296.426,90	8.871.146,24	6.525.038,74	2.346.107,50	36,38%
2013	14.893.751,00	9.460.541,77	6.227.868,76	5.828.121,19	399.747,57	39,13%
2014	8.649.860,00	6.088.901,74	5.352.975,74	4.154.853,07	1.198.122,67	48,03%
2015	7.144.277,00	4.391.311,94	4.363.295,61	4.016.788,36	346.507,25	56,22%
2016	1.984.759,00	1.036.447,72	779.556,56	671.865,24	107.691,32	33,85%

Evolução gráfica 2012-2016



Da análise do quadro pode-se verificar um decréscimo generalizado em cada rubrica, motivado principalmente pela redução da dotação em sede de orçamento.

De 2015 para 2016 a estimativa orçamental registou uma redução de 5.159.518,00 €. De referir que a dívida atingiu o valor mais baixo dos anos em análise.

Os projetos que de seguida se referem podem ser vistos em pormenor no mapa em anexo denominado “Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos”.

2.6.1. Objetivo 1 – Funções Gerais

Enquadram-se neste objetivo os programas relativos à gestão e equipamento dos serviços da autarquia, designadamente seus edifícios, instalações de serviços e viaturas.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
01	Prog. 1 - Administração Geral (Edif. e Instalações Municipais)	29.229,00	25.153,47	22.269,77	854,85	76,19%
	Prog. 2 - Equipamentos e Serviços	224.949,00	209.799,73	206.059,81	2.918,38	91,60%
	Prog. 3 - Seg. Ordem Pública	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 01 - Funções Gerais	254.179,00	234.953,20	228.329,58	3.773,23	89,83%

No objetivo 01, o programa 2 foi o que apresentou um maior grau de execução, com 91,60 %.

Dos pagamentos efetuados destacam-se os seguintes projetos:

Designação	Pago	% do Pago
Microsoft-Enterprise Agreement	80.965,88	35,46%
Contrato de manutenção - Servidores e Ativos de rede	42.275,10	18,51%
AIRC - Aplicações	25.478,22	11,16%
Serviços Administrativos - Equipamento Informático	14.042,03	6,15%
Software - Anti-vírus	10.902,11	4,77%
Aquisição de Instalações - "Estudio 121"	10.194,36	4,46%
Sub-total	183.857,70	80,52%
Restantes projetos	44.471,88	19,48%
Total	228.329,58	100,00%

Verifica-se que 80,52 % da verba foi gasta em apenas 6 projetos.

2.6.2 Objetivo 2 – Funções sociais

Englobam-se nestas funções os programas de investimento nas áreas do ensino, habitação, ordenamento do território, águas e saneamento, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, social, cultural, recreativa e desportiva.

O objetivo 2 apresenta um grau de execução de 31,27 %.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
02	Prog. 1 - Educação	525.205,00	105.400,22	25.217,46	8.875,12	4,80%
	Prog. 4 - Saneamento	14.003,00	10.661,50	6.587,64	1.220,26	47,04%
	Prog. 5 - Águas	18.088,00	16.450,74	15.135,25	145,76	83,68%
	Prog. 6 - Resíduos Sólidos	76.000,00	67.821,81	49.621,05	7.963,81	65,29%
	Prog. 7 - Habitação Social	98.540,00	98.452,10	57.147,44	0,00	57,99%
	Prog. 8 - Cemitério Municipal	125.147,00	120.877,21	103.563,89	17.313,32	82,75%
	Prog. 9 - Espaços Verdes	80.273,00	46.559,97	15.435,32	27.697,93	19,23%
	Prog. 10 - Cultura	101.882,00	69.845,97	26.466,33	0,00	25,98%
	Prog. 14 - Desporto e vida saudável	55.400,00	52.334,61	43.059,95	7.114,41	77,73%
Total do Objetivo 02 - Funções Sociais		1.094.538,00	588.404,13	342.234,33	70.330,61	31,27%

Neste objetivo, a maior parte da despesa foi efetuada nos programas 8 e 14.

Dos pagamentos efetuados, os projetos abaixo, são responsáveis por 94,02 % do total.

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução	% no pago
Cemitério - Ampliação	123.146,00	120.877,21	103.563,89	17.313,32	84,10%	30,26%
Req. Bairro Municipal da R. Gen. Humberto Delgado (Efic. Energética)	97.540,00	97.492,70	57.147,44	0,00	58,59%	16,70%
RSU - Aquisição de maquinaria e equipamentos	35.400,00	32.948,90	30.337,95	0,00	85,70%	8,86%
Escola EB 2,3 Dr. Ruy D'Andrade - Recuperação Pavilhão (ITI)	411.765,00	29.029,00	24.464,70	1.845,00	5,94%	7,15%
Piscina Municipal - Conservação e reparação	29.861,00	29.805,05	21.740,80	5.904,00	72,81%	6,35%
Cine teatro S. João - Remodelação e Modernização	94.821,00	64.488,90	21.111,72	0,00	22,26%	6,17%
Aquisição/grande reparação - viaturas RSU	35.000,00	30.891,56	17.793,73	5.471,83	50,84%	5,20%
Campos Relvado e Sintético - Conservação e Manutenção	13.500,00	13.352,44	13.352,44	0,00	98,91%	3,90%
Águas - Conservação e Manutenção	10.680,00	10.577,49	10.369,00	145,76	97,09%	3,03%
Saneamento - conservação e manutenção	11.000,00	10.000,99	5.927,13	1.220,26	53,88%	1,73%
Manutenção de rotundas, espaços verdes e outras instalações	21.400,00	21.291,65	5.816,13	15.109,03	27,18%	1,70%
Instalações Desportivas - Equipamento Básico	5.500,00	5.300,50	5.300,50	0,00	96,37%	1,55%
Sistema de som de retorno para espetáculos	5.000,00	4.832,39	4.832,39	0,00	96,65%	1,41%
Sub-total	894.613,00	470.888,78	321.757,82	47.009,20	35,97%	94,02%
Restantes projetos	199.925,00	117.515,35	20.476,51	23.321,41	10,24%	5,98%
Total	1.094.538,00	588.404,13	342.234,33	70.330,61	31,27%	100,00%

Os principais projetos do objetivo 02 do PPI foram “Cemitério - Ampliação”, “Req. Bairro General Humberto Delgado” e “RSU – Aquisição de Equipamento e maquinaria”.

2.6.3. Objetivo 3 – Funções Económicas

Neste objetivo enquadram-se os investimentos nas áreas de mercados e feiras, ordenamento de trânsito, rede viária e arruamentos municipais, zona industrial, infraestruturas elétricas, transportes rodoviários, indústria e energia e turismo.

Obj	Designação	Financ. Definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
03	Prog. 6 - Indústria e Energia	85.575,00	870,99	870,99	0,00	1,02%
	Prog. 7 - Ordenamento do Território	57.780,00	52.444,00	2.337,00	0,00	4,04%
	prog. 8 - Transportes Rodoviários	356.245,00	92.187,18	78.222,86	4.729,99	21,96%
	Prog. 9 - Ord. De Trânsito e Sinalização	91.132,00	42.671,22	16.478,48	23.476,24	18,08%
	Prog. 13 - Comércio	43.310,00	24.917,00	3.392,00	5.381,25	7,83%
	Prog. 14 - Turismo	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
	Total do Objetivo 03 - Funções Económicas	636.042,00	213.090,39	101.301,33	33.587,48	15,93%

Neste objetivo, o grau de execução foi de 15,93 %, destacando-se o programa 8 que engloba as obras relativas à rede viária, arruamentos e passeios.

Dos projetos que compõem este objetivo destacam-se:

Designação	Financiamento definido	Compromisso	Pago	Dívida	Grau de execução
Cons. rede viária - Manut. Arruam., Estacion. e Passeios	159.724,00	70.821,01	67.169,50	1.108,87	42,05%
Aquisição de terrenos	13.035,00	12.313,36	11.053,36	0,00	84,80%
Ciclovias - Freguesia de S. João Batista (PMUS)	44.456,00	25.830,00	6.457,50	16.789,50	14,53%
Sinalética Rodoviária e Direcional	26.000,00	8.989,49	5.025,56	3.830,43	19,33%
Conservação/Reparação/Adaptação - TURE	12.174,00	7.851,73	4.995,42	2.856,31	41,03%
Reabilitação do Mercado Diário (Ambiental e Energética)	38.250,00	24.917,00	3.392,00	5.381,25	8,87%
P.D.M - Revisão	57.780,00	52.444,00	2.337,00	0,00	4,04%
Melhoria do desempenho energético do município (ITI)	70.575,00	870,99	870,99	0,00	1,23%
Sub-total	421.994,00	204.037,58	101.301,33	29.966,36	24,01%
Restantes projetos	214.048,00	9.052,81	0,00	3.621,12	0,00%
Total	636.042,00	213.090,39	101.301,33	33.587,48	15,93%

3. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1 Análise do balanço

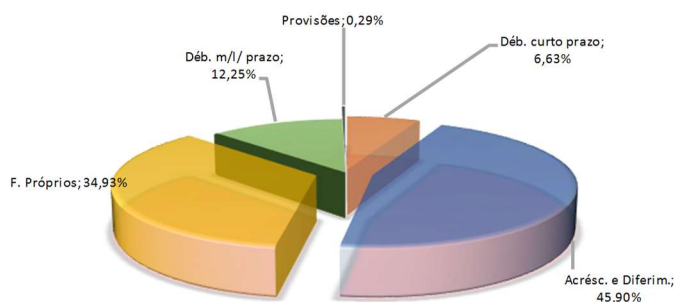
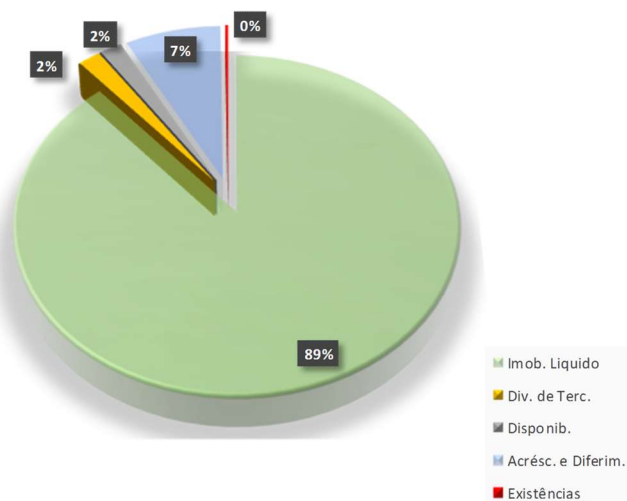
Do Balanço Analítico, (ponto 9.3), extraímos o seguinte quadro síntese:

BALANÇO À DATA DE 31-12-2016					
Activo	Valor	%	Fundos próprios + passivo	Valor	%
Imobilizado líquido	51.152.731,40	88,7%	Fundos próprios	20.142.386,27	34,9%
Existências	124.646,21	0,2%	Passivo		
Dívidas de terceiros	1.026.028,99	1,8%	Prov. para Riscos e Encargos	164.520,55	0,3%
Disponibilidades	998.684,43	1,7%	Débitos m/l/ prazo	7.066.792,39	12,3%
Acréscimos e diferimentos	4.363.539,42	7,6%	Débitos curto prazo	3.822.591,14	6,6%
			Acréscimos e diferimentos	26.469.340,10	45,9%
TOTAL	57.665.630,45	100,0%	TOTAL	57.665.630,45	100,0%

Através da análise do quadro, verifica-se que a principal rubrica do balanço é o imobilizado líquido, a qual corresponde a 88,7 % do ativo.

Os acréscimos e diferimentos surgem de seguida representando 7,6 % do total do ativo. Nesta rubrica está contabilizado os proveitos de 2016 que o município apenas irá concretizar como receita em 2017. Exemplo destes proveitos é o IMI, o IRS e a derrama.

As dívidas de terceiros surgem de seguida representando 1,8 % do total do ativo. Em relação às disponibilidades representam 1,7 % do total do ativo. Estão incluídos neste grupo os depósitos em instituições financeiras e caixa, bem como as aplicações de tesouraria.



No que diz respeito aos Fundos Próprios + Passivo, a distribuição é feita na razão de 34,9 % para os primeiros e de 65,1 % para o segundo.

No passivo, 45,9 % não constituem um passivo que se venha a traduzir em endividamento, uma vez que, em grande parte trata-se de subsídios ao investimento.

3.1.1. Imobilizado

O **imobilizado**, reparte-se por investimentos financeiros (participações no capital de empresas), imobilizações corpóreas (móveis, imóveis e veículos), incorpóreas (projetos, software), imobilizações em curso (obras que o município tem em desenvolvimento) e bens do domínio público, no qual consideramos os bens de domínio público que estão afetos ao uso público ou os que qualquer norma jurídica classifique como coisa pública, designadamente bibliotecas, escolas primárias e pré-primárias, a cargo da autarquia, museus, cemitérios, muros, silos, parques, albufeiras, canais, estradas e arruamentos, caminhos, redes de saneamento, redes de distribuição de água, praças e jardins, redes de iluminação pública, estações de tratamento de águas residuais, estações elevatórias e abrigos de passageiros.

Em 31 de Dezembro de 2016, o imobilizado bruto do município era de 83.043.854,74 € e as amortizações acumuladas eram de 31.891.123,34 €.

O valor líquido contabilístico dos bens (móveis, imóveis e veículos) era de 51.152.731,40 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
41	Investimentos financeiros	519.774,82	0,00	519.774,82	0,00
42	Imobilizações corpóreas	37.718.645,95	0,00	37.718.645,95	0,00
43	Imobilizações incorpóreas	922.245,74	5.104,50	917.141,24	0,00
44	Imobilizações em curso	5.943.506,95	5.754.389,33	189.117,62	0,00
45	Bens de domínio público	43.726.194,58	27.019,47	43.699.175,11	0,00
48	Amortizações acumuladas	0,00	31.891.123,34	0,00	31.891.123,34
Totais Gerais:		88.830.368,04	37.677.636,64	83.043.854,74	31.891.123,34

Em 2016 na transferência de imobilizações em curso para imobilizações corpóreas destaca-se o encerramento contabilístico das seguintes empreitadas:

- Escola EB 2,3 Ruy Andrade
- Cemitério Municipal – Ampliação 2ª Fase

As obras que se encontram em curso são as seguintes:

Conta	Designação	Saldo Débito
442	Imobilizações em curso imobilizações corpóreas	68.460,36
442023	Remodelação do Cine -Teatro S. João	63.079,11
442024	Reabilitação do Mercado Municipal	5.381,25
445	Imobilizações em curso bens de domínio público	120.657,26
445177	Recup.Pavilhão Gimnodesp. E.B. 2,3 Dr.Ruy Andrade	24.464,70
445179	Req.Bairro Municipal R. Gen.Humberto Delgado	57.147,44
445180	Execução de Ciclovias - Freg.S.João Batista	23.247,00
445182	Requalificação Espaços Verdes-Bairros Sociais	12.177,00
445184	Requalificação Estrada da Barroca	3.621,12
	Total	189.117,62

Estas obras representavam 0,37 % do imobilizado líquido.

3.1.2. Existências

Quanto às **existências finais**, o seu valor cifra-se em 124.646,21 €.

RUBRICAS	MECADORIAS	MT. PRIMAS, SUBS., CONSUMO	TOTAL
Existências Iniciais	0,00	106.606,24	106.606,24
Compras	905.133,02	236.280,59	1.141.413,61
Regularização de existências	0,00	-1.670,78	-1.670,78
Existências finais	0,00	124.646,21	124.646,21
CUSTO MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS	905.133,02	216.569,84	1.121.702,86

Mercadorias:

Água – refere-se à água adquirida às Águas do Centro para posterior venda;

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:

Trata-se de bens destinados à produção que não incorporam materialmente nos produtos finais. Estes bens têm como destino diversos serviços municipais, tais como, Saneamento, Obras, Oficinas, Desporto, Jardins, Cemitério, Mercados, entre outros.

Junta-se de seguida quadro com valor das existências finais por hierarquia de material:

DESIGNAÇÃO	VALOR
ÁGUAS	40.411,35
ELECTRICIDADE	13.039,73
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9.889,26
MATERIAL PARA JARDINS E REGA	8.765,83
MATERIAL PARA PINTURA	7.561,88
MATERIAL DE ESCRITÓRIO E EXPEDIENTE	6.549,28
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA	6.036,34
SANEAMENTO - ESGOTOS	5.890,41
VESTUÁRIO, FARDAMENTOS E EQUIPAMENTOS USO PESSOAL	5.673,74
MATERIAL AUTO	5.074,32
ARRUAMENTOS E VIADUTOS (PAVIMENTAÇÃO)	3.898,71
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	3.861,87
ENTRONCAMENTO SOLIDÁRIO	2.774,32
RESÍDUOS SÓLIDOS	2.068,39
MATERIAL PARA SOLDADURA	917,79
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO	694,42
MATERIAL DIVERSO	647,31
MATERIAL PARA CORTE E DE REBARBAR	518,97
PARAFUSOS, PORCAS, ANILHAS, BROCAS, BUCHAS	372,29
TOTAL	124.646,21

3.1.3. Dívidas de terceiros.

No que respeita às dívidas de terceiros a curto prazo, estas totalizavam 1.026.028,99 €.

O elevado valor das dívidas de terceiros de curto prazo, deve-se sobretudo a:

- *O valor da água, saneamento e RSU faturado:*
 - *Em novembro de 2016 que só será pago pelos utentes em janeiro de 2017*
 - *Em dezembro de 2016 que só será pago pelos utentes em fevereiro de 2017*

- *Valor em dívida de várias entidades das quais se destacam:*

Construções Rodrigues & M. Vieira, Lda – 186.291,02 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a ocupações da via pública.

Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares – 47.345,54 €

Natureza da dívida: Valor faturado referente a ocupações da via pública.

Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública – 42.914,27 €

Natureza da dívida: Renda das instalações da PSP na Rua 5 de Outubro

Estas 3 entidades representam 276.550,83 €.

Foi reforçada a provisão para cobranças duvidosas, nos termos do ponto 2.7.1 do POCAL que refere:

“O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.”

A provisão atual é de 294.976,10 €.

Estes valores são representados por dívidas de clientes (ligações de água, saneamento,...), de contribuintes e utentes (dívidas de consumo de água e de saneamento/rsu, mercados, ...).

3.1.4. Disponibilidades e aplicações financeiras

Os valores em caixa e bancos eram:

Caixa – 14.103,14 €

Bancos – 984.581,29 €

Veja-se nas páginas seguintes o “*Resumo Diário de Tesouraria*” referente ao dia 31/12/2016:

Prestação de Contas – Relatório de Gestão 2016



RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Data	Nº Pág.
30/12/2016	1

Número	Ano
248	2016

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
CAIXA	4 653,48	24 378,66	29 032,14	14 929,00	14 103,14
FUNDOS DE MANEIO	5 150,00	0,00	5 150,00	5 150,00	0,00
BANCOS					
À ORDEM Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 00350282000000173018	2 677,81	0,00	2 677,81	0,00	2 677,81
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820001879583035	252,97	0,00	252,97	0,00	252,97
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002089123017	2 190,21	0,00	2 190,21	0,00	2 190,21
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002097143076	115 871,04	0,00	115 871,04	0,00	115 871,04
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002341233098	2 574,38	0,00	2 574,38	0,00	2 574,38
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002752613008	439 308,38	0,00	439 308,38	0,00	439 308,38
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003502820002526523080	98,16	0,00	98,16	0,00	98,16
Banco : CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS Conta : 003503080000000223068	2 330,78	0,00	2 330,78	0,00	2 330,78
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808018425913	2 388,01	3 238,14	5 626,15	0,00	5 626,15
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300000808034018857	135,60	0,00	135,60	0,00	135,60
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528340599005	266,72	0,00	266,72	0,00	266,72
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004528713321505	914,96	0,00	914,96	0,00	914,96
Banco : Banco Comercial Português, Sa Conta : 003300004532874563305	107 633,99	135,05	107 769,04	8 105,02	99 664,02
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800003516179600112	60 302,44	0,00	60 302,44	7 404,20	52 898,24
Banco : TOTTA SANTANDER Conta : 001800032511875302038	207 599,44	0,00	207 599,44	0,00	207 599,44
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740000576000689	292,56	0,00	292,56	0,00	292,56
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740002920000063	2 116,33	0,00	2 116,33	0,00	2 116,33

Prestação de Contas – Relatório de Gestão 2016



RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Data	Nº Pág.
30/12/2016	2
Número	Ano
248	2016

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Movimentos de Tesouraria	Saldo do dia Anterior	Entrada do Dia	Soma	Saída do Dia	Saldo para o Dia Seguinte
BANCOS					
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003051001861	2 470,83	424,85	2 895,68	0,00	2 895,68
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003073001849	1 332,93	356,00	1 688,93	0,00	1 688,93
Banco : Novo Banco, SA Conta : 000703740003128000849	1 993,54	429,99	2 423,53	0,00	2 423,53
Banco : Banco Bpi, Sa Conta : 001000002217788010152	34 513,55	0,00	34 513,55	59,50	34 454,05
Banco : Banco Bpi, Sa Conta : 001000002217788010249	8 301,35	0,00	8 301,35	0,00	8 301,35
Banco : Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, Crl Conta : 004554314028172478965	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco : Caixa Económica Montepio Geral Conta : 003601649910000006008	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	995 565,98	4 584,03	1 000 150,01	15 568,72	984 581,29
APLICAÇÕES DE TESOUREARIA					
Títulos Negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-Total :	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Disponibilidades :	1 005 369,46	28 962,69	1 034 332,15	35 647,72	998 684,43
DOCUMENTOS	61 299,24	0,00	61 299,24	0,00	61 299,24
Total de Movimentos de Tesouraria :	1 066 668,70	28 962,69	1 095 631,39	35 647,72	1 059 983,67
OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	720 473,74	3 659,94	724 133,68	10 215,24	713 918,44
OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS	284 895,72	0,00	284 895,72	129,73	284 765,99

Decomposição do Saldo em Numerário Para o Dia Seguinte

Em Dinheiro	14 103,14
Em Cheques e Vales Postais	0,00

3.1.5. Acréscimo de proveitos

Segundo o POCAL deverão ser contabilizados na conta “271 – Acréscimos de proveitos” os proveitos a reconhecer no próprio exercício cuja receita só venha a obter-se em exercício (s) futuro (s).

Foram identificados 4.359.877,92 € de proveitos desta natureza, cuja cobrança só irá ser feita em 2017.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
27	Acréscimos e diferimentos	8.663.833,86	4.303.955,94	4.359.877,92	0,00
271	Acréscimos de proveitos	8.663.833,86	4.303.955,94	4.359.877,92	0,00
2719	Outros acréscimos de proveitos	8.663.833,86	4.303.955,94	4.359.877,92	0,00
Totais Gerais:		8.663.833,86	4.303.955,94	4.359.877,92	0,00

Estão incluídas nesta conta:

Faturação de água, saneamento e RSU no mês de janeiro de 2017, correspondente ao período de consumo dezembro de 2016. Ou seja, o proveito é de 2016 mas a receita só dá entrada no ano de 2017 (195.429,61 €).

Renda proveniente de um contrato de concessão com a EDP referente à Iluminação Pública. Esta renda corresponde ao 4º trimestre do ano de 2015 (71.735,21 €).

Previsão de recebimento das seguintes receitas:

- Imposto Municipal sobre Imoveis (2.554.930 €)
- Derrama (113.631 €)
- IRS (1.101.863 €)

Estes impostos constituem proveitos de 2016 mas apenas são recebidos em 2017.

Receita recebida em janeiro de 2017 mas que diz respeito a proveitos de 2016:

- Impostos Único de Circulação (34.985,49 €)
- Imposto Municipal sobre Transações (58.846,13 €)
- Derrama (55.681,18 €)
- Juros de mora referente ao IMI (118.623,80 €)

Entre outras.

3.1.6. Fundos Próprios

Os **Fundos Próprios** apresentam o valor de 20.142.386,27 €.

3.1.7. Passivo

Quanto aos **débitos a médio e longo prazo**, referem-se aos empréstimos a médio e longo prazos contratados pelo município e cujo valor em dívida é de 7.994.867,39 €.

Os empréstimos estão divididos em:

Exigível a Médio e Longo Prazo – 7.066.792,39 €

Exigível a Curto Prazo (N+1) – 928.075 €

Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
23	Empréstimos obtidos	2.337.249,51	10.332.116,90	0,00	7.994.867,39
231	Em moeda nacional	2.337.249,51	10.332.116,90	0,00	7.994.867,39
2311	De curto prazo	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
23111	Empréstimos bancários	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
231111	Instituições financeiras monetárias residentes	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
2311110103	Banco BPI, S.A.	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00
2312	De médio e longo prazo	1.837.249,51	9.832.116,90	0,00	7.994.867,39
23121	Empréstimos bancários	643.815,65	5.363.503,46	0,00	4.719.687,81
231211	Instituições financeiras monetárias residentes	643.815,65	5.363.503,46	0,00	4.719.687,81
2312111	Caixa Geral de Depósitos	409.699,96	3.150.874,94	0,00	2.741.174,98
231211101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.374,00	101.664,59	0,00	88.290,59
231211103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.246,78	349.893,51	0,00	218.646,73
231211105	C.G.D.-Zona Industrial	23.865,40	203.928,38	0,00	180.062,98
231211106	C.G.D.-Saneamento Financeiro - 465.810 €	53.290,93	84.373,86	0,00	31.082,93
231211107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.668,38	148.487,23	0,00	133.818,85
231211108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. - 2.855.000 €	173.254,47	2.262.527,37	0,00	2.089.272,90
2312113	Banco Espírito Santo	122.508,00	869.639,96	0,00	747.131,96
231211301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	50.611,20	0,00	43.711,20
231211302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	61.520,17	0,00	51.272,17
231211303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	48.060,92	0,00	41.508,92
231211304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	34.703,67	0,00	28.943,67
231211305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	532.373,00	0,00	458.957,00
231211306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	142.371,00	0,00	122.739,00
2312114	Banco BPI	111.607,69	1.342.988,56	0,00	1.231.380,87
231211401	B.P.I.-Recinto Multiusos	38.903,00	314.987,90	0,00	276.084,90
231211402	B.P.I.-EB1 + JI Sul - 1.265.000 €	72.704,69	1.028.000,66	0,00	955.295,97
2312114021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	20.837,66	294.603,85	0,00	273.766,19
2312114022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	51.867,03	733.396,81	0,00	681.529,78
23122	Empréstimos bancários MLP (Vencimento em N+1)	638.453,16	1.278.986,16	0,00	640.533,00
231221	Instituições financeiras monetárias residentes	638.453,16	1.278.986,16	0,00	640.533,00
2312211	Caixa Geral de Depósitos	404.340,47	811.953,47	0,00	407.613,00
231221101	C.G.D.-Construção de 32 Fogos de Habitação Social	13.331,60	26.705,60	0,00	13.374,00
231221103	C.G.D.-Financiamento P/Diversos Investimentos	131.178,42	262.367,42	0,00	131.189,00
231221105	C.G.D.-Zona Industrial	23.641,68	47.385,68	0,00	23.744,00
231221106	C.G.D.-Saneamento Financeiro (465.810 €)	53.261,49	106.548,49	0,00	53.287,00
231221107	C.G.D.-Jardim-de-infância Norte	14.563,59	29.163,59	0,00	14.600,00
231221108	C.G.D.-Financ. Div. Invest. (2.855.000 €)	168.363,69	339.782,69	0,00	171.419,00
2312213	Banco Espírito Santo	122.508,00	245.016,00	0,00	122.508,00
231221301	B.E.S.-Requalificação de Espaços Públicos	6.900,00	13.800,00	0,00	6.900,00
231221302	B.E.S.-Saneamento Básico	10.248,00	20.496,00	0,00	10.248,00
231221303	B.E.S.-Projecto de Qualificação de Zonas Urbanas	6.552,00	13.104,00	0,00	6.552,00
231221304	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo-2ª Fase (Cobertura)	5.760,00	11.520,00	0,00	5.760,00
231221305	B.E.S.-Req. Urbana Zona Env. Mercado	73.416,00	146.832,00	0,00	73.416,00
231221306	B.E.S.-Pavilhão Polidesportivo - 3ª Fase	19.632,00	39.264,00	0,00	19.632,00
2312214	Banco BPI	111.604,69	222.016,69	0,00	110.412,00
231221401	B.P.I.-Recinto Multiusos	38.903,00	77.806,00	0,00	38.903,00
231221402	B.P.I.-EB1 + JI Sul (1.265.000 €)	72.701,69	144.210,69	0,00	71.509,00
2312214021	EB1+JI Sul - Parte excecionada	20.834,81	41.329,81	0,00	20.495,00
2312214022	EB1+JI Sul - Parte não excecionada	51.866,88	102.880,88	0,00	51.014,00
23123	Outros empréstimos obtidos	287.655,64	2.634.760,22	0,00	2.347.104,58
231231	Direcção-Geral do Tesouro	267.314,64	2.391.026,39	0,00	2.123.711,75
23123101	DGTF - PREDE - 187.392 €	37.479,00	93.696,00	0,00	56.217,00
23123102	DGTF - PAEL - 3.181.877,53 Euros	229.835,64	2.297.330,39	0,00	2.067.494,75
231232	Banco Europeu Investimento	20.341,00	243.733,83	0,00	223.392,83
23123201	Escola Básica Norte do Entroncamento	20.341,00	145.006,49	0,00	124.665,49
23123202	Cicloviarias - Freguesia de Nossa Senhora de Fátima	0,00	35.058,37	0,00	35.058,37
23123203	Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	0,00	63.668,97	0,00	63.668,97
23124	Outros empréstimos obtidos (Vencimento em N+1)	267.325,06	554.867,06	0,00	287.542,00
231241	Direcção-Geral do Tesouro	267.325,06	534.526,06	0,00	267.201,00
23124101	DGTF - PREDE (187.392 €)	37.478,40	74.957,40	0,00	37.479,00
23124102	DGTF - PAEL (3.181.877,53 €)	229.846,66	459.568,66	0,00	229.722,00
231242	Banco Europeu Investimento	0,00	20.341,00	0,00	20.341,00
23124201	Escola Básica Norte do Entroncamento	0,00	20.341,00	0,00	20.341,00
Totais Gerais:		2.337.249,51	10.332.116,90	0,00	7.994.867,39

Os **débitos a curto prazo** referem-se ao exigível a menos de 1 ano (curto prazo) e situam-se em 3.822.591,14 €.

Compõem-se de:

Designação	Valor (€)
A curto prazo	
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	928.075,00
Fornecedores	
Fornecedores gerais c/c	1.052.549,45
Fornecedores - Fat. Recepção e Conferência	356.832,86
Fornecedores de imobilizado - c/c	235.948,94
Leasing	0,00
Factoring	15.858,84
Forn. Imobil. - Fat. em Recepção e Conferência	
Total "Fornecedores"	1.661.190,09
Outros	
Estado e outros entes públicos	63.447,28
Administração autárquica	1.387,56
Outros credores	1.168.491,21
Total "Outros"	1.233.326,05
Total "Débitos curto prazo"	3.822.591,14

3.1.8. Acréscimos de custos (conta 273)

Esta conta serve de contrapartida aos custos a reconhecer no próprio exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício (s) posterior (es).

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2732	Remunerações a liquidar	635.789,10	1.268.347,05	0,00	632.557,95
27321	Remunerações	516.476,96	1.030.343,98	0,00	513.867,02
273211	Membros da Câmara	26.881,36	53.762,72	0,00	26.881,36
273212	Pessoal	489.595,60	976.581,26	0,00	486.985,66
2732121	Pessoal do quadro	489.595,60	976.581,26	0,00	486.985,66
27322	Encargos	119.312,14	238.003,07	0,00	118.690,93
273221	Membros da Câmara	6.384,32	12.768,64	0,00	6.384,32
273222	Pessoal	112.927,82	225.234,43	0,00	112.306,61
2732221	Pessoal do quadro	112.927,82	225.234,43	0,00	112.306,61
2733	Juros a liquidar	658,77	658,77	0,00	0,00
2739	Outros acréscimos de custos	101.371,05	281.018,57	0,00	179.647,52
Totais Gerais:		737.818,92	1.550.024,39	0,00	812.205,47

Fazem parte da conta 273 as seguintes subcontas:

- Remunerações a liquidar (2732), Juros a liquidar (2733), e outros acréscimos de custos (2739).

Em 2017, aquando do respetivo processamento, estas contas serão saldadas.

2732 «Remunerações a liquidar». - Compreende, entre outras, as remunerações (e respetivos encargos) devidas por motivo de férias cujo processamento e pagamento ocorram no ano seguinte.

As férias são pagas no ano n+1 (movimento financeiro), mas o seu direito é adquirido no ano n (ano de origem e registo do custo).

A previsão destes custos para o ano de 2017 é de 632.557,95 €.

3.1.9. Proveitos diferidos

Compreende os proveitos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes.

2745 «Subsídios para investimentos». - Incluem-se nesta conta os subsídios/transferências para investimento a que a autarquia local tem direito, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, deverão ser movimentados numa base sistemática para a conta 7983 «Proveitos e ganhos extraordinários – Outros proveitos e ganhos extraordinários – Transferências de capital», à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

Proveitos diferidos refere-se aos recebimentos dos vários fundos financeiros para investimentos municipais, conforme mapa seguinte:

Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRANCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
27451	Administrações Públicas	3.023.225,95	28.680.360,58	0,00	25.657.134,63
274511	Orçamento do Estado	3.023.225,95	28.680.360,58	0,00	25.657.134,63
2745111	Cooperação técnica e financeira	343.390,56	3.895.354,90	0,00	3.551.964,34
274511101	DGTT - MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
27451110111	Edifício 9	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
274511102	DGAL - EDIFÍCIOS MUNICIPAIS	32.918,36	467.603,33	0,00	434.684,97
274511104	CCDLVT - REQUALIFICAÇÃO ZONA ENV. MERCADC	8.002,84	568.251,73	0,00	560.248,89
274511105	DGAL/CCDLVT - PISCINA	9.530,48	667.133,56	0,00	657.603,08
274511108	INST. DESPORTO - PAVILHÃO	3.257,49	228.024,50	0,00	224.767,01
274511109	DGTT - Passagem Inferior	77.218,59	231.655,76	0,00	154.437,17
274511110	INSTITUTO GESTÃO FINANCEIRA DA JUSTIÇA	4.068,90	40.689,02	0,00	36.620,12
274511111	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA 2ª FASE	2.248,23	9.352,89	0,00	7.104,66
274511112	DGAL-REQ.ESP.URB.DESP.ZONAS V.LAZER	50.135,03	564.141,53	0,00	514.006,50
274511114	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-1ª parte	24.742,28	60.082,75	0,00	35.340,47
274511115	IMTT - 2ª FASE DOS TURE-2ª parte	122.115,17	151.286,82	0,00	29.171,65
274511117	Ministério Educação-Escola Dr. Ruy Andrade	9.153,19	807.133,01	0,00	797.979,82
2745112	FEDER	217.461,16	5.604.675,82	0,00	5.387.214,66
27451121	FEDER TRADICIONAL - QCA I - QCA II	77.405,55	739.820,22	0,00	662.414,67
2745112101	Infraestr. saneamento básico pavim. (overbook.)	6.765,37	20.296,07	0,00	13.530,70
2745112111	Arranjo Urbanístico Via Principal Centro Cidade	9.352,46	18.704,93	0,00	9.352,47
2745112112	Infraestruturas Lugares Fontainhas, C. Grilo e Covão	26.287,15	52.574,27	0,00	26.287,12
2745112113	Valorização do Complexo Turístico Bonito	9.731,61	29.194,82	0,00	19.463,21
2745112114	Conserv. rede viária, arruamentos passeios-2.Fase	12.798,47	38.395,39	0,00	25.596,92
2745112115	Pavilhão Polidesportivo - 1ª. Fase	8.108,11	567.567,63	0,00	559.459,52
2745112118	Passagem Inferior - Obra Compart. pelo PORLVT	4.362,38	13.087,11	0,00	8.724,73
27451122	QCA II - PROSIURB	4.653,39	325.737,37	0,00	321.083,98
274511221	Piscina	3.055,62	213.893,12	0,00	210.837,50
274511222	Pavilhão Polidesportivo	1.597,77	111.844,25	0,00	110.246,48
27451123	QCA III	135.402,22	4.539.118,23	0,00	4.403.716,01
274511231	EIXO 1	119.282,96	3.698.885,99	0,00	3.579.603,03
27451123101	Requalificação de espaços urbanos (MT12/011)	15.250,46	107.049,77	0,00	91.799,31
274511231011	R. EUA, Brito Capelo, A.M. Agostinho, L.G.	3.268,82	19.612,90	0,00	16.344,08
274511231012	R.J.F.Corujo, Viana de Lemos, J.Estrela Teriaga	3.470,35	24.292,46	0,00	20.822,11
274511231013	Pavimentação R. Almada Negreiros	2.472,92	14.837,50	0,00	12.364,58
274511231014	Pavimentação da R. Elias Garcia	3.483,71	27.869,70	0,00	24.385,99
274511231015	Rua B - Acessos à Galharda	2.554,66	20.437,21	0,00	17.882,55
27451123102	Saneamento básico Concelho-1.Fase (MT12/012)	22.650,98	154.194,10	0,00	131.543,12
274511231021	Rede esgotos - Prolongamento Rua Cia. Divisionária	3.732,17	26.125,22	0,00	22.393,05
274511231022	Rede de Esgotos R. Elias Garcia (11 Unidos - A.R.)	2.457,29	17.201,12	0,00	14.743,83
274511231023	Remod. Colectores R.R. Matos Torres e D. Pedro V	2.726,67	19.086,71	0,00	16.360,04
274511231024	Remod. rede águas R.F.Pessoa e Eng. Gomes Silva	4.454,12	31.178,75	0,00	26.724,63
274511231025	Remodelação da Rede de Águas do Casal da Galharda	2.490,49	14.942,99	0,00	12.452,50
274511231026	Reposição Pav. R. Luis Sommer	977,81	5.866,82	0,00	4.889,01
274511231027	Reposição Pav. R. Eng. E. Pichiocci G. Eng.M.Costa	1.550,93	9.305,53	0,00	7.754,60
274511231028	Rede Esg. R. Almada Negreiros e Casal Melão	3.604,92	25.234,36	0,00	21.629,44
274511231029	Pav.R. Elias Garcia (Dos 11 Unidos à R. A. Reis)	656,58	5.252,60	0,00	4.596,02
27451123103	Projecto qualificação zonas urbanas (MT12/013)	12.100,77	127.677,93	0,00	115.577,16
274511231031	Ruas D. Afonso Henriques / Vasco da Gama	2.620,96	18.346,79	0,00	15.725,83
274511231032	R.D.S., Lg Comun., Env.polid.desc., Lg. Frat.M.Moni	3.625,61	25.379,23	0,00	21.753,62
274511231033	Recinto multiusos - 1ª Fase (Mercado Semanal)	762,91	53.404,09	0,00	52.641,18
274511231034	Novo Acesso à Escola Secundária	2.090,50	12.542,91	0,00	10.452,41

Balancete Acumulado

Analítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
274511231035	Remod. rede esg. pluv. e rede águas Afonso Henr.	2.588,53	15.531,22	0,00	12.942,69
274511231036	Alteração do Estacionamento na Rua da Coferpor	64,62	387,73	0,00	323,11
274511231037	Ampliação Estacionamentos na Coferpor	174,22	1.045,37	0,00	871,15
274511231038	Correcção perfil R.A.Sérgio, Cof.,J.Lopes.	173,42	1.040,59	0,00	867,17
27451123104	Pavilhão polidesport.-2ª. Fase-Cobertura(MT11/022)	3.071,94	215.035,73	0,00	211.963,79
27451123105	Piscina-Cobertura, Acabamentos e Equipamento	7.600,73	532.050,79	0,00	524.450,06
27451123106	Requalificação urbana zona env.mercado municipal	14.006,07	994.430,63	0,00	980.424,56
27451123107	Recinto multiusos	10.762,66	753.386,29	0,00	742.623,63
27451123108	Rede de Ciclovias - R. Dr. Francisco Sá Carneiro	16.627,53	166.275,24	0,00	149.647,71
27451123109	Jardim de Infância Norte - Entrancamento	7.493,77	532.058,03	0,00	524.564,26
27451123110	Zona Industrial 2ª Fase - (Eixo 1 Medida 1.5/231)	9.718,05	116.727,48	0,00	107.009,43
274511233	EIXO 3	12.916,28	821.014,09	0,00	808.097,81
27451123301	Jardim Infância Norte	1.319,45	9.236,06	0,00	7.916,61
27451123302	Pavilhão Polidesportivo - 3ª. Fase	11.596,83	811.778,03	0,00	800.181,20
274511236	POE - PROGRAMA OPERACIONAL ECONOMIA	3.202,98	19.218,15	0,00	16.015,17
2745113	FSE - FUNDO SOCIAL EUROPEU (univa)	94,61	662,35	0,00	567,74
2745114	QREN	2.462.276,97	19.179.664,86	0,00	16.717.387,89
274511401	Escola Básica António Gedeão	82.874,22	1.224.724,21	0,00	1.141.849,99
274511402	Escola Básica Norte do Entrancamento	506.490,41	2.453.658,47	0,00	1.947.168,06
27451140201	Escola Básica Norte Entº-empregada	493.326,84	2.412.526,16	0,00	1.919.199,32
27451140202	Escola Básica Norte Entº-Equip.Informático	11.528,44	29.835,34	0,00	18.306,90
27451140203	Escola Básica Norte Entº-Material Didático	1.572,88	10.861,22	0,00	9.288,34
27451140204	Escola Básica Norte Entº-Mob. Escolar	62,25	435,75	0,00	373,50
274511403	Escola Básica da Zona Verde do Entrancamento	303.549,29	2.188.953,99	0,00	1.885.404,70
274511404	Escola Dr. Ruy d'Andrade	56.216,76	4.118.258,56	0,00	4.062.041,80
27451140401	Escola Ruy D'Andrade-Empregada	19.771,37	4.024.799,80	0,00	4.005.028,43
27451140402	Escola Ruy D'Andrade-Mobiliário Escolar	1.025,95	6.308,26	0,00	5.282,31
27451140403	Escola Ruy D'Andrade-Equipam.Informático	31.148,77	59.903,50	0,00	28.754,73
27451140404	Escola Ruy D'Andrade-Material Didático	4.270,67	27.247,00	0,00	22.976,33
274511405	Melhoria Acessibilidades Interconcelhias	85.292,01	1.038.396,42	0,00	953.104,41
27451140501	Melhoria Acess.Inter-Req.Acessos Formigos/C.Vidiga	14.791,67	281.091,63	0,00	266.299,96
27451140502	Melhoria Acess.Inter-Req.Urbana R.Elias Garcia	23.049,57	437.941,90	0,00	414.892,33
27451140503	Melhoria Acess.Inter-Alarg. Av.* Forças Armadas	47.450,77	319.362,89	0,00	271.912,12
274511406	Ciclovias - Freguesia de N.* Sra. Fátima	36.470,98	525.727,11	0,00	489.256,13
274511410	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 1	280.649,67	623.732,72	0,00	343.083,05
27451141001	Praça da Republica	4.152,74	61.485,23	0,00	57.332,49
27451141002	Jardim Parque José Pereira Caldas	276.496,93	562.247,49	0,00	285.750,56
274511411	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 2	544.445,90	3.195.019,94	0,00	2.650.574,04
27451141101	Largo José Duarte Coelho	33.108,21	231.118,62	0,00	198.010,41
27451141102	Largo José Duarte Coelho - Complementos	6.650,05	106.400,70	0,00	99.750,65
27451141103	Fonte Ornamental	11.640,49	79.578,27	0,00	67.937,78
2745114112	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3A	198.746,05	1.238.543,27	0,00	1.039.797,22
274511411201	Req. Urb. Freg. S. João Baptista	121.431,40	465.700,94	0,00	344.269,54
274511411202	Exec.Rot.-Cruz. Av. Dr. J. Eduardo V. Neves/A. Cab	885,56	12.271,17	0,00	11.385,61
274511411203	Req. Urb. Bairro da Coferpor Nascente	9.453,26	132.339,78	0,00	122.886,52
274511411204	Man.Red. Viária-R.Af.Alb., R.Prof.J.F.Corujo, LgVa	2.010,94	25.613,38	0,00	23.602,44
274511411205	Req. Urbana - Bairro Coferpor (Nascente) - 2ª Fase	3.161,86	43.306,53	0,00	40.144,67
274511411206	R. Acesso ao Interior do Parque do Bonito	1.024,64	16.394,28	0,00	15.369,64
274511411207	Req.Urb.Freg.N.Sr.Fátima-Lg de Stº. Ant.-Complem	3.556,44	23.042,69	0,00	19.486,25
274511411208	Req. Urb. - Bairro da Coferpor (Poente)	16.524,38	131.691,75	0,00	115.167,37
274511411209	Req.Urb. Freg.N.Sr. Fátima	40.697,57	388.182,75	0,00	347.485,18

Balancete Acumulado

Análítico

MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

Mês de Dezembro

Ano: 2016

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
2745114113	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 3B	38.896,16	407.355,42	0,00	368.459,26
274511411301	R. 1º de Maio e R. Pedro Álvares Cabral	8.684,18	142.350,10	0,00	133.665,92
274511411302	R. Luis Falcão de Sommer (Ilumin. Pública)	1.559,77	24.956,35	0,00	23.396,58
274511411303	R. Luis Falcão de Sommer (Jogos de Água)	7.874,93	55.014,39	0,00	47.139,46
274511411304	R. Luis Falcão de Sommer (Mobiliário Urbano)	6.836,87	12.665,01	0,00	5.828,14
274511411305	R. D. Nuno Álvares Pereira	1.623,01	25.965,77	0,00	24.342,76
274511411306	Bairro Frederico Ulrich	12.317,40	146.403,80	0,00	134.086,40
2745114114	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 4	36.982,55	262.010,23	0,00	225.027,68
274511411401	Rede Aberta Multi-serviços	36.982,55	262.010,23	0,00	225.027,68
2745114115	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 5	218.422,39	870.013,43	0,00	651.591,04
274511411501	Const. Eq. Apoio para Animação - Rest. Bonito	218.422,39	870.013,43	0,00	651.591,04
27451141601	Env. Campos Sintéticos - Arranjos Ext. Z.Env.Pisc.	143.078,45	1.072.321,49	0,00	929.243,04
27451141602	Env. Campo Relvado e Bancada Poente	18.266,88	241.581,86	0,00	223.314,98
27451141603	Parque Radical	128.531,43	381.883,93	0,00	253.352,50
27451141605	Edif. Apoio aos Campos de Tenis	3.004,56	48.072,95	0,00	45.068,39
27451141606	Parque Infantil - Parque do Bonito	5.465,74	92.917,57	0,00	87.451,83
27451141607	Modulo para Parque Radical	877,47	14.039,13	0,00	13.161,66
274511417	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 7	5.154,66	45.001,60	0,00	39.846,94
27451141701	Remodelação da Biblioteca Municipal	5.154,66	45.001,60	0,00	39.846,94
274511418	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 8	28.805,53	135.140,74	0,00	106.335,21
27451141801	Remodelação do Centro Cultural	28.805,53	135.140,74	0,00	106.335,21
274511419	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro)-Op.14-G.Monit.Parc	5.149,80	15.917,93	0,00	10.768,13
274511420	Prog. Op. Reg. Centro (+Centro) - Operação 15	6.577,10	39.577,82	0,00	33.000,72
27451142001	Centro de Convívio	6.577,10	39.577,82	0,00	33.000,72
274511421	Execução do Parque Verde do Bonito	164.525,91	1.476.381,31	0,00	1.311.855,40
27451142101	Requalificação do Parque Verde do Bonito - 1ª Fase	164.525,91	1.476.381,31	0,00	1.311.855,40
274511422	Operação Centro-03-0350-FEDER-023061	44.294,93	228.700,45	0,00	184.405,52
27451142201	ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária	44.294,93	228.700,45	0,00	184.405,52
274511423	Comunidade Intermunicipal Médio Tejo	12.555,27	19.656,66	0,00	7.101,39
27451142301	Médio Tejo - Gestão em SIG	6.817,77	8.181,64	0,00	1.363,87
27451142303	SAMA - Médio Tejo Online (Rest. Inf. Tecnológicas)	5.737,50	11.475,02	0,00	5.737,52
2745119	Outros fundos/organismos	2,65	2,65	0,00	0,00
274511901	REFER - Comparticipação em estudo "Circular 3"	2,65	2,65	0,00	0,00
Totais Gerais:		3.023.225,95	28.680.360,58	0,00	25.657.134,63

Os Balancetes apresentados revelam todos os projetos executados pelo Município do Entroncamento que beneficiaram de apoio financeiro quer da administração central (através de contratos-programa) quer da União Europeia, através do FEDER e do FSE.

Assim de acordo com o POCAL os movimentos efetuados através da conta 2745 são:

A crédito

Verbas recebidas ou contratos de financiamento assinados .

A débito

Dando cumprimento ao princípio da especialização dos exercícios, os subsídios para investimento devem ser considerados proveitos diferidos durante a vida útil do investimento. Ou seja, existe uma correlação entre os custos e os proveitos. Assim, o subsídio (proveitos) vai sendo repartido pelos diversos anos em que se utiliza o bem (vida útil).

3.2. Evolução do balanço

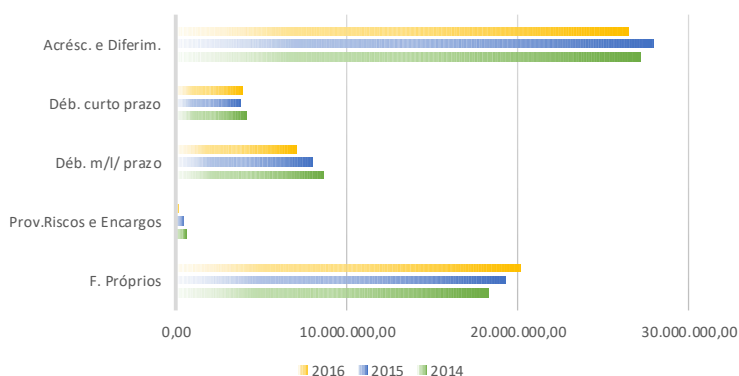
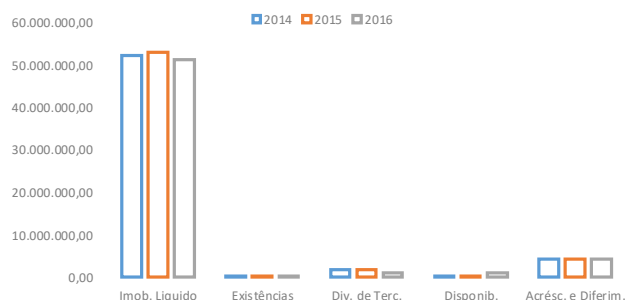
EVOLUÇÃO DO BALANÇO

Activo	2014	2015	2016	Var. 15/14	Fundos próprios + passivo	2014	2015	2016	Var. 15/14
Imobilizado líquido	52.283.650,51	52.975.238,00	51.152.731,40	-3,44%	Fundos próprios	18.274.594,99	19.291.745,63	20.142.386,27	4,41%
Existências	115.105,26	106.606,24	124.646,21	16,92%	Passivo				
Dívidas de terceiros	1.893.251,80	1.739.221,84	1.026.028,99	-41,01%	Prov. /Riscos e Enc.	555.724,04	473.865,63	164.520,55	-65,28%
Disponibilidades	288.597,67	311.858,85	998.684,43	220,24%	Débitos m/l/ prazo	8.662.915,49	7.997.960,62	7.066.792,39	-11,64%
Acréc. e diferimentos	4.280.446,00	4.307.934,02	4.363.539,42	1,29%	Débitos curto prazo	4.155.449,46	3.787.694,61	3.822.591,14	0,92%
					Acréc. e diferimentos	27.212.367,26	27.889.592,46	26.469.340,10	-5,09%
Total	58.861.051,24	59.440.858,95	57.665.630,45	-2,99%	Total	58.861.051,24	59.440.858,95	57.665.630,45	-2,99%

O ativo registou uma ligeira redução de 2,99 %.

A rubrica que mais se destaca é o imobilizado líquido que registou uma redução de 3,44 %, ou seja, 1.822.506,60 €.

Esta redução deve-se ao facto de ter sido um ano sem o arranque das obras associadas ao novo quadro comunitário e ao lançamento das amortizações anuais.



A rubrica dos fundos próprios registou um aumento de 4,41 % face ao ano anterior, devido ao resultado líquido positivo de 770.956,14 €.

As rubricas do passivo registaram uma redução de 6,54 % (2.625.869,14 €), contudo, se a análise for feita apenas considerando o passivo exigível (retirando os acréscimos e

diferimentos) regista-se uma redução de 9,83 % (-1.205.616,78 €) face aos valores registados em 2015.

Os acréscimos e diferimentos registaram uma redução de 5,09 %, devido ao facto de ter sido um ano com poucos recebimentos de fundos comunitários.

3.3. Análise da demonstração de resultados por natureza

Ver mapa no ponto 9.4.

CÓD	DESCRIÇÃO	VALOR	%
Proveitos			
71	Vendas e prestações de serviços	2.884.456,74	20,83%
72	Impostos e taxas	4.050.201,41	29,24%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.505.467,09	32,53%
78	Proveitos e ganhos financeiros	158.947,32	1,15%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	2.251.720,30	16,26%
	Total de proveitos	13.850.792,86	100,00%
Custos			
61	Custo das merc. vendidas e matérias consumidas	1.121.702,86	8,10%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.094.374,60	22,34%
63	Transferências e subsídios e prestações sociais	179.577,89	1,30%
64	Custos com o pessoal	5.029.794,57	36,31%
65	Custos e perdas operacionais	100.179,21	0,72%
66	Amortizações do exercício	2.579.329,31	18,62%
67	Provisões do exercício	195.844,80	1,41%
68	Custos e perdas financeiros	168.013,43	1,21%
69	Custos e perdas extraordinários	611.020,05	4,41%
	Total de custos	13.079.836,72	94,43%
Resultado do exercício		770.956,14	5,57%

O exercício de 2016 terminou com um resultado positivo no valor de 770.956,14 €.

Os proveitos registaram um valor de 13.850.792,86 €, por sua vez, os custos fixaram-se em 13.079.839,72 €, ou seja, 5,57 % abaixo dos proveitos.

As rubricas com maior peso nos proveitos foram “impostos e taxas” e “transferências e subsídios obtidos”. As 2 no seu conjunto representam 61,77 % do total dos proveitos obtidos.

No que diz respeito aos custos as rubricas com maior peso foram: custos com o pessoal e fornecimentos e serviços externos, com um peso conjunto de 58,65 % no total de proveitos.

Veja-se de seguida a evolução dos últimos 3 anos:

CÓD	DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	Var. 16/15
Proveitos					
71	Vendas e prestações de serviços	2.968.152,95	2.990.109,81	2.884.456,74	-3,5%
72	Impostos e taxas	3.621.025,60	4.217.019,58	4.050.201,41	-4,0%
74	Transferências e subsídios obtidos	4.700.443,41	4.490.417,75	4.505.467,09	0,3%
78	Proveitos e ganhos financeiros	55.993,93	40.053,52	158.947,32	296,8%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.794.974,70	2.109.953,07	2.251.720,30	6,7%
	Total de proveitos	13.140.590,59	13.847.553,73	13.850.792,86	0,0%
Custos					
61	Custo das merc. vendidas e mat.consumidas	1.230.004,49	1.177.272,49	1.121.702,86	-4,7%
62	Fornecimentos e serviços externos	3.368.861,99	3.162.957,18	3.094.374,60	-2,2%
63	Transf. e subsídios e prestações sociais	224.145,95	206.971,55	179.577,89	-13,2%
64	Custos com o pessoal	5.093.985,48	4.982.222,58	5.029.794,57	1,0%
65	Custos e perdas operacionais	86.011,02	83.878,47	100.179,21	19,4%
66	Amortizações do exercício	2.706.626,86	2.791.426,97	2.579.329,31	-7,6%
67	Provisões do exercício	480.628,36	109.575,46	195.844,80	78,7%
68	Custos e perdas financeiros	261.735,88	209.006,37	168.013,43	-19,6%
69	Custos e perdas extraordinários	334.471,44	109.864,55	611.020,05	456,2%
	Total de custos	13.786.471,47	12.833.175,62	13.079.836,72	1,9%
Resultado do exercício		-645.880,88	1.014.378,11	770.956,14	

Face ao ano anterior verifica-se:

- Vendas e Prestações de Serviços – Redução de 3,5 % (-105.653,07 €)
- Impostos e Taxas – Redução de 4,0 % (- 166.818,17 €)
- Transferências e Subsídios obtidos – Aumento de 0,3 % (+ 15.049,34 €)
- Proveitos e Ganhos financeiros – Aumento de 296,8 % (+ 118.893,80 €)
- Proveitos e Ganhos extraordinários – Aumento de 6,7 % (+ 141.767,23 €)

O aumento registado em “**proveitos e ganhos financeiros**” deve-se ao pagamento dos juros de mora de IMI e IMT dos últimos 12 anos (118.623,80 €). As verbas relativas ao atraso no pagamento destes impostos municipais estavam retidas na Autoridade Tributária, mas o Governo decidiu transferi-las para as câmaras, uma vez que se trata de receitas municipais. A verba foi recebida no mês de janeiro de 2017, contudo, veio juntamente com o processamento das receitas municipais de dezembro de 2016.

Nos “**proveitos e ganhos extraordinários**” destaca-se os seguintes movimentos:

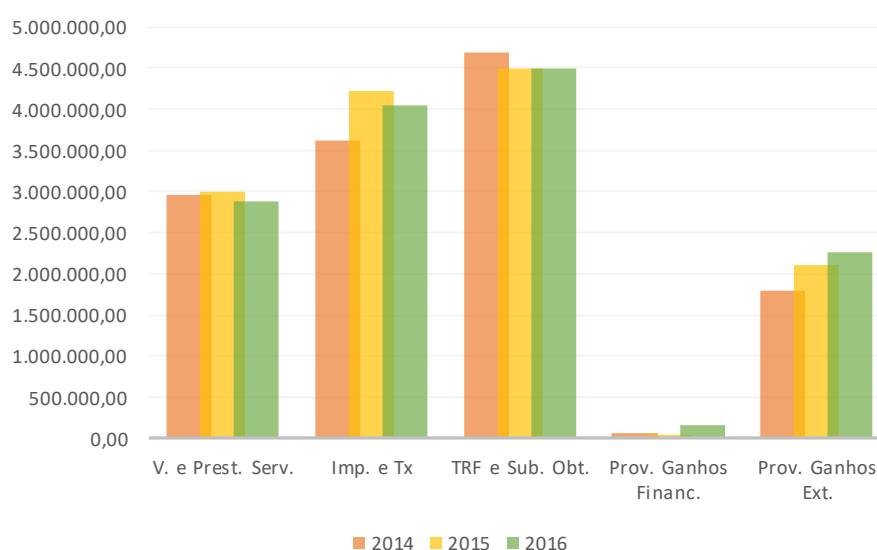
- Patrocínio das Festas da Cidade (14.000 €)
- Acionamento de caução referente a um alvará de loteamento (38.120,74 €);
- Anulação das provisões feitas em 2014 e 2015 na sequência do diferendo entre o Município e as Águas de Lisboa e Vale do Tejo em relação aos critérios de faturação dos efluentes (faturação pelos mínimos). Esta situação ficou ultrapassada no final de 2016 uma vez que as ALVT deram razão ao Município, tendo sido acordado que seriam emitidas notas de crédito no valor de 545.962,15 €. Esta solução foi aprovada pela ERSAR e pelo Secretário de Estado do Ambiente. As provisões anuladas foram no valor de **461.965,08 €**.

- Correção na estimativa feita em 2015 para a “Derrama”. A estimativa ficou 70.222,26 € abaixo do que foi efetivamente cobrado.

- Registo contabilístico da extinção do protocolo assinado entre o Município e a Tecnovia na sequência do acordo entre as partes para resolver a atribuição dos cartões de residente gratuitos aos moradores, situação que não estava contemplada no Caderno de Encargos da Concessão. De acordo com dados fornecidos pela Tecnovia os valores recebidos e não transferidos para a autarquia ao abrigo deste protocolo totalizaram 224.048,50 € (referente ao período de julho de 2012 a dezembro de 2015).

- Contabilização na rubrica “transferências de capital” da **especialização aos subsídios para investimento** (totalizou 1.336.697,13 €).

De seguida é feita a representação gráfica da evolução das várias rubricas dos proveitos nos últimos 3 anos.



No que diz respeito aos custos verifica-se um aumento de 246.661,10 € face ao ano anterior. Este aumento situou-se na rubrica “custos e perdas extraordinárias”, ou seja, vem principalmente de regularizações contabilísticas e não de operações que geram dívida para o Município.

No geral verifica-se o seguinte:

Descrição	Dif. 2016-2015	Dif. %	
Custo das Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	-55.569,63	-4,72%	↓
Fornecimento e serviços externos	-68.582,58	-2,17%	↓
Transferências e subsídios concedidos	-27.393,66	-13,24%	↓
Custos com pessoal	47.571,99	0,95%	↑
Custos e perdas operacionais	16.300,74	19,43%	↑
Amortizações do exercício	-212.097,66	-7,60%	↓
Provisões do exercício	86.269,34	78,73%	↑
Custos e perdas financeiros	-40.992,94	-19,61%	↓
Custos e perdas extraordinárias	501.155,50	456,16%	↑
Total	246.661,10		

Da análise do quadro acima destacam-se as principais rubricas:

- Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (- 55.569,63 €)

Esta rubrica contabiliza os materiais que passam pelo armazém municipal. Uma das principais reduções, como se irá ver mais à frente, prende-se com a redução nos consumos para as máquinas e viaturas (gasóleo) e na faturação de água por parte das ALVT.

- Fornecimento e serviços externos (-205.904,81 €)

Nesta rubrica destaca-se principalmente a redução dos custos com o saneamento uma vez que a faturação, durante o ano todo, passou a ser feita com base nos valores medidos em vez dos valores mínimos definidos no contrato.

Face ao ano anterior verifica-se uma redução de 22,44 %, ou seja, menos 91.726,77 €.

- Amortizações do Exercício (- 212.097,66 €)

A adoção do método de depreciação por duodécimos explica em parte esta redução.

- Custos com Pessoal (+ 47.571,99 €)

Este aumento justifica-se com:

- No ano de 2016 os funcionários com remunerações acima de 1.500, nos termos da Lei nº 159-A 2015 de 30/12/2015, € viram o seu vencimento ser reposto. A reversão total foi iniciada em janeiro de 2016 e concluída em outubro do mesmo ano.

- O salário mínimo nacional aumentou de 505 € para 530 €, ou seja, mais 15 € mensais. Este aumento abrangeu cerca de 118 funcionários da CME.

- Custos e Perdas Extraordinárias (+ 501.155,50 €)

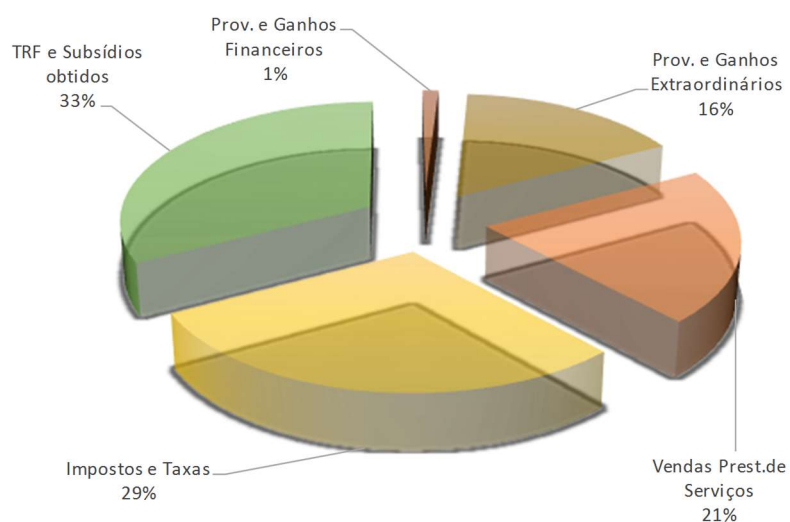
Diz respeito principalmente a:

- Correção da previsão do IMI (158.256,09 €). O valor previsto em 2015 foi superior ao efetivamente recebido.

- Registo contabilístico da extinção do protocolo assinado entre o Município e a Tecnovia na sequência do acordo entre as partes para resolver a atribuição dos cartões de residente gratuitos aos moradores, situação que não estava contemplada no Caderno de Encargos da Concessão. Este valor totaliza 271.127,95 €

3.3.1 Proveitos

O gráfico seguinte demonstra o peso das rubricas que constituíram em 2016 a base do financiamento do município, no total de proveitos.



De seguida é feita uma análise mais pormenorizada acerca de cada uma das Rubricas dos proveitos.

Vendas e Prestações de Serviços (Conta 71)

A rubrica “vendas e prestações de serviços” registou em 2016 uma redução de 3,66 % face ao ano anterior, ou seja, menos 105.653,07 €.

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Água	903.514,06	883.181,03	2,25%
Saneamento	586.261,61	766.375,08	-30,72%
Resíduos sólidos	475.799,19	468.313,55	1,57%
Água - Tarifa Fixa	356.794,99	355.783,56	0,28%
Fornecimento de Refeições Escolares	122.350,42	122.597,85	-0,20%
Rendas	89.171,61	108.112,10	-21,24%
Transportes Urbanos	82.804,39	80.830,93	2,38%
Parque de Estacionamento - Superfície	56.682,50	0,00	100,00%
Electricidade	56.165,31	53.833,89	4,15%
Parques de estacionamento	29.176,80	29.689,93	-1,76%
Piscinas Municipais	24.355,94	34.795,08	-42,86%
Actividades Diversas	22.925,23	16.271,25	29,02%
Prolongamento de Horários Escolares	19.902,26	22.668,57	-13,90%
Taxa de Recursos Hidricos (Águas)	16.099,20	14.818,14	7,96%
Serviços culturais	13.679,33	8.324,64	39,14%
Taxa de Recursos Hidricos (Saneamento)	10.164,52	5.284,47	48,01%
Campos de Relva Artificial para Futebol	3.940,61	4.505,10	-14,32%
Outros	3.434,55	160,95	95,31%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	2.280,64	7.236,97	-217,32%
Mercados e feiras	2.090,10	2.358,68	-12,85%
Campos de Ténis	1.858,40	4.062,95	-118,63%
Pavilhão Desportivo Municipal	1.855,57	922,98	50,26%
Trabalhos por conta de particulares	1.806,91	58,81	96,75%
Fornecimento de Processos de Concursos	1.250,00	0,00	100,00%
TURE - Venda de cartões/passe	1.215,80	1.443,54	-18,73%
Ligação de Ramais e Contratos de Água	648,90	330,55	49,06%
Serviços desportivos	151,60	1.164,10	-667,88%
Livros e documentação Técnica	82,99	107,53	-29,57%
Outros bens	71,62	471,87	-558,85%
Outros	23,40	51,88	-121,71%
Receita do Bar dos Edifícios Municipais	9,19	1.249,48	-13496,08%
Licenciamento de Combustíveis	0,00	435,00	-
Reembolsos e Restituições	-953,45	-1.257,03	-31,84%
Anulações	-1.157,45	-4.073,62	-251,95%
TOTAL GERAL	2.884.456,74	2.990.109,81	-3,66%

“Água”, “Saneamento”, “Resíduos Sólidos” e “Tarifa Fixa” são responsáveis por proveitos no valor de 2.322.369,85 € o que significa 80,51 % do total das vendas e prestações de serviços.

“**Fornecimento e Refeições Escolares**” diz respeito ao valor que os encarregados de educação pagam pelas refeições. O valor manteve-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

“**Rendas**” com um proveito no valor de 89.171,61 € diz respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Habitações	44.070,27
Stand's Feira Festas da Cidade	17.735,50
Edifício das Piscinas Antigas	11.158,12
Rendas Bar Salgueiro Maia	6.324,72
Esquadra da Polícia de Segurança Pública	3.022,34
Bar/Esplanada 1 Largo José Duarte Coelho	2.469,00
Bar/Esplanada 2 Largo José Duarte Coelho	2.469,00
Bar/Esplanada junto aos Campos Sintéticos	1.247,52
Máquinas Vending	675,14
Total	89.171,61

“**Transportes urbanos**” registou um proveito de 82.804,39 €. Face ao ano anterior houve um aumento de 2,38 %.

“**Parque de Estacionamento – Superfície**” refere-se aos proveitos provenientes do contrato de concessão de estacionamento à superfície.

De acordo com os valores comunicados pela Tecnovia – Sociedade de Empreitadas SA, foi faturado em 2016 o valor de 113.365 € cabendo ao município, de acordo com a cláusula 5ª do contrato de concessão, o valor de 56.682,50 €, ou seja, 50 % do valor faturado.

A rubrica “**Eletricidade**” diz respeito ao valor faturado às Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) referente ao custo de eletricidade, suportado pelo Município, das instalações que passaram para a responsabilidade desta entidade, ou seja, ETAR e EE do Centro.

Registou um proveito de 56.165,31 €.

Impostos e Taxas (Conta 72)

Vd. também pontos 2.3.1.1 a 2.3.1.4.

Da análise do quadro acima verifica-se que os proveitos obtidos na rubrica “*impostos e taxas*” obtiveram uma redução de 3,96 %, ou seja, menos 166.818,17 € quando comparado com o ano anterior.

DESIGNAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
<i>Impostos Diretos</i>	3.651.409,68	3.942.588,89	-7,39%
Imposto municipal sobre imóveis	2.554.930,00	2.636.024,30	-3,08%
Imposto único de circulação	421.700,26	411.497,47	2,48%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	561.148,42	777.742,12	-27,85%
Derrama	113.631,00	117.325,00	-3,15%
<i>Impostos Indiretos</i>	192.497,48	135.780,03	41,77%
Mercados e feiras	9.242,73	2.054,78	349,82%
Loteamentos e obras	73.720,40	16.460,70	347,86%
Ocupação da via pública	43.898,38	100.862,06	-56,48%
Publicidade	2.095,34	3.455,38	-39,36%
Outros	63.540,63	12.947,11	390,77%
<i>Taxas</i>	248.846,25	247.174,90	0,68%
Mercados e feiras	184.673,88	193.278,44	-4,45%
Loteamentos e obras	35.047,97	16.066,29	118,15%
Ocupação da via pública	3.937,93	1.113,60	253,62%
Caça, uso e porte de arma	0,00	128,99	-100,00%
Outras	25.186,47	36.587,58	-31,16%
<i>Reembolsos e restituições</i>	-42.483,54	-108.524,24	-60,85%
<i>Anulações</i>	-68,46	0,00	-
TOTAL GERAL	4.050.201,41	4.217.019,58	-3,96%

Na rubrica “**impostos diretos**” verificou-se uma quebra de 7,39 % face ao ano anterior, ou seja, menos 291.179,21 €.

A principal diferença vem do “Imposto Municipal sobre Transações” registando uma quebra de 216.593,70 € face ao ano anterior.

Os valores registados no IMI e derrama dizem respeito a uma previsão dos valores a cobrar em 2016, ou seja, em relação a estes impostos a receita a arrecadar em 2017 diz respeito a um proveito de 2016.

Na rubrica “**impostos indiretos**” verificou-se um aumento de 41,77 % face ao ano anterior, ou seja, mais 56.717,45 €.

O principal destaque foi para:

- A rubrica “**Loteamentos e Obras**” com um aumento de 57.259,70 € face ao ano anterior.

- A rubrica “**Outros**” com um aumento de 50.593,52 € face a 2015.

Cerca de 80 % do valor cobrado diz respeito à cobrança da taxa urbanística referente a 4 processos de obras.

No que diz respeito às Taxas registou-se uma ligeira subida de 0,68 %, ou seja, 1.671,35 €.

O valor negativo registado em “reembolsos e restituições” diz respeito aos reembolsos e restituições feitas ao longo de 2016 nos seguintes impostos:

DESIGNAÇÃO	2016
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	27.941,98
Imposto municipal sobre imóveis	13.247,37
Imposto único de circulação	1.006,10
Outros impostos indiretos	288,09
TOTAL GERAL	42.483,54

Transferências e Subsídios Obtidos (Conta 74)

Esta rubrica regista as transferências que a entidade tem direito, designadamente nos termos da Lei das Finanças Locais e de acordo com a lei do Orçamento de Estado respeitante a cada ano económico.

DESIGNAÇÃO	2016	2015	VARIAÇÃO
Transferências correntes do Orçamento de Estado	3.986.808,70	4.011.267,69	-0,61%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.674.627,00	1.634.071,00	2,48%
Fundo Social Municipal	274.907,00	274.907,00	0,00%
Participação no IRS	1.101.863,00	1.154.679,00	-4,57%
Outras Transferências Correntes obtidas	935.411,70	947.610,69	-1,29%
Transferências capital do Orçamento de Estado	186.070,00	181.563,00	2,48%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	186.070,00	181.563,00	2,48%
Empresas	332.588,39	297.587,06	11,76%
TOTAL GERAL	4.505.467,09	4.490.417,75	0,34%

Em 2016 o Município obteve proveitos de “Transferências e Subsídios Obtidos” no valor de 4.505.467,09 €, registando uma variação positiva de 0,34 % face ao ano anterior.

No que diz respeito ao Fundo de Equilíbrio Financeiro verifica-se um aumento quer em transferências correntes quer em transferências de capital.

Em relação ao Fundo Social Municipal não se registaram variações, ou seja, os valores foram iguais aos do ano anterior.

A Participação no IRS regista uma redução de 4,57 % face ao ano anterior, ou seja, menos - 52.816 €. O valor em causa diz respeito à receita que o Município irá efetivamente receber em 2017 mas que é considerado como um proveito de 2016 (MAPA XIX do OE 2017).

Os proveitos registados na rubrica “outras transferências correntes” dizem respeito a:

DESIGNAÇÃO	VALOR
Ministério Educação Ciência - Pessoal N/ Docente	622.961,81
DREL - Acordo Cooper. Pré-Escolar	118.575,94
DREL - Enriquecimento curricular (AEC)	64.706,65
C. Emprego T. Novas - Programa Inserção CEI +	63.498,48
ISS - Instituto da Segurança Social	25.485,24
Fundo Florestal Permanente	13.937,14
IEFP - GIP	10.821,41
IMT-Instituto da Mobilidade e dos Transportes	7.277,00
IGFSS - Estágios PEPAL - Programa POISE	5.269,33
DREL - Refeições Escolares (1º Ciclo)	2.878,70
TOTAL GERAL	935.411,70

Proveitos e Ganhos Financeiros (Conta 78)

Em 2016 registou-se proveitos desta natureza no valor de 158.947,32 €, tal como demonstra o quadro seguinte.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
78	Proveitos e ganhos financeiros	868,49	159.815,81	0,00	158.947,32
781	Juros obtidos	868,49	148.906,37	0,00	148.037,88
7811	Juros bancários	0,00	18,08	0,00	18,08
7812	Juros de mora	798,48	148.396,85	0,00	147.598,37
7813	Juros compensatórios	70,01	491,44	0,00	421,43
783	Rendimentos de imóveis	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44
7831	Terrenos e recursos naturais	0,00	10.909,44	0,00	10.909,44
Totais Gerais:		868,49	159.815,81	0,00	158.947,32

Deste valor 148.037,88 € correspondem a juros obtidos e 10.909,44 a rendas de imóveis.

O proveito registado em rendimentos de imóveis diz respeito à renda de terrenos pela instalação de antenas de empresas de telemóveis.

O aumento registado em “**proveitos e ganhos financeiros**” deve-se ao pagamento dos juros de mora de IMI e IMT dos últimos 12 anos (118.623,80 €). As verbas relativas ao atraso no pagamento destes impostos municipais estavam retidas na Autoridade Tributária, mas o Governo decidiu transferi-las para as câmaras, uma vez que se trata de receitas municipais. A verba foi recebida no mês de janeiro de 2017, contudo, veio juntamente com o processamento das receitas municipais de dezembro de 2016.

Comparando com o ano anterior verificou-se um aumento dos proveitos desta natureza em 296,84 %, tal como demonstra o quadro abaixo:

Designação	2016	2015	Variação
Juros bancários	18,08	0,47	3746,81%
Juros de mora / compensatórios	148.019,80	29.143,61	407,90%
Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44	0,00%
Total Geral	158.947,32	40.053,52	296,84%

Na rubrica “juros de mora / compensatórios” são registados os juros cobrados pelo município a entidades por atrasos no pagamento nas vendas e prestações de serviços e compensações por atrasos na liquidação de impostos (IMI, IMT, IUC).

Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 79)

Designação	Valor
Ganhos em existências	2.160,62
Outros	2.160,62
Alienação de imobilizações corpóreas	26.280,35
Terrenos no cemitério	26.280,35
Benefícios de penalidades contratuais	2.804,07
Multas	1.216,84
Taxas de Relaxe	1.587,23
Reduções de amortizações e provisões	501.124,42
Provisões	501.124,42
Correcções relativas a exercícios anteriores	323.871,00
Reposições não abatidas aos pagamentos	7.579,23
Outros	316.291,77
Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.395.479,84
Transferências de capital	1.336.697,13
Iva cobrado	552,66
Outros	58.230,05
Total Geral	2.251.720,30

Destaca-se os seguintes movimentos:

Na rubrica “**Provisões**”:

- Anulação das provisões feitas em 2014 e 2015 na sequência do diferendo entre o Município e as Aguas de Lisboa e Vale do Tejo em relação aos critérios de faturação dos efluentes (faturação pelos mínimos). Esta situação ficou ultrapassada no final de 2016 uma vez que as ALVT deram razão ao Município, tendo sido acordado que seriam emitidas notas de crédito no valor de 545.962,15 €. Esta solução foi aprovada pela ERSAR e pelo Secretário de Estado do Ambiente. As provisões anuladas foram no valor de **461.965,08 €**.

Na rubrica “**Outros- Correções de Exercícios Anteriores**”:

- Correção na estimativa feita em 2015 para a “Derrama”. A estimativa ficou 70.222,26 € abaixo do que foi efetivamente cobrado.

- Registo contabilístico da extinção do protocolo assinado entre o Município e a Tecnovia na sequência do acordo entre as partes para resolver a atribuição dos cartões de residente gratuitos aos moradores, situação que não estava contemplada no Caderno de Encargos da Concessão. De acordo com dados fornecidos pela Tecnovia os valores recebidos e não transferidos para a autarquia ao abrigo deste protocolo totalizaram 224.048,50 € (referente ao período de julho de 2012 a dezembro de 2015).

Na rubrica “**Transferências de Capital**”

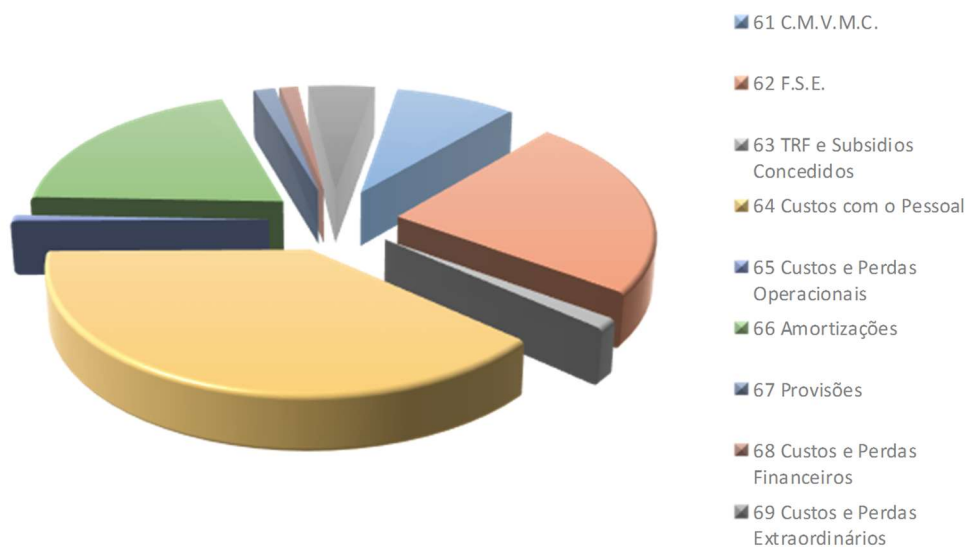
Contabilização da **especialização aos subsídios para investimento** (totalizou 1.336.697,13 €).

Na medida em que forem sendo amortizados os imobilizados objeto de participação comunitária, é transferida para a conta em questão o valor da amortização desses investimentos na percentagem do financiamento que obteve.

Na rubrica “**Outros – proveitos e ganhos extraordinários**”:

- Patrocínio das Festas da Cidade (14.000 €)
- Acionamento de caução referente a um alvará de loteamento (38.120,74 €);
- Patrocínio Feira de Abril (2.032,52 €)

3.3.2. Custos



Analisando o gráfico, conclui-se que existem 2 rubricas que constituem a base de funcionamento corrente do município: “custos com pessoal” e “fornecimentos e serviços externos”.

Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (Conta 61)

O CMVMC é obtido a partir da fórmula:

$$\text{CMVMC} = \text{Existências iniciais} + \text{Compras} - \text{Existências Finais}$$

São assim considerados custos do exercício, o valor das mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e diversas que estavam em armazém no início do ano, adicionadas às compras e subtraídas das que ficaram em armazém no final do ano.

Em 2016 esta rubrica registou um custo no valor de 1.121.702,86 € distribuído por:

Mercadorias: 905.133,02 €

Refere-se ao valor cobrado pelas Águas do Centro (atual Águas de Lisboa e Vale do Tejo) relativamente ao consumo de água.

Em relação ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 41.217,71 €.

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo: 216.569,84 €

Refere-se ao consumo de materiais para garantir o bom funcionamento dos serviços municipais.

Do valor acima referido 108.573,30 € (50,13 %) corresponde ao consumo de gasóleo pelas viaturas municipais.

Fornecimentos e Serviços Externos (Conta 62)

A conta 62 – Fornecimentos e serviços externos, regista, a débito despesas com:

- a) As aquisições de bens de consumo, que não sejam existências inventariáveis;
- b) Serviços prestados por entidades externas;

Já nos referimos a estas despesas no ponto 2.4.1.2. colocando a ênfase no aspeto orçamental, e justificando o conteúdo das rubricas mais importantes.

Existem diferenças entre os dois mapas, tendo em conta os princípios organizativos de que cada um deles parte.

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Trabalhos especializados	894.312,39	940.933,76	-5,21%
Electricidade	836.772,45	807.270,34	3,53%
Outros fornecimentos e serviços	647.284,88	638.074,86	1,42%
Conservação e reparação	206.322,47	216.293,77	-4,83%
Combustíveis	108.540,86	118.511,37	-9,19%
Encargos de cobrança	88.730,57	90.735,29	-2,26%
Comunicação	82.135,91	95.350,63	-16,09%
Honorários	64.209,67	60.134,60	6,35%
Seguros	49.938,00	51.221,44	-2,57%
Vigilância e segurança	43.889,63	75.741,54	-72,57%
Rendas e alugueres	34.281,70	29.449,32	14,10%
Publicidade e propaganda	8.314,51	5.109,66	38,55%
Artigos para oferta	6.624,14	4.978,40	24,84%
Ferramentas e utensílios	5.918,24	8.650,30	-46,16%
Deslocações e estadas	5.505,87	5.596,26	-1,64%
Material de escritório	4.998,52	4.475,91	10,46%
Limpeza, higiene e conforto	2.238,89	2.699,27	-20,56%
Livros e documentação técnica	1.555,53	1.466,06	5,75%
Despesas de representação	1.330,42	3.395,36	-155,21%
Contencioso e notariado	1.257,77	2.615,91	-107,98%
Outros fluídos	212,18	239,18	-12,73%
Transportes de mercadorias	0,00	13,95	-
TOTAL GERAL	3.094.374,60	3.162.957,18	-2,22%

Esta conta registou custos no valor de 3.094.374,60 €, representando uma redução de 2,22 % face ao ano anterior.

Analisando o quadro da folha anterior pode-se verificar que as maiores despesas foram ao nível de:

- Trabalhos Especializados
- Eletricidade
- Outros Fornecimentos e Serviços
- Conservação e Reparação
- Combustíveis
- Encargos de Cobrança

Estas despesas representam 89,90 % do total das aquisições de bens e serviços.

Na rubrica “**Trabalhos especializados**” são contabilizados serviços que a CME não consegue superar pelos seus próprios meios e por isso tem de recorrer a entidades externas.

A sua composição era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Recolha e Tratamento de Efluentes	408.703,66	500.430,43	-22,44%
Tratamento de Resíduos Sólidos	274.502,95	263.880,56	3,87%
Contratos de manutenção e assistência técnica	70.507,57	46.878,02	33,51%
Outros	69.272,26	25.957,30	62,53%
Trabalhos de impressão	32.849,59	49.574,22	-50,91%
Serviços de arquitectura e engenharia	16.789,50	7.195,50	57,14%
Serviços jurídicos e contabilísticos	14.620,97	24.105,66	-64,87%
Serviços Informáticos	2.723,22	18.535,52	-580,65%
Inspecções de viaturas	2.188,17	2.238,30	-2,29%
Serviços de ensaios e análises técnicas	2.154,50	2.138,25	0,75%
TOTAL GERAL	894.312,39	940.933,76	-5,21%

84,28%

Existem 3 rubricas responsáveis por 84,28 % dos custos verificados em “trabalhos especializados” são elas:

Recolha e tratamento de efluentes – Refere-se ao tratamento de águas residuais.

Face ao ano anterior verifica-se uma redução de 22,44 %, ou seja, menos 91.726,77 €.

Tratamento de Resíduos Sólidos – Refere-se à recolha e tratamento de resíduos sólidos pela Resitejo. Face ao ano anterior verificou-se um aumento de 3,87 %.

Este aumento deve-se à atualização dos preços por parte da Resitejo.

Contratos de manutenção e assistência técnica – Refere-se principalmente aos custos inerentes à utilização dos programas da AIRC e respetiva assistência, contrato referente ao registo eletrónico de assiduidades, contrato de manutenção de elevadores.

Outros – Refere-se principalmente ao contrato de desmaterialização e gestão de processos de interação com os municípios e prestações de serviços para corte e limpeza de vegetação em vários pontos da cidade.

No que diz respeito à “**eletricidade**” a rubrica divide-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Iluminação Publica - Electricidade	459.776,14	441.105,04	4,06%
Centrais Elevatórias (ETAR) - Electricidade	62.696,31	58.697,14	6,38%
Piscinas Municipais - Electricidade	35.593,89	34.007,42	4,46%
Outras Instalações - Electricidade	32.875,18	28.636,66	12,89%
E.E. Centro de Convívio	31.617,94	32.590,29	-3,08%
Escola Básica do Bonito	27.377,94	24.165,90	11,73%
Ed. P. do Conc. - Electricidade	23.864,80	23.331,56	2,23%
Campo de Jogos - Electricidade	22.542,70	24.297,86	-7,79%
Parque de Estac. Subterraneo - Electricidade	21.643,76	17.567,35	18,83%
Mercado Diário - Electricidade	18.510,62	16.143,79	12,79%
Escola Básica da Zona Verde - Electricidade	17.636,82	24.496,60	-38,89%
Edifício do DUOP - Electricidade	14.708,44	14.495,69	1,45%
Pavilhão Polidesportivo - Electricidade	11.183,61	10.316,05	7,76%
Centro Escolar Sul (Escola António Gedeão)	11.107,31	11.938,90	-7,49%
JI Sophia de Mello Breyner - Electricidade	8.689,30	10.205,97	-17,45%
Oficinas e Viaturas - Electricidade	7.542,53	7.050,52	6,52%
Recinto Multiusos - Electricidade	4.978,54	4.844,82	2,69%
Serv. Culturais - R. Junta Freguesia (2º andar)	4.926,41	5.674,76	-15,19%
Centro de Convívio - Electricidade	4.709,97	2.945,38	37,46%
Biblioteca Municipal - Electricidade	3.967,69	4.201,77	-5,90%
DEVA - Electricidade	2.616,27	3.530,77	-34,95%
CENPRE e GIP - Electricidade	1.947,10	1.996,31	-2,53%
Escola Primária Nº 2 (EB) - Electricidade	1.683,32	1.182,36	29,76%
Escola Primária Nº 3 (EB) - Electricidade	1.352,24	194,17	85,64%
Cemitério - Electricidade	1.027,87	1.341,38	-30,50%
Cine-teatro S. João - Electricidade	817,14	786,64	3,73%
Centro Cultural - Electricidade	718,05	356,43	50,36%
Escola de Trânsito - Electricidade	409,73	1.168,81	-185,26%
Fontes Ornamentais	250,83	0,00	100,00%
TOTAL GERAL	836.772,45	807.270,34	3,53%

85,80%

Os custos com “**eletricidade**” registaram um valor de 836.772,45 € o que significa um aumento de 3,53 % face ao ano anterior.

Existem 9 rubricas responsáveis por 85,80 % do total do custo.

A rubrica “outras instalações” respeita a semáforos, jardins, fontes na Rua Falcão de Sommer e Largo José Duarte Coelho, iluminação das passagens inferiores da via férrea, entre outros.

A composição da conta “outros fornecimentos e serviços” era a seguinte:

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Refeições	187.324,01	204.478,14	-9,16%
Centro de Emprego	137.154,16	123.626,28	9,86%
Actividades culturais e turísticas	132.824,81	95.030,64	28,45%
Serviços de educação	65.710,07	78.878,37	-20,04%
Produtos Alimentares	26.290,23	32.081,42	-22,03%
IMI - Transferência para as Freguesias	25.630,46	25.647,55	-0,07%
Outros	15.133,73	8.795,56	41,88%
Livros Escolares	11.045,65	8.307,56	24,79%
Encargos c/ Cobrança de Água - CTT	6.135,54	6.323,45	-3,06%
Árvores, Plantas e Flores	5.607,68	1.101,88	80,35%
Direitos de Autor	5.056,05	90,00	98,22%
Bolsas de Estudo	4.134,56	6.307,11	-52,55%
Material Desportivo, Cultural e Recreativo	4.086,06	3.018,16	26,14%
Jornais e Revistas	3.092,43	2.724,27	11,91%
Indemnizações a Terceiros	3.033,96	4.837,85	-59,46%
Cursos/Formações/Seminários	2.229,19	4.236,87	-90,06%
Cativação no F.E.F. - DGAL	1.859,00	1.812,00	2,53%
Material escolar	1.807,10	1.503,21	16,82%
Tintas / Div. Mat. de Preparação	1.679,88	1.627,57	3,11%
Chaves, Fechaduras, e Cadeados	1.502,21	149,84	90,03%
Condomínios	1.419,96	1.538,33	-8,34%
Passes de Estudante	919,25	844,95	8,08%
Copos, Talheres, Pratos, Toalhas, Outros	530,03	1.060,44	-100,07%
Numeros de Policia e Placas Toponimicas	503,50	1.247,16	-147,70%
Produtos Farmaceuticos	455,65	355,00	22,09%
Artigos de Decoração	453,87	0,00	100,00%
Despesas com Alojamentos	443,00	742,00	-67,49%
Ato Isolado	400,00	0,00	100,00%
Portagens	317,89	381,29	-19,94%
Sementes, Fertilizantes e Pesticidas	174,90	911,52	-421,17%
Informática - Acessórios	151,95	222,58	-46,48%
Fundos Bibliograficos e Audiovisuais	100,86	522,22	-417,77%
Material Honorifico e de Representação	55,35	0,00	100,00%
Material Didático	21,16	6.458,53	-30422,35%
Produtos Quimicos	0,73	123,89	-16871,23%
Emolumentos	0,00	13.089,22	-
TOTAL GERAL	647.284,88	638.074,86	1,42%

84,85%

Da análise do quadro da folha anterior verifica-se que existiram 5 rubricas responsáveis por 84,86 % do total dos custos apurados.

Em relação às “**refeições**” diz respeito ao fornecimento de refeições para os jardim-de-infância e Escolas Primárias. Este serviço é feito pela UNISELF e registou uma redução de 9,16 % face ao ano anterior.

A rubrica “**centro de emprego**” refere-se aos custos com os CEI e CEI+ a prestar serviço no município. Registou uma variação positiva de 9,96 % face a 2015.

Nas “**atividades culturais e turísticas**” estão incluídos os custos com as festas da cidade e outros espetáculos culturais que ocorreram ao longo do ano de 2016. Quando comparado com o ano anterior verifica-se um aumento de 28,45 %.

Na rubrica “**serviços de educação**” estão incluídos custos com prestações de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento.

Na rubrica “**produtos alimentares**” estão os custos provenientes do cartão entroncamento solidário, o qual, atribui produtos alimentares a pessoas carenciadas.

“Conservação e reparação” conforme o próprio nome indica, inclui custos com a manutenção dos diversos equipamentos e edifícios, a saber:

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Edifícios e outras construções	74.568,02	76.964,93	-3,21%
Piscinas Municipais - Cons. Reparação	11.609,77	10.623,54	8,49%
Edifício Paços do Concelho - Cons. Reparação	7.866,86	1.807,67	77,02%
Passagem Inferior - Cons. Reparação	6.005,62	5.692,54	5,21%
Outros - Cons. Reparação	5.488,63	1.987,91	-
Parques e Jardins - Cons. Reparação	4.979,68	7.973,45	-60,12%
Edifício do D.U.O.M. - Cons. Reparação	4.963,34	4.919,91	0,88%
Rede Viária - Cons. Reparação	4.532,34	5.300,09	-16,94%
Rede de Esgotos - Cons. Reparação	3.877,77	2.006,64	48,25%
Mercado Municipal - Cons. Reparação	3.663,90	366,41	90,00%
Campo de Jogos Municipal - Cons. Reparação	3.627,85	19.039,43	-424,81%
Escola Básica do Bonito	3.522,88	757,92	-
Escola Básica António Gedeão	3.014,30	212,18	92,96%
P. de Estacion. (P. Salg. Maia) - Cons. Reparação	2.828,15	1.514,63	46,44%
Pavilhão Desportivo - Cons. Reparação	2.515,74	2.123,19	15,60%
Escola Básica Zona Verde	1.693,83	694,10	59,02%
Rede de Águas - Cons. Reparação	1.150,93	2.415,36	-109,86%
Jardim Infância Sophia Mello Breyner	1.046,68	562,53	-
Remodelação IP do concelho - Cons. Reparação	870,99	0,00	100,00%
Recinto Multiusos - Cons. Reparação	401,00	105,48	73,70%
Cemitério - Cons. Reparação	238,31	755,52	-217,03%
Centro Cultural - Cons. Reparação	232,78	537,88	-131,07%
Habitação Social - Cons. Reparação	214,02	5.018,66	-2244,95%
Escola Dr. Ruy de Andrade - Cons. Reparação	163,40	1.132,96	-593,37%
Oficinas Municipais - Cons. Reparação	54,75	661,90	-1108,95%
Centro de Convívio - Cons. Reparação	4,50	525,45	-11576,67%
Edifício da Biblioteca Municipal - Cons. Reparação	0,00	55,82	-
Escola Primária Nº 1 (EB) - Cons. Reparação	0,00	11,80	-
Jardim-de-infância Nº 1 (Norte) - Cons. Reparação	0,00	0,00	-
Campo de Ténis - Cons. Reparação	0,00	51,79	-
Posto Turismo - Cons. Reparação	0,00	5,00	-
Novas instalações da DEVA	0,00	57,88	-
Centro Empresarial - Cons. Reparação	0,00	47,29	-
Equipamento básico	17.385,38	14.727,44	15,29%
Serviço de parques e jardins	8.077,64	5.342,43	33,86%
Serviço de desporto	3.004,49	2.982,55	0,73%
Parque de Estacionamento	2.609,54	0,00	100,00%
Serviço de obras	1.915,77	2.000,17	-4,41%
Serviço de saneamento	767,36	3.608,67	-370,27%
Serviço de águas	664,35	0,00	100,00%
Serviço de resíduos sólidos	346,23	778,62	-124,89%
Serviço de eletricidade	0,00	15,00	-
Equipamento de transporte	68.932,87	66.008,94	4,24%
Serviço de resíduos sólidos	32.294,69	24.744,88	23,38%
TURE'S	13.063,04	19.662,11	-50,52%
Serviços de obras	8.219,25	10.576,10	-28,67%
Presidência	3.186,59	992,55	68,85%
Serviço de saneamento	2.980,33	1.086,44	63,55%
Serviço de parques e jardins	2.737,09	1.922,68	29,75%
Serviço de águas	2.438,00	1.479,39	39,32%
Serviço de desporto	2.111,33	1.981,12	6,17%
Serviço de proteção civil	1.061,88	1.797,71	-69,30%
Serviço de cultura	382,32	1.334,33	-249,01%
Ação social - CPCJ	345,42	15,35	95,56%
Serviço de eletricidade	72,93	264,97	-263,32%
Serviços administrativos	40,00	0,00	100,00%
Serviço de educação	0,00	9,23	-
ESER - escola de trânsito	0,00	85,92	-
Outros	0,00	56,16	-
Ferramentas e utensílios	0,00	9,72	-
Equipamento administrativo	0,00	213,27	-
Outras conservações e reparações	45.436,20	58.369,47	-28,46%
TOTAL GERAL	206.322,47	216.293,77	-4,83%

Na rubrica “conservação e reparação” registou-se uma redução de 4,83 % face ao ano anterior, ou seja, menos 9.971,30 €.

Vejamos agora outras contas com subdivisões e respetivos custos suportados em 2016:

DESIGNAÇÃO	2016
Combustíveis	108.540,86
Gás	105.152,04
Outros	2.020,81
Gasóleo	1.364,30
Gasolina	3,71
Rendas e alugueres	34.281,70
Edifícios	17.304,00
Terrenos	10.248,00
Outros	6.258,00
Escola Camões	471,70
Comunicação	82.135,91
Serviços Postais	57.345,19
Comunicações Fixas	7.836,27
Comunicações Móveis	7.166,17
Internet	7.070,96
Outras	1.967,32
Rádio comunicações	750,00
Seguros	49.938,00
Seguros	27.453,06
Responsabilidade Civil	8.695,41
Bombeiros	5.706,78
Multirriscos	5.654,30
Atividades Culturais e Desportivas	2.106,02
Autarcas	322,43
Centro de Emprego	0,00
Publicidade e propaganda	8.314,51
Jornais	5.038,87
Diário da Republica	2.045,64
Rádios	1.230,00
Vigilância e segurança	43.889,63
Mercado Semanal	16.738,44
Guardas Noturnos	10.800,00
Parque de Estacionamento	10.220,62
Educação	2.220,29
Desporto	2.031,12
Oficinas Municipais	1.716,15
Festas da Cidade/Cultura	163,01

Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais (Conta 63)

Refere-se aos apoios atribuídos a entidades diversas (coletividades, clubes, associações).

Vd. ponto 2.4.1.4 e mapa nominal no ponto 8.3.4 dos Anexos ao Balanço

DESIGNAÇÃO	2015	%
Instituições sem fins lucrativos	96.390,50	53,68%
Outros - Adm. Local - Continente	28.547,19	15,90%
Municípios	23.644,91	13,17%
Freguesias	20.783,79	11,57%
Outras entidades	9.450,50	5,26%
Associações de municípios	761,00	0,42%
TOTAL GERAL	179.577,89	100,00%

Registou em 2016 custos no valor de 179.577,89 €.

Estes custos tiveram origem em:

“Instituições sem fins lucrativos” diz respeito aos apoios concedidos aos clubes e outras entidades sem fins lucrativos.

Os 96.390,50 € dizem respeito às seguintes entidades:

Entidade	Total Anual
APOIOS PERMANENTES	93.745,50
Clube Amador de Desportos do Entroncamento	15.390,00
Clube de Lazer Aventura e Competição	15.390,00
União Futebol do Entroncamento	15.390,00
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento (CERE)	8.151,00
Conferência de S. Vicente Paulo da Paroquia de N. Sr. Fátima	5.700,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. - Caritas (Famílias Carênciadas)	5.415,00
Associação Filarmónica e Cultural	4.400,00
Casa do Benfica	3.600,00
Centro Recreativo do Casal do Grilo	3.000,00
Fáb. da Igreja Paroq.da Sagr.Fam. - Caritas (Renda instalações)	2.679,00
Grupo Recreativo 1º de Outubro 1911	2.400,00
Associação Escoteiros de Portugal-Grupo 84	1.800,00
Corpo Nacional de Escutas- Agrup.(542)	1.800,00
Orfeão do Entroncamento	1.800,00
Academia Cultural e Recreativa de Dança	1.560,00
Núcleo de Andebol do Entroncamento	1.000,00
Núcleo Sportinguista	975,00
Companhia de Teatro Poucaterra	800,00
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	741,00
Conferência S. João Batista - Paroquia da Sagrada Família	541,50
Liga dos Combatentes- núcleo regional Entroncamento	513,00
Otonos da Vida	500,00
Entroncartes	200,00
APOIOS PONTUAIS	2.645,00
Clube de Lazer Aventura e Competição - Trilhos do Almorol	1.845,00
Paroquia da Sagrada Família	300,00
Casa do Pessoal da CM Entroncamento - Convívio de Pesca	250,00
Associação de Futebol de Santarém	250,00
TOTAL GERAL	96.390,50

“Freguesias” diz respeito ao contrato de delegação de competências nas Juntas de Freguesia (manutenção de espaços verdes, limpeza das vias e espaços públicos, entre outros).

“Municípios” refere-se à comparticipação que coube ao município na gestão do canil intermunicipal.

“Associação de Municípios” refere-se aos projetos desenvolvidos pela CIMT.

“Outros – Admin. Local – Continente” refere-se aos apoios deliberados para a Associação dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento

“Outras entidades” refere-se principalmente aos seguintes apoios:

- Encoprof = 3.600 €
- Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento = 5.262,50 € (referente ao subsídio do ensino pré-escolar e visitas de estudo efetuadas ao longo de 2016).

Custos com o Pessoal (Conta 64)

As despesas com o pessoal em 2016 atingiram o valor de 5.029.794,57 €, registando um aumento de 0,95 % relativamente ao ano de 2015.

DESIGNAÇÃO	2016	%	2015	%	Variação
Remunerações dos membros dos órgãos autárquicos	241.961,90	4,8%	224.402,35	4,5%	7,26%
Remuneração Mensal	195.120,57	3,9%	178.570,65	3,6%	8,48%
Despesas de Representação	30.500,37	0,6%	30.053,99	0,6%	1,46%
Ajudas de Custo	115,31	0,0%	15,65	0,0%	0,00%
Senhas de Presença	5.700,44	0,1%	5.219,68	0,1%	8,43%
Membros da Assembleia	10.525,21	0,2%	10.542,38	0,2%	-0,16%
Remunerações do pessoal	3.329.986,80	66,2%	3.308.129,39	66,4%	0,66%
RCTFP por tempo indeterminado	3.312.584,66	65,9%	3.289.739,67	65,4%	0,69%
Pessoal com contrato a termo certo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Estágios profissionais	17.402,14	0,3%	18.389,72	0,4%	-5,68%
Suplementos de remunerações	365.948,03	7,3%	392.761,35	7,9%	-7,33%
Trabalho extraordinário	4.034,42	0,1%	23.097,13	0,5%	-472,50%
Trabalho em regime de turnos	73.149,58	1,5%	58.929,76	1,2%	19,44%
Abono para falhas	24.427,74	0,5%	23.296,88	0,5%	4,63%
Subsídio de refeição	254.743,93	5,1%	282.530,66	5,6%	-10,91%
Ajudas de custo	7.425,04	0,1%	3.542,75	0,1%	52,29%
Vestuário e artigos pessoais	2.167,32	0,0%	1.364,17	0,0%	37,06%
Outros suplementos	0,00	0,0%	0,00	0,0%	-
Prestações sociais directas	24.166,20	0,5%	23.705,47	0,5%	1,91%
Subsídio familiar a crianças e jovens	16.536,44	0,3%	16.135,91	0,3%	2,42%
Outras prestações familiares	7.629,76	0,2%	7.569,56	0,2%	0,79%
Pensões	4.917,10	0,1%	9.060,10	0,2%	-84,26%
Encargos sobre remunerações	841.419,94	16,7%	831.840,48	16,7%	1,14%
Seguros acidentes trabalho e doenças profissionais	31.091,29	0,6%	24.330,18	0,5%	21,75%
Outros custos com o pessoal	190.303,31	3,8%	167.993,26	3,4%	11,72%
TOTAL GERAL	5.029.794,57	100,0%	4.982.222,58	100,0%	0,95%

Enquadramento

Em termos de alterações legislativas destaca-se o seguinte:

- No ano de 2016 os funcionários com remunerações acima de 1.500, nos termos da Lei nº 159-A 2015 de 30/12/2015, € viram o seu vencimento ser reposto. A reversão total foi iniciada em janeiro de 2016 e concluída em outubro do mesmo ano.

- O salário mínimo nacional aumentou de 505 € para 530 €, ou seja, mais 15 € mensais. Este aumento abrangeu cerca de 118 funcionários da CME.

Estas medidas ajudam a explicar o aumento de 0,95 % com despesas de pessoal.

A rubrica “**Remunerações de pessoal a tempo indeterminado**” com uma despesa de 3.312.584,66 € regista uma variação positiva de 0,69 % face ao ano anterior. Em 31/12/2016 o Município tinha 312 funcionários (não considerando o executivo).

Em 2015 não se registaram quaisquer admissões a termo certo, sendo que todos os funcionários têm um contrato por tempo indeterminado.

A rubrica “**estágios profissionais**” registou custos no valor de 17.402,14 €, ou seja, menos 987,58 € face ao ano anterior.

Os “**suplementos de remunerações**” tiveram uma redução de 26.813,32 € face ao ano anterior. Nesta rubrica destaca-se a redução das horas extraordinárias em 19.062,71 € e o consequente aumento do trabalho em regime de turnos em 14.219,82 €.

A implementação do regime de turnos em determinados serviços (RSU, Águas e Saneamento) esteve na origem desta movimentação.

De destacar ainda a redução da rubrica “**subsídio de refeição**” em 27.786,73 € que é o reflexo das baixas médicas dos funcionários.

Encargos sobre remunerações

Os “encargos com remunerações” registaram uma redução de 1,14 %, ou seja, 9.579,46 €.

Inclui-se nesta rubrica os encargos da entidade patronal à Caixa Geral de Aposentações e Segurança Social, estando diretamente relacionada com o nº de funcionários ao serviço.

Outros Custos com Pessoal

A rubrica “**outros custos com pessoal**” refere-se a despesas com:

- Verbas retidas nas transferências do OE para o Serviço Nacional de Saúde (art.º110 da Lei nº 7-A/2016 de 31 dezembro. O valor retido ascendeu a 81.414,71 €.
- Encargos com RO'S que se traduzem em despesas dos beneficiários da ADSE no setor público e privado (com acordos com a ADSE). Em 2016 o município suportou encargos desta natureza no valor de 61.246,45 €.
- Outros encargos com saúde pagos juntamente aos vencimentos no valor de 47.717,55 €.

Outros Custos e Perdas Operacionais (Conta 65)

Relativamente aos “outros custos e perdas operacionais” atingiram um valor 100.179,21 €. Face ao ano anterior registou um aumento de 16,27 %.

DESIGNAÇÃO	2016	2015	Variação
Impostos e taxas	42.702,47	35.926,81	15,87%
Imposto sobre o rendimento	4,52	0,10	97,79%
Imposto Municipais S/ Imóveis	213,96	225,84	-5,55%
Contribuição Audio Visual - L30/2003	2.380,49	1.815,22	23,75%
Taxa de Recursos Hídricos	35.321,23	30.455,67	13,78%
Outros impostos e taxas	4.782,27	3.429,98	28,28%
Quotizações	57.476,74	47.951,66	16,57%
ADIRN	0,00	5.100,00	-
Comunidade Intermunicipal Medio Tejo	35.965,32	36.913,32	-2,64%
ANMP	4.781,35	4.756,00	0,53%
Resitejo	519,07	1.041,60	-100,67%
Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo	16.211,00	140,74	99,13%
TOTAL GERAL	100.179,21	83.878,47	16,27%

As despesas referentes ao “IMI”, referem-se à fração onde atualmente funcionam alguns serviços como é o caso da CPCJ. Este imposto é debitado pela locadora ao município, que posteriormente o vai recuperar.

“**Taxa de recursos hídricos**” é um custo suportado pelo município, que visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

“**Quotizações**” regista um custo de 57.476,74 €. Face ao ano anterior teve um aumento de 16,57 %, ou seja, **9.525,08 €**.

A ADIRN não procedeu à faturação da quotização apesar do Município ainda fazer parte da mesma.

A Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo registou os valores que estavam em dívida da antiga Assembleia Distrital, a qual foi incorporada na CILT.

Amortizações do Exercício (Conta 66)

Diz respeito às amortizações sobre o imobilizado registado nas contas da classe 4 do plano de contas, a saber:

- 42 – Imobilizado corpóreo
- 43 – Imobilizado incorpóreo
- 45 – Bens do domínio público

Vd. ponto 6 do Volume II

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
66	Amortizações do exercício	2.579.329,31	0,00	2.579.329,31	0,00
662	Imobilizações corpóreas	950.965,31	0,00	950.965,31	0,00
6622	Edifícios e outras construções	584.154,15	0,00	584.154,15	0,00
66221	Edifícios	382.462,71	0,00	382.462,71	0,00
66222	Outras construções	201.691,44	0,00	201.691,44	0,00
6623	Equipamento básico	152.188,49	0,00	152.188,49	0,00
66231	Software	49.100,36	0,00	49.100,36	0,00
66239	Outros	103.088,13	0,00	103.088,13	0,00
6624	Equipamento de transporte	93.282,64	0,00	93.282,64	0,00
66242	Equipamento de transporte-Viaturas-Adm. Geral	93.282,64	0,00	93.282,64	0,00
6625	Ferramentas e utensílios	1.607,68	0,00	1.607,68	0,00
6626	Equipamento administrativo	80.084,99	0,00	80.084,99	0,00
66261	Software	1.098,68	0,00	1.098,68	0,00
66269	Outros	78.986,31	0,00	78.986,31	0,00
6628	Outras imobilizações corpóreas	39.647,36	0,00	39.647,36	0,00
663	Imobilizações incorpóreas	12.380,36	0,00	12.380,36	0,00
6639	Outras imobilizações incorpóreas	12.380,36	0,00	12.380,36	0,00
665	Bens de domínio público	1.615.983,64	0,00	1.615.983,64	0,00
6652	Edifícios	397.734,15	0,00	397.734,15	0,00
6653	Outras construções e infraestruturas	1.216.351,63	0,00	1.216.351,63	0,00
6655	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.609,23	0,00	1.609,23	0,00
6659	Outros bens de domínio público	288,63	0,00	288,63	0,00
Totais Gerais:		2.579.329,31	0,00	2.579.329,31	0,00

Os custos com amortizações registaram em 2016 o valor de 2.579.329,31 €. Este tipo custo representa 19,72 % do total dos custos.

Em comparação com os valores registados em 2015 (2.791.426,97 €), houve uma redução de 7,60 %.

Provisões do Exercício (Conta 67)

Vd. ponto 3.1.3.

Foram constituídas e reforçadas provisões para clientes, contribuintes e utentes que estão em situação devedora. O valor das provisões do exercício é de 195.844,80 €.

Conta	Designação	Mov. Débito	Mov. Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
671	Para cobranças duvidosas	41.769,80	0,00	41.769,80	0,00
672	Para riscos e encargos	154.075,00	0,00	154.075,00	0,00
6723	Processos judiciais em curso	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00
6725	Outros riscos e encargos	54.075,00	0,00	54.075,00	0,00
Totais Gerais:		195.844,80	0,00	195.844,80	0,00

Foram feitas as seguintes provisões:

Para cobranças duvidosas - 41.769,80 € (Referente a dividas de agua, saneamento, RSU, rendas).

Processos judiciais em curso – 100.000 €

Refere-se a:

Autor: A & L Criatividade e Comunicação, Lda

Ação: Apropriação de projeto Alheio “Parque Verde do Bonito”

Valor máximo da contraordenação: 100.000 €

Outros riscos e encargos – 54.075 €

Refere-se a:

Autor: IGAMAOT – Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar do Ambiente e do Ordenamento do Território

Ação: Contraordenação ambiental

Valor máximo da contraordenação: 24.075 €

Autor: ASAE

Ação: Contraordenação – Ausência de livro de reclamações em Parque de Estacionamento

Valor máximo da contraordenação: 30.000 €

Custos e Perdas Financeiras (Conta 68)

DESIGNAÇÃO	2016	%	2015	%	Var. (2016-2015)
Juros de Empréstimos Bancários	126.995,75	75,59%	147.329,71	70,49%	-16,01%
De curto prazo	2.339,81	1,39%	658,77	0,32%	71,85%
De médio e longo prazos	124.655,94	74,19%	146.670,94	70,18%	-17,66%
Caixa Geral de Depósitos	30.586,34	18,20%	40.755,41	19,50%	-33,25%
C.G.D. - Construção 32 Fogos Habitação Social	555,50	0,33%	739,51	0,35%	-33,13%
C.G.D. - Financiamento p/ Div. Investimentos	20,04	0,01%	789,98	0,38%	-3842,02%
C.G.D. - Zona Industrial	200,55	0,12%	749,78	0,36%	-273,86%
C.G.D. Saneamento Financeiro	45,75	0,03%	386,06	0,18%	-743,85%
C.G.D. Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner	68,93	0,04%	415,09	0,20%	-502,19%
CGD - Financ. Div. Investimentos	29.695,57	17,67%	37.674,99	18,03%	-26,87%
Novo Banco	8.460,06	5,04%	9.765,30	4,67%	-15,43%
NB - Requal. Espaços Públicos	483,49	0,29%	555,89	0,27%	-14,97%
NB - Saneamento Básico	681,91	0,41%	798,35	0,38%	-17,08%
NB - Project. Qualific. Z. Urbanas	459,13	0,27%	527,89	0,25%	-14,98%
NB - Pavilhão - Cobertura	384,55	0,23%	450,02	0,22%	-17,03%
NB - Pavilhão Polidesportivo 3ª. Fase	1.361,15	0,81%	1.568,38	0,75%	-15,22%
NB - Requalificação Zona Env.Mercado Municipal	5.089,83	3,03%	5.864,77	2,81%	-15,23%
Banco BPI,SA	18.462,08	10,99%	23.383,36	11,19%	-26,66%
BPI-Recinto Multiusos	594,00	0,35%	1.520,81	0,73%	-156,03%
BPI - Escola Básica António Gedeão	17.868,08	10,63%	21.862,55	10,46%	-22,36%
Direcção-Geral do Tesouro	66.247,48	39,43%	72.766,87	34,82%	-9,84%
DGTF - PREDE - 187.392,00 €	996,30	0,59%	1.642,34	0,79%	-64,84%
DGTF - PAEL - 3.219.262,96 Euros	65.251,18	38,84%	71.124,53	34,03%	-9,00%
BEI - Agência para o Desenvolvimento e Coesão	899,98	0,54%	0,00	0,00%	100,00%
Escola Básica Norte do Entrancamento	564,80	0,34%	0,00	0,00%	100,00%
Ciclovias - Freguesia Nossa Senhora de Fátima	101,57	0,06%	0,00	0,00%	100,00%
Melhoria das Acessibilidades Interconcelhias	233,61	0,14%	0,00	0,00%	100,00%
Outros Juros	15.560,01	9,26%	27.965,74	13,38%	-79,73%
Juros de mora	8.656,70	5,15%	20.766,45	9,94%	-139,89%
Juros de Leasing	14,28	0,01%	399,06	0,19%	-2694,54%
Juros de acordos	6.889,03	4,10%	6.800,23	3,25%	1,29%
Outros custos e perdas financeiros	25.457,67	15,15%	33.710,92	16,13%	-32,42%
Encargos Bancários	295,68	0,18%	1.121,60	0,54%	-279,33%
TPA-Terminais Pagamento Automático	2.884,75	1,72%	2.874,10	1,38%	0,37%
Encargos com Cobrança Água	21.347,10	12,71%	29.203,77	13,97%	-36,80%
Encargos com Empréstimos	248,00	0,15%	248,00	0,12%	0,00%
Outros	682,14	0,41%	263,45	0,13%	61,38%
TOTAL GERAL	168.013,43	100,00%	209.006,37	100,00%	-24,40%

Em 2016 os custos com juros e encargos financeiros totalizaram 168.013,43 €. Face ao ano anterior verificou-se uma redução de 24,40 %, ou seja, 40.992,94 €.

Esta redução é fruto de:

- Redução dos juros de empréstimos de médio e longo prazo (tendo em conta que as taxas de juros estão a negativo);
- Redução dos encargos bancários fruto da renegociação dos tarifários aplicados pelos bancos;
- Redução dos juros de mora muito por culpa do empréstimo de curto prazo, o qual, permitiu uma melhor gestão de tesouraria. A redução dos juros de mora foi de 12.109,75 € e os custos do empréstimo de CP foram de 2.339,81 €, ou seja, em termos líquidos tivemos uma “mais valia” de 9.769,94 €.

Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	142.555,76	175.295,45	781	Juros obtidos	148.037,88	29.144,08
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	10.909,44	10.909,44
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	25.457,67	33.710,92	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
	Resultados Financeiros	-9.066,11	-168.952,85	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		158.947,32	40.053,52			158.947,32	40.053,52

Custos e Perdas Extraordinários (Conta 69)

Em 2016 foram contabilizados “custos e perdas extraordinários” no valor de 611.020,05 €.

CL	DESIGNAÇÃO	2016
691	Transferências de capital concedidas	1.018,12
69101	Administração Autárquica	1.018,12
6910102	CÂMARA MUNICIPAL	1.018,12
691010208	Transferências de capital	1.018,12
69101020805	Administração local	1.018,12
6910102080501	Continente	1.018,12
691010208050104	Associações de municípios	1.018,12
693	Perdas em existências	3.844,67
6938	Outras	3.844,67
695	Multas e penalidades	568,12
6951	Multas fiscais	140,62
6958	Outras penalidades	427,50
697	Correções relativas a exercícios anteriores	528.842,25
6972	Outras	528.842,25
698	Outros custos e perdas extraordinários	76.746,89
6983	Outros não especificados	47.079,45
6988	Regularizações de iva	29.667,44
TOTAL GERAL		611.020,05

Como “custos e perdas extraordinárias” destaca-se”:

“Associação de Municípios” refere-se a custos com projetos desenvolvidos pela CIMT mais propriamente dos projetos “modernização administrativa”.

“Perdas em existências”

Refere-se à desvalorização de existências feita no programa informático.

“Correções relativas a exercícios anteriores”

Diz respeito principalmente a:

- Correção da previsão do IMI (158.256,09 €). O valor previsto em 2015 foi superior ao efetivamente recebido.

- Registo contabilístico da extinção do protocolo assinado entre o Município e a Tecnovia na sequência do acordo entre as partes para resolver a atribuição dos cartões de residente gratuitos aos moradores, situação que não estava contemplada no Caderno de Encargos da Concessão. Este valor totaliza 224.048,50 € referente ao período de julho de 2012 a dezembro de 2015. Este valor foi igualmente contabilizado na conta 79, ou seja, entrou em custos e proveitos com o mesmo valor.

“Outros custos e perdas extraordinários”

- Protocolo Tecnovia (referente ao ano 2016) – 47.079,45 €

Os apuramentos face aos anos anteriores foram registados na conta 6972 – Correção de exercícios anteriores e os valores apurados em relação ao ano de 2016 foram registados em “outros custos e perdas extraordinários”.

Tal como já foi referido este valor foi igualmente registado em proveitos, mas desta vez na conta 71217 “Parque de Estacionamento Superfície”.

“Regularizações de IVA”

Refere-se às regularizações no apuramento de IVA a receber na sequência de uma inspeção por parte das Finanças – Serviços Centrais de Santarém. O valor de 29.667,44 € diz respeito à anulação do efeito do pro-rata nas deduções efetuadas nos anos 2013, 2014, 2015 e 2016.

Os resultados extraordinários (diferença entre a conta 79 e a 69), saldaram-se por um proveito de 1.640.700,25 €.

Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2016

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	1.018,12	31.955,78	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	3.189,53	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	3.844,67	18.908,24	793	Ganhos em existências	2.160,62	2.446,73
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	26.280,35	49.494,19
695	Multas e Penalidades	568,12	827,32	795	Benefícios de penalidades contratuais	2.804,07	204.455,37
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	501.124,42	165.051,32
697	Correções relativas a exercícios anteriores	528.842,25	54.983,68	797	Correções relativas a exercícios anteriores	323.871,00	12.033,33
698	Outros custos e perdas extraordinárias	76.746,89	0,00	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1.395.479,84	1.676.472,13
	Resultados extraordinários	1.640.700,25	2.000.088,52				
		2.251.720,30	2.109.953,07			2.251.720,30	2.109.953,07

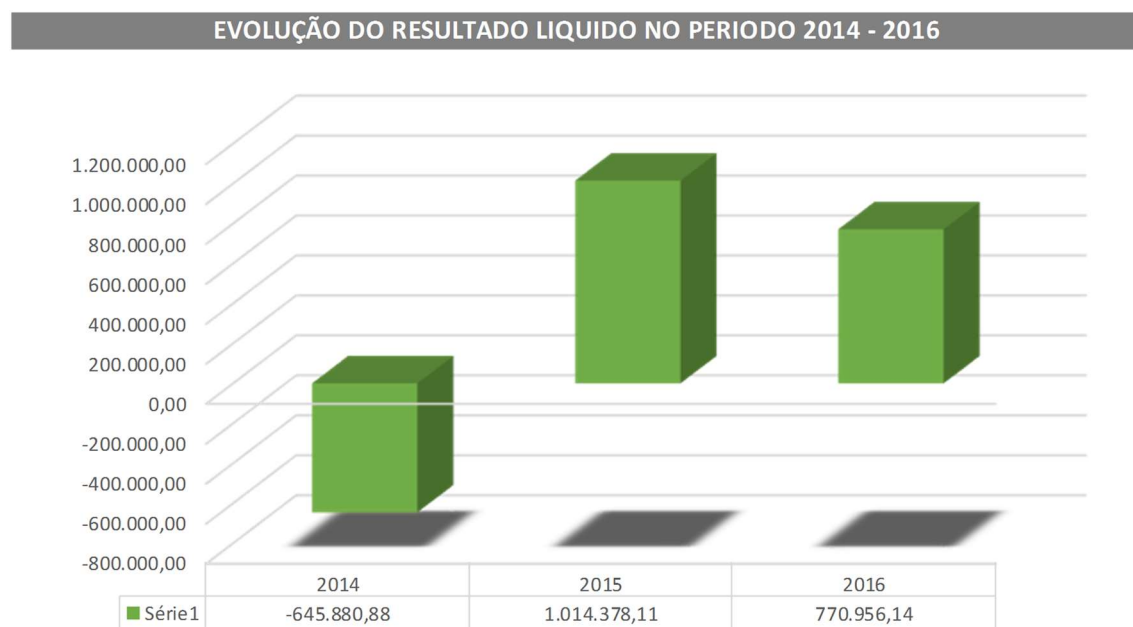
3.4. Análise do Resultado Líquido do Exercício

O ano de 2016 registou um resultado líquido de 770.956,14 €

Da análise efetuada destaca-se o seguinte:

Os proveitos registaram um valor de 13.850.792,86 €, situando-se praticamente ao mesmo nível do ano anterior.

Os custos subiram ligeiramente face a 2016, ou seja, 1,9 %.



3.5. Contabilidade de Custos

Segundo o ponto 2.8.3.1 do POCAL a Contabilidade de Custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços. A implementação da Contabilidade de Custos trata-se de um processo bastante complexo e sujeito a melhorias contínuas, de modo a constituir-se como um sistema de apoio ao processo de gestão.

Os custos apurados repartiram-se da seguinte forma:

DESIGNAÇÃO	CUSTO
Freguesias	22.935,97
Proteção civil e luta contra incêndios	42.699,42
Serv. Munic. Veterinária	33.137,59
GLP - Gabinete de inserção profissional	17.361,65
Canil intermunicipal	12.541,69
Administração Geral, Finanças, Inovação e Educação	5.513.276,46
Administração Geral	
Secção central	84.547,09
Secção de licenças e taxas	71.152,60
Fiscalização municipal	14.199,98
Serviços Culturais	564.942,44
Serviços Desportivos	1.032.480,95
Gabinete de turismo, industria e comercio	22.431,01
Arquivo municipal	36.624,00
Serviços de habitação a ação social	319.356,79
Serviços comuns	61.446,98
Sistemas de informação	234.587,78
Comunicação, imagem e protocolo	67.678,64
Gestão Financeira	
Contabilidade	147.436,66
Tesouraria	26.709,73
Investimentos e planeamento	49.242,34
Aprovisionamento e armazens	175.024,79
Mercados e Feiras	233.467,73
Serviços comuns	68.709,73
Unidade de Jurífico, Recursos Humanos e Educação	
Serviços jurídicos	125.960,06
Notariado	18.540,95
Secção de recursos humanos	125.944,31
Serviços de educação	2.003.794,71
Serviços comuns	28.997,17
Urbanismo, Ambiente e Serviços Urbanos	7.294.391,18
Gestão urbanística e obras	764.689,75
Ambiente e serviços urbanos	
Serviços comuns	184.408,13
Gestão de viaturas	178.021,97
Cons. Manut. Rede viária, arruam. Passeios	1.315.411,88
RSU - Limpeza Urbana	106.794,63
RSU - Recolha do Lixo	616.965,52
Outros serviços urbanos	106.183,77
Transportes urbanos	290.105,51
Parque de estacionamento	145.492,53
Espaços verdes	648.163,84
Águas	1.426.132,10
Saneamento	822.353,71
Cemitério	80.359,23
Eletricidade	609.308,61
Outros Serviços	143.492,75
Total Geral	13.079.836,72

4. DIVIDA DO MUNICIPIO

4.1 Estrutura da divida

RUBRICAS	Valor (€)	%
A MÉDIO E LONGO PRAZO		
Empréstimos de Médio e Longo Prazo	7.066.792,39	64,90%
A CURTO PRAZO		
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	928.075,00	8,52%
Fornecedores		
Fornecedores gerais c/c	1.052.549,45	9,67%
Fornecedores - Faturas em Receção e Conferência	356.832,86	3,28%
Fornecedores de imobilizado - c/c	235.948,94	2,17%
Leasing	0,00	0,00%
Factoring	15.858,84	0,15%
Faturas em Receção e Conferência	0,00	0,00%
Total "Fornecedores"	1.661.190,09	15,26%
Outros		
Estado e outros entes públicos	63.447,28	0,58%
Administração autárquica	1.387,56	0,01%
Devedores e credores diversos	1.168.491,21	10,73%
Total "Outros"	1.233.326,05	11,33%
Total de débitos de curto prazo	3.822.591,14	35,10%
DIVIDA TOTAL	10.889.383,53	100,00%

A divida de médio e longo prazo, composta no total de empréstimos bancários, era de 7.066.792,39 €. Esta rubrica representa 64,90 % do total da divida.

A curto prazo, a dívida era de 3.822.591,14 €, sendo:

- Empréstimos MLP (Vencimento n+1) – 928.075,00 €
- Fornecedores – 1.661.190,09 €
- Outros credores – 1.233.326,05 €.

Representa 35,10 % do total.

É incluído na divida de curto prazo o valor das amortizações dos empréstimos a vencer em 2017. Retirando este efeito as dividas de curto prazo baixam a sua percentagem na divida total, passando para 26,78 %, por sua vez, as dividas referentes a empréstimos bancários sobem para 73,42 % do total da divida.

Na rubrica “**devedores e credores diversos**” encontra-se incluída a divida referente à realização do capital social do **Fundo Apoio Municipal (FAM)**, para o qual o Município teve obrigatoriamente de participar por força do nº 1 do art.º 19 da Lei 53/2014 de 25 de agosto. A participação do município é de 496.358,86 €. Deste valor foram pagos em 2016 70.908 € e estão em divida 354.542,86 €. O pagamento ocorre ao longo de 7 anos através de 2 prestações anuais de 35.454 € cada.

Ainda dentro desta rubrica “**devedores e credores diversos**” estão ainda outras entidades, tais como:

ADSE - Direção-Geral de Proteção Social (26.061,98 €)

Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo – Referente a quotas e projetos com participação dos vários municípios que a compõem (9.228,33 €)

Manuel Barroso Tavares - referente à compra do estúdio 121 (118.934 €)

Reconhecimento da dívida a Maria da Conceição Henriques Nunes Bento referente ao terreno da Escola do Bonito (372.000 €)

Agência para o Desenvolvimento e Coesão (54.323,83 €) referente a devoluções de fundos comunitários.

Para além destas entidades temos ainda:

Operações de Tesouraria – Referente a encargos de dezembro mas que só serão pagas em janeiro de 2017 (8.934,57 €)

Cauções / garantias de fornecedores de imobilizado (208.006,41 €)

4.2 Evolução da Dívida

RUBRICAS	2016	2015	2014	2013	VAR. (2016/2015)
A MÉDIO E LONGO PRAZO					
Dívidas a Instituições de Crédito	7.066.792,39	7.997.960,62	8.662.915,49	9.555.511,49	-11,33%
Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)	928.075,00	902.381,93	889.846,26	1.058.000,08	
A CURTO PRAZO					
Fornecedores					
Fornecedores gerais c/c	1.409.382,31	1.630.825,12	1.619.882,55	1.591.887,39	-15,71%
Fornecedores de imobilizado - c/c	251.807,78	288.679,72	1.153.869,59	773.787,22	-14,64%
Leasing	0,00	5.482,94	34.783,06	83.671,62	-
Total "Fornecedores"	1.661.190,09	1.924.987,78	2.808.535,20	2.449.346,23	-15,88%
Outros					
Estado e outros entes públicos	63.447,28	63.933,38	63.463,93	79.028,52	-0,77%
Administração autárquica	1.387,56	18.841,78	1.378,57	2.177,58	-1257,91%
Devedores e credores diversos	1.168.491,21	877.549,74	392.225,50	482.413,92	24,90%
Total "Outros"	1.233.326,05	960.324,90	457.068,00	563.620,02	28,43%
Total de débitos de curto prazo	2.894.516,14	2.885.312,68	3.265.603,20	3.012.966,25	0,32%
DÍVIDA TOTAL	10.889.383,53	11.785.655,23	12.818.364,95	13.626.477,82	-8,23%
	-896.271,70				
	-1.928.981,42				
	-2.737.094,29				

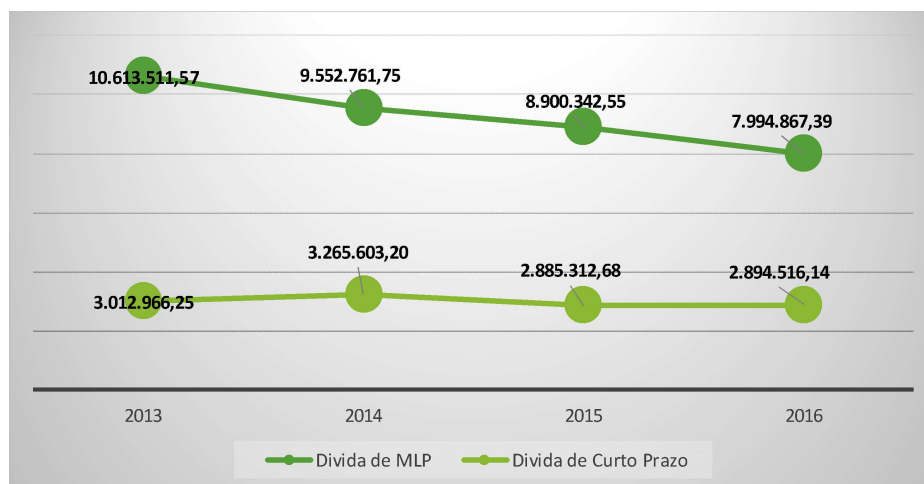
Nota: Para fazer a comparação da evolução da dívida face aos anos anteriores optou-se por colocar a rubrica "Empréstimos de MLP (Vencimento em N+1)" como dívida de médio e longo prazo (no mapa da folha anterior é colocado em curto prazo), ou seja, a análise é feita usando a mesma base.

Da análise do quadro acima pode-se concluir que houve uma diminuição global da dívida em 8,23 %.

As dívidas de curto prazo aumentaram ligeiramente face ao ano anterior (0,32 %). Este aumento deve-se devido ao reconhecimento da dívida referente ao processo do terreno da Escola do Bonito (372.000 €).

Face aos anos anteriores verifica-se uma redução:

- Redução de 896.271,70 € face a 2015
- Redução de 1.928.981,42 € face a 2014
- Redução de 2.737.094,29 € face a 2013



4.3 Aferição do Limite da Dívida Total

Com a publicação da Lei nº 72/2013 (LFL) os municípios passam a ter um limite à dívida total ao abrigo do art.º 52 da referida lei.

O artigo em questão refere o seguinte:

1 — A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

2 — A dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

3 — Sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido, sem prejuízo do previsto na secção III;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

4 — Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto.

Tendo em conta o **ponto 1** do artigo 53 o limite da dívida para o ano de 2016 era o seguinte:

Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Receita Corrente Líquida 2015	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
11.099.807	11.320.735	11.620.645	34.041.187	11.347.062

Limite dívida total 2016 (1,5* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei

Limite da dívida total

17.020.593,43

No final de 2016 o cenário era o seguinte:

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
17.020.593	01-01-2015						
	11.785.655	77.124	11.862.779	11.136.828		5.883.765	1.176.753
	31-12-2015						
	10.889.384	830.658	11.720.042	11.080.703		5.939.890	1.187.978
Variação da Dívida %							-0,50%
Variação do Excesso da Dívida %							
Utilização da Margem Disponível							1.232.878

O município cumpriu com os limites fixados no art.º 53 da LFL.

A dívida total, retirando as operações de tesouraria, teve uma variação negativa de 0,50 %.

Tendo em conta o que é referido no art.º 54 da LFL estão incluídas no quadro acima as entidades participadas pelo município.

À data de 01/01/2016 a contribuição destas entidades para a dívida bruta municipal era de 77.124 € e à data de 31/12/2016 essa contribuição passou para 830.658 €. A diferença verificada deve-se ao valor comunicado pela Resitejo, ou seja, entre 2015 e 2016 o critério de imputação da dívida alterou.

Para estes valores contribuíam as seguintes entidades:

Entidade	01-01-2015	% Participação	31-12-2016	% Participação
ADIRN - Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte	62.392	12,20%	60.256	11,90%
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	291	0,32%	375	0,32%
Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM Médio Tejo)	823	5,42%	1.645	5,42%
Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal	3.886	0,95%	2.164	0,88%
RESITEJO - Associação de Gestão e Tratamento de Lixos do Médio Tejo	1.332	4,34%	759.474	7,79%
Tagusgás - Empresa de Gás do Vale do Tejo, SA	8.400	0,03%	6.744	0,03%
TOTAL	77.124		830.658	

A diferença de valores apurados na Resitejo deve-se ao seguinte:

- Em 2015 os valores da Resitejo considerados estão de acordo com a decisão efetuada na reunião da Assembleia Geral de 11 de novembro de 2014, na qual foi deliberado por unanimidade aprovar que a quota-parte dos municípios nas despesas de funcionamento da Resitejo nunca poderá ser superior a **0,21 % do total das despesas de funcionamento**, correspondendo também esse limite para a relevância do endividamento da Resitejo nos limites da dívida total dos Municípios associados.

- Em 2016, por imposição da DGAL, a contribuição da dívida da Resitejo para os Municípios passou a ser calculada com base na percentagem das quotizações.



Contribuição do Passivo da RESITEJO para a Dívida dos Municípios Associados a 31 de Dezembro de 2016

Municípios	Quotização 2016	Percentagem	Contribuição Dívida Municípios
C. M. Alcanena	317,29 €	4,76%	464 240,93 €
C. M. Chamusca	438,65 €	6,58%	641 808,07 €
C. M. Constância	178,38 €	2,68%	260 995,61 €
C. M. Entrancamento	519,07 €	7,79%	759 474,10 €
C. M. Ferreira do Zêzere	317,29 €	4,76%	464 240,93 €
C. M. Golegã	238,33 €	3,58%	348 711,09 €
C. M. Santarém	1 988,54 €	29,85%	2 909 520,17 €
C. M. Tomar	1 193,12 €	17,91%	1 745 706,25 €
C. M. Torres Novas	1 193,12 €	17,91%	1 745 706,25 €
C. M. Vila Nova da Barquinha	277,81 €	4,17%	406 476,01 €
Total	6 661,60 €	100,00%	9 672 156,68 €

Cálculo do Passivo para a Contribuição da Dívida Bruta dos Municípios

Dívidas a Terceiros	9 746 879,40 €
Provisões	0,00 €
Saldo Operações não Orçamentais	74 722,72 €
Contribuição para a Dívida dos Municípios	9 672 156,68 €

4.4 Situação de Saneamento ou Recuperação Financeira

Tendo em conta o artigo 58º e 61º da Lei 73/2013 (LFL) é demonstrado de seguida se o município se encontra em situação de saneamento financeiro ou recuperação financeira.

O artigo 58º refere que o município deve contrair empréstimos para **saneamento financeiro**, tendo em vista a reprogramação da dívida e a consolidação de passivos financeiros, **quando, no final do exercício**:

1 a) Ultrapasse o limite da dívida total previsto no artigo 52.º; ou

1 b) **O montante da dívida**, excluindo empréstimos, **seja superior a 0,75 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**.

2 — Sem prejuízo do disposto no número anterior, o município pode contrair empréstimos para saneamento financeiro, desde que verificada a situação prevista no n.º 1 do artigo 56.º.

3 — Caso a dívida total prevista no artigo 52.º se **situe entre 2,25 e 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores**, o município é obrigado a contrair um empréstimo para saneamento financeiro ou a aderir ao procedimento de recuperação financeira previsto nos artigos 61.º e seguintes.

Face a esta situação o cenário é o seguinte:

Municípios	Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Margem	Ultrapassa o limite da dívida total	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2+n-1)	Média das receitas correntes	Montante total de empréstimos	Dívida total excluindo empréstimos	Dívida total = ou > média das receitas correntes	Dívida total, excluindo empréstimos, > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos	Dívida total > 2,25 * média das receitas correntes dos últimos três anos e <= 3 * média das receitas correntes dos últimos três anos
	(1)	(2)	(3)=(1)-(2), se (1)>(2)	(4)=(2)-(1), se (1)<(2)	(5)	(6)=(5)/3	(7)	(8)=(2)-(7)	(9)=(2)>=(6)	(10)=(6)*0,75<(8)	(11)=(2)>=(6)*2,25 e (2)<=(6)*3
ENTRONCAMENTO	17.020.593	11.074.890	5.945.703		34.041.187	11.347.062	7.994.867	3.080.022	Não	Não	Não

Tendo em conta o quadro anterior o município não está numa situação de adesão obrigatória a um empréstimo de saneamento financeiro.

Tendo em conta o artigo 61 da LFL um município é obrigado a recorrer a um plano de **recuperação financeira** quando de encontre em situação de rutura financeira.

A situação de rutura financeira municipal considera-se verificada sempre que a dívida total prevista no artigo 52.º seja superior, em 31 de dezembro de cada ano, a 3 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios.

O processo de recuperação financeira determina o recurso ao Fundo de Apoio Municipal (FAM).

Limite da dívida total (RFAL)	Dívida total excluindo dívidas não orçamentais	Total receitas correntes cobradas líquidas (n-3+n-2 +n-1)	Média das receitas correntes	Dívidas total > 3* média das receitas correntes dos últimos três anos
(1)	(2)	(3)	(4)=(3)/3	(5)=(2)>(4)*3
17.020.593	11.074.890	34.041.187	11.347.062	Não

O art.º 56 da Lei 73/2013 de 3 de setembro refere ainda determinados mecanismos de alerta precoce:

Mecanismos de alerta precoce e de recuperação financeira municipal

Artigo 56.º

Alerta precoce de desvios

1 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 — Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

3 — No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85 % são informadas as entidades referidas no n.º 1.

4 — O alerta referido nos números anteriores é emitido pela DGAL, no prazo de 15 dias, a contar da data limite do reporte de informação constante do artigo 78.º.

5 — Os alertas referidos nos n.ºs 1 e 2 incluem ainda a evolução do rácio referido no n.º 1 ao longo dos três exercícios anteriores.

Face a estes mecanismos o cenário é o seguinte:

Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Dívida total = ou > 1,5 * média das receitas correntes dos últimos três anos

☐

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

☒

Apesar da taxa de execução em 2014 (72,43 %) e 2015 (75,29 %) ter sido abaixo dos 85 %, em 2016 houve uma recuperação considerável uma vez que o ano foi finalizado com uma taxa de execução de 87,93 %.

4.5 – Pagamentos em Atraso

O nº 1 do artigo 55 da Lei do OE para 2016 refere que as entidades enquadradas no subsetor da administração local são obrigadas a reduzir no mínimo em 10 % dos pagamentos em atraso (PA) registados no SIIAL com mais de 90 dias à data de setembro de 2015.

No caso de incumprimento das reduções previstas no referido artigo há lugar à retenção, no montante equivalente ao do valor em falta, da receita proveniente das transferências do Orçamento do Estado até ao limite previsto no artigo 39.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n. os 82 -D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro.

Face ao exposto informa-se o seguinte (mapas em anexo):

Pagamentos registados no SIIAL (setembro 2015) = 0 €

Pagamentos registados no SIIAL (final de 2016) = 0 €

O município não tem pagamentos em atraso, estando assim em situação de cumprimento perante a Lei do OE para 2016.

4.6 – Prazo Médio de Pagamento

O 4º trimestre de 2016 fechou com um prazo médio de pagamento de 60 dias.

A evolução deste indicador nos últimos anos foi a seguinte:

	2012	2013	2014	2015	2016
1º Trimestre	167	160	84	91	79
2º Trimestre	165	147	76	91	73
3º Trimestre	172	122	71	92	72
4º Trimestre	175	96	84	84	60
Nota: Dados da DGAL					

4.7 – Fundos Disponíveis

No âmbito da Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro, regulamentada pelo decreto-lei 127/2012 de 21 junho o Município tem de proceder mensalmente ao calculo dos fundos disponíveis.

Consideram -se fundos disponíveis as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos:

- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes;*
- b). As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes;*
- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento;*
- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes;*
- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei;*
- f). As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas;*
- g). Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA.*

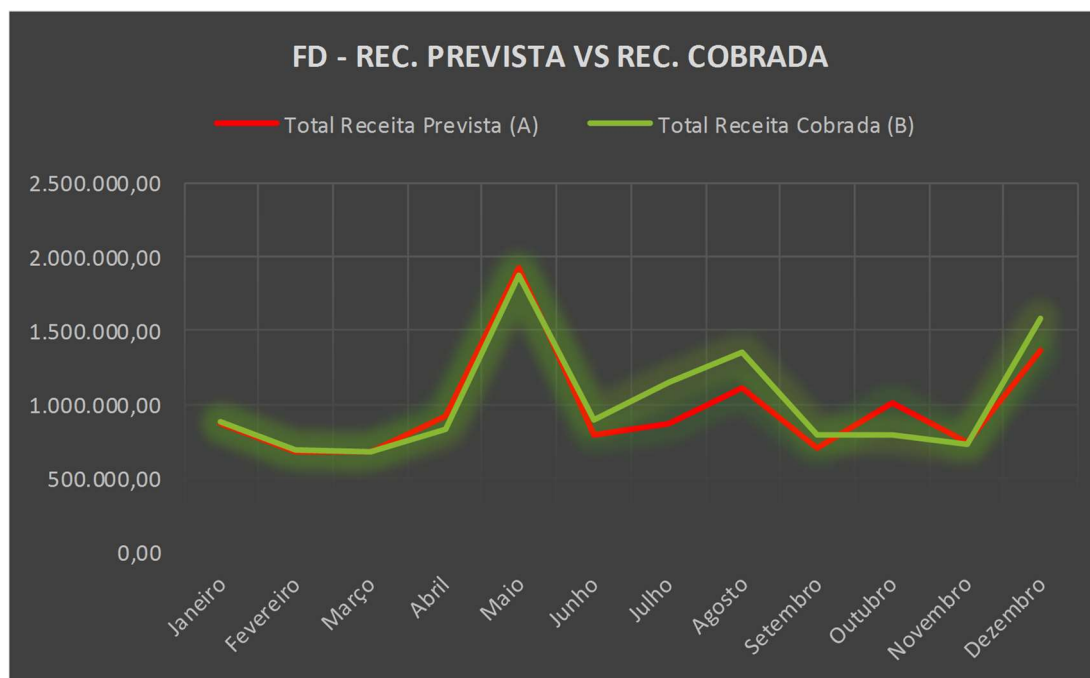
Com a entrada em vigor da Lei 7-A /2016 de 30 março e de acordo com o art.º 46º a previsão de receita própria passou a ser efetuada com base em 6 meses, alterando assim a alínea d do nº 1 do artigo 5º do Decreto lei 127/2012 de 21 de junho.

Na sequência deste calculo fica nas folhas seguintes algumas análises com base nos valores de 2016:

AVALIAÇÃO ENTRE RECEITA PREVISTA E RECEITA COBRADA

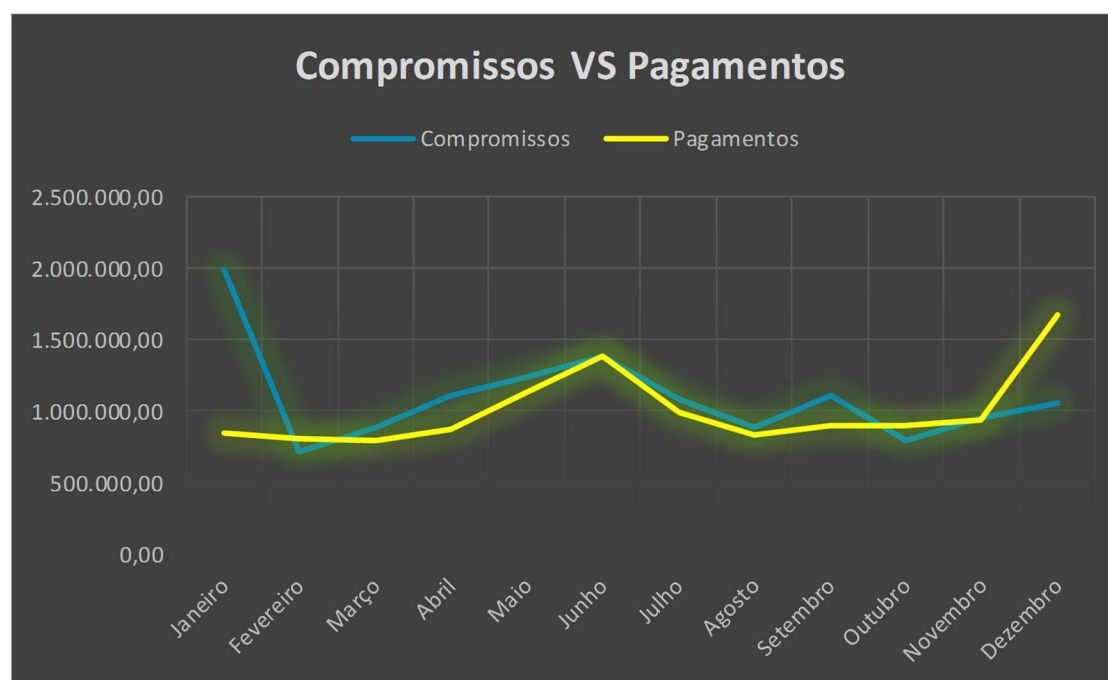
Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Total Receita Prevista (A)	875.821,67	676.720,91	682.605,86	922.415,61	1.925.256,82	790.941,65	870.673,18	1.116.848,92	709.541,49	1.011.945,47	741.879,21	1.370.021,00	11.694.671,79
Total Receita Cobrada (B)	887.760,71	695.195,22	675.604,00	828.790,88	1.875.771,19	900.378,96	1.154.206,95	1.351.267,41	798.433,72	796.276,95	724.503,86	1.576.164,66	12.264.354,51
Diferença (A-B)	-11.939,04	-18.474,31	7.001,86	93.624,73	49.485,63	-109.437,31	-283.533,77	-234.418,49	-88.892,23	215.668,52	17.375,35	-206.143,66	-569.682,72

Nota: Não está incluído na previsão e na receita cobrada as rubricas dos empréstimos bancários, saldo de gerência e reembolsos e restituições.



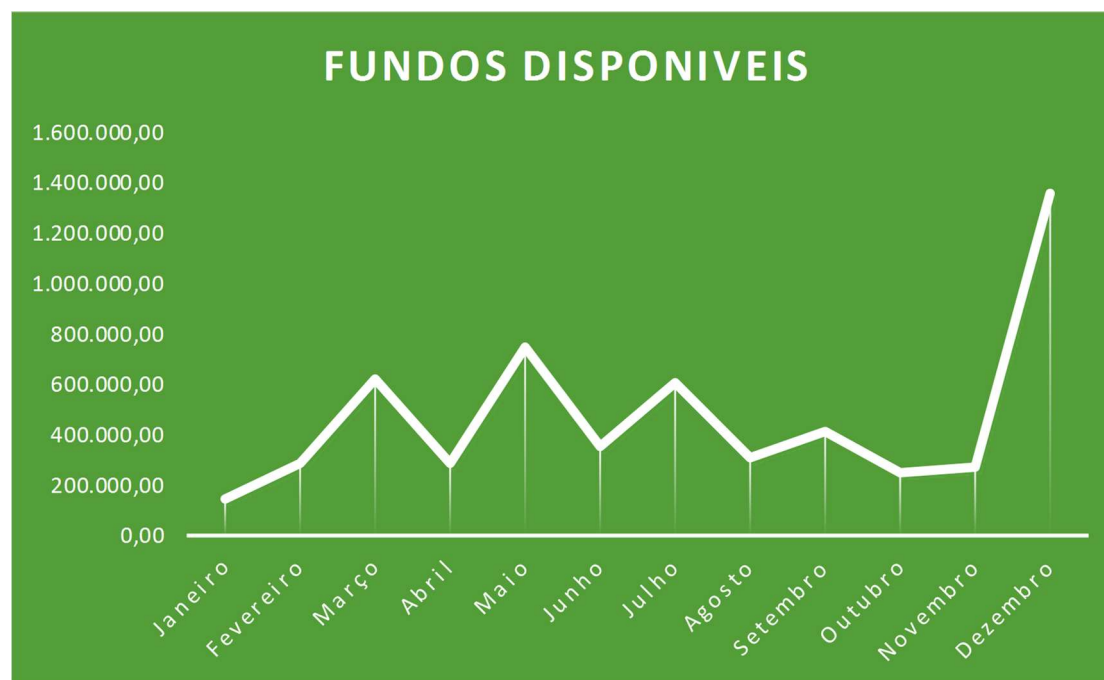
COMPROMISSOS ASSUMIDOS VS PAGAMENTOS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Compromissos	1.983.414,71	714.851,00	884.761,45	1.108.569,34	1.243.971,13	1.379.765,89	1.082.757,08	884.274,02	1.112.083,17	790.247,32	956.272,81	1.049.616,00	13.190.583,92
Pagamentos	849.927,99	808.005,95	797.055,47	874.782,02	1.137.426,90	1.389.433,10	983.458,18	835.127,68	892.244,82	893.801,76	938.457,50	1.673.789,80	12.073.511,17



FUNDOS DISPONIVEIS CALCULADOS

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Fundos Disponiveis	139.413,14	280.887,50	613.782,31	284.467,88	746.790,03	352.850,41	600.144,23	302.894,27	409.678,95	245.619,33	267.204,47	1.352.012,70



5 APRESENTAÇÃO DE INDICADORES DE GESTÃO

5.1 – Resumo dos principais indicadores

DESCRIÇÃO	2014	2015	2016	2016 / 2015
Ativo líquido	58.861.051,24	59.440.858,95	57.665.630,45	-2,99%
Fundos próprios	18.274.594,99	19.291.745,63	20.142.386,27	4,41%
Passivo	40.586.456,25	40.149.113,32	37.523.244,18	-6,54%
Volume de Vendas	2.968.152,95	2.990.109,81	2.884.456,74	-3,53%
Impostos e Taxas	3.621.025,60	4.217.019,58	4.050.201,41	-3,96%
Resultados Operacionais	-1.900.642,19	-816.757,56	-860.678,00	5,38%
Resultados Financeiros	-205.741,95	-168.952,85	-9.066,11	-94,63%
Resultados Extraordinários	1.460.503,26	2.000.088,52	1.640.700,25	-17,97%
Resultados Líquidos	-645.880,88	1.014.378,11	770.956,14	-24,00%
Nº de Efetivos (1)	319	313	312	-0,32%

Rendibilidade dos Fundos Próprios a)	-3,53%	5,26%	3,83%
Rendibilidade do Ativo b)	-1,10%	1,71%	1,34%
Liquidez Geral c)	0,21	0,20	0,22
Autonomia Financeira d)	0,31	0,32	0,35
Solvabilidade e)	1,45	1,48	1,54
Ativo líquido / (Passivo - Acrec. Dif.)	3,61	3,75	4,36

(1) Não considerando cargos políticos

a) **Rendibilidade dos fundos próprios:** Resultados líquidos/Fundos próprios

b) **Rendibilidade do ativo:** Resultados líquidos/Ativo

c) **Liquidez geral :** Ativo Circulante/Passivo Circulante

d) **Autonomia Financeira:** Fundos próprios/Ativo líquido

e) **Solvabilidade:** Ativo líquido/Passivo

O ativo líquido é o valor do município após terem sido feitas as correções patrimoniais, ou seja, depois de terem sido deduzidas ao ativo o valor das provisões e amortizações referentes às diversas rubricas do ativo do balanço.

Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 2,99 %.

Os fundos próprios por sua vez registam um aumento de 4,41 % fruto do resultado líquido positivo registado.

O passivo registou um decréscimo de 6,54 % quando comparado com o ano anterior (com a inclusão dos acréscimos e diferimentos).

A rendibilidade dos fundos próprios fixou-se em 3,83 %. A rentabilidade dos fundos próprios determina a sobrevivência financeira da autarquia a longo prazo e a atração de capitais, quer próprios quer alheios.

O rácio de liquidez geral indica a aptidão da autarquia para satisfazer os seus compromissos a c/prazo.

Quando maior que 1 mais desafogada é a situação da organização.

Quando inferior a 1 significa que poderá haver dificuldades de tesouraria.

Quando igual a 1 todos os capitais circulantes são financiados por débitos a curto prazo.

No ano de 2015 verifica-se que, o município continua longe do objetivo ($> / = 1$) ficando por um rácio de 0,22.

O grau de autonomia financeira traduz a capacidade de o município financiar o ativo através dos fundos próprios sem ter de recorrer a empréstimos.

Se tomarmos 0,50 como um valor normal, conclui-se que em 2016, este rácio ainda se encontra aquém do objetivo (0,35).

O grau de solvabilidade traduz a posição de independência do município face aos credores. Quanto maior for, maior será a segurança dos credores em recuperar os seus créditos, em caso de falência.

Quando o valor superior a 1, o Ativo é maior que o Passivo, pelo que as dívidas a pagar estão garantidas pelos bens da autarquia. Sob este ponto de vista o município está numa posição cómoda, dado que possui um património imobiliário muito superior aos seus débitos, quer a curto quer a médio e longo prazo.

Se ao passivo retirarmos os acréscimos e diferimentos – que na realidade não constituem uma dívida, pelo menos no caso da conta 2745 – o grau de solvabilidade passa para 5,22.

5.2 Indicadores de Natureza Orçamental

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS RECEITAS	2014		2015		2016	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
impostos diretos / receitas correntes (cobrado líquido)	3.327.839,20 11.320.735,00	29,40%	3.773.702,07 11.620.644,92	32,47%	3.484.676,10 11.182.796,36	31,16%
transferências correntes / receitas correntes (cobrado líquido)	4.208.133,80 11.320.735,00	37,17%	4.335.252,12 11.620.644,92	37,31%	4.384.373,48 11.182.796,36	39,21%
transferências de capital / receitas de capital (cobrado líquido)	3.898.978,13 3.975.099,61	98,09%	2.601.866,95 3.533.558,78	73,63%	888.821,71 1.527.311,18	58,20%
receitas de empréstimos / receitas totais (cobrado líquido)	0,00 15.602.224,50	0,00%	682.047,70 15.169.343,35	4,50%	511.686,13 12.747.386,24	4,01%
receitas correntes (cobrado líquido) / receitas totais (cobrado líquido)	11.320.735,00 15.602.224,50	72,56%	11.620.644,92 15.169.343,35	76,61%	11.182.796,36 12.747.386,24	87,73%

RÁCIOS DA ESTRUTURA DAS DESPESAS	2014		2015		2016	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas pessoal/ despesas correntes	5.176.435,04 10.481.882,16	49,38%	5.005.663,77 9.856.258,46	50,79%	5.040.273,55 9.890.760,58	50,96%
despesas correntes / despesas totais	10.481.882,16 15.698.662,63	66,77%	9.856.258,46 15.285.874,07	64,48%	9.890.760,58 12.073.511,17	81,92%
investimentos / despesas de capital	4.154.853,07 5.216.780,47	79,64%	4.016.788,36 5.429.615,61	73,98%	670.177,87 2.182.750,59	30,70%

RÁCIOS FINANCEIROS	2014		2015		2016	
	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
despesas c/ pessoal/ receitas correntes (cobrado líquido)	5.176.435,04 11.320.735,00	45,73%	5.005.663,77 11.620.644,92	43,08%	5.040.273,55 11.182.796,36	45,07%
(FEF + FSM+ P. IRS) / despesas totais	3.095.612,00 15.698.662,63	19,72%	3.068.830,00 15.285.874,07	20,08%	3.290.283,00 12.073.511,17	27,25%
despesas correntes / receitas correntes (cobrado líquido)	10.481.882,16 11.320.735,00	92,59%	9.856.258,46 11.620.644,92	84,82%	9.890.760,58 11.182.796,36	88,45%
despesas de capital / receitas de capital (cobrado líquido)	5.216.780,47 3.975.099,61	131,24%	5.429.615,61 3.533.558,78	153,66%	2.182.750,59 1.527.311,18	142,91%
receitas totais (cobrado líquido) / despesas totais	15.602.224,50 15.698.662,63	99,39%	15.169.343,35 15.285.874,07	99,24%	12.747.386,24 12.073.511,17	105,58%

5.3 Indicadores de Gestão Patrimonial

DESIGNAÇÃO	INDICADOR		2015		2016	
			VALOR	RÁCIO	VALOR	RÁCIO
RÁCIOS DO IMOBILIZADO						
Envelhecimento Patrimonial						
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação total do imobilizado.	Amortizações Acumuladas	=	29.311.794,03	35,62%	31.891.123,34	38,40%
	Património Final Bruto		82.287.032,03		83.043.854,74	
Depreciação Patrimonial no Exercício						
Permite saber, em percentagem, qual a depreciação do imobilizado no exercício em	Amortizações do Exercício	=	2.791.426,97	9,52%	2.579.329,31	8,09%
	Amortizações Acumuladas		29.311.794,03		31.891.123,34	
Especialização de Bens patrimoniais						
Permite saber, em percentagem, qual o peso das principais naturezas de imobilizado.	423 - Eq.Básico	=	2.999.509,45	3,65%	3.099.289,13	3,73%
	Património Final Bruto		82.287.032,03		83.043.854,74	
	426 - Eq.Adm.	=	2.588.824,73	3,15%	2.596.761,86	3,13%
	Património Final Bruto		82.287.032,03		83.043.854,74	
	422 - Edif.Outras.Const	=	24.924.663,58	30,29%	24.926.123,26	30,02%
	Património Final Bruto		82.287.032,03		83.043.854,74	
	453-.Outras.Const e Infraest.	=	28.457.999,46	34,58%	34.185.369,32	41,17%
Património Final Bruto		82.287.032,03	83.043.854,74			
	44 - Imob. Em Curso	=	5.652.210,39	6,87%	189.117,62	0,23%
	Património Final Bruto		82.287.032,03		83.043.854,74	
Rotação Patrimonial Anual						
	Património Final Bruto	=	82.287.032,03	104,40%	83.043.854,74	100,92%
	Património Inicial Bruto		78.818.458,24		82.287.032,03	

5.4 Rácios de atividade – Recursos Humanos

INDICES DE ATIVIDADE	2014			2015			2016		
Despesas com horas extraord. Pessoal do quadro e contratado	x	100		x	100		x	100	
			0,26			0,07			0,17
Venc. Pessoal do quadro Despesas com pessoal	x	100		x	100		x	100	
			55,10			56,44			55,00
Venc. Pessoal contratado Despesas com pessoal	x	100		x	100		x	100	
			0,56			0,00			0,00
Despesas com o pessoal Nº total de funcionários da câmara	x	100		x	100		x	100	
			16.227,07			15.992,54			16.154,72

Principais conclusões:

- O trabalho extraordinário aumentou o seu peso quando comparado com 2015.
- As despesas com pessoal do quadro representam 55,00 % do total das despesas com o pessoal.
- Não houve registo de despesas com pessoal contratado a tempo certo.
- Cada trabalhador acarretou para o município um custo médio de 16.154,72 € no ano.

6. FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Na sequência do novo quadro comunitário Portugal 2020 foram aprovadas as seguintes candidaturas no início de 2017:

Empreitada	Valor elegível	FEDER
Remodelação do Cine Teatro São João	1.408.029,62	1.196.825,18
Remodelação do Mercado Municipal	1.069.091,86	908.728,08
Ciclovias – Freguesia São João Batista	573.400,00	487.390,00
Requalificação de Espaços Verdes	490.166,47	416.641,50
Total	3.540.687,95	3.009.584,76

Estas candidaturas implicam um investimento com fundos próprios do município no valor de 531.103,19 €.

7. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Conforme visto anteriormente, o resultado do exercício saldou-se por um resultado líquido positivo no valor de 770.956,14 €.

Propõe-se à Digníssima Assembleia, que o resultado líquido seja transferido para a conta 59 “resultados transitados”, e que o seu montante seja distribuído da seguinte forma:

1 – que 5%, no montante de 38.547,81 €, seja utilizado para reforçar a reserva legal, em cumprimento do ponto 2.7.3.5.

2 – que os remanescentes 95 %, sejam aplicados em reforço do património, em conformidade com a alínea a) do ponto 2.7.3.3.

(Ver detalhe na folha 3)